



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CELSON FRANCISCO DUDA

**OLIVEIRA LIMA E O IMPERIALISMO MEIJI**

RECIFE  
2021

CELSON FRANCISCO DUDA

**OLIVEIRA LIMA E O IMPERIALISMO MELJI**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
História da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciado em  
História.

Orientadora: Prof Dr<sup>a</sup> Marília Ribeiro de  
Azambuja Machel

Coorientador: Me. Laércio Albuquerque  
Dantas

RECIFE  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Duda, Celson Francisco.

Oliveira Lima e o Imperialismo Meiji / Celson Francisco Duda. -  
Recife, 2021.

122 p

Orientador(a): Marília Ribeiro de Azambuja Machel

Cooorientador(a): Laércio Albuquerque Dantas

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura,  
2021.

1. Oliveira Lima. 2. História do Japão. 3. Era Meiji. 4. Imperialismo. 5.  
Discursos Imperiais. I. Machel, Marília Ribeiro de Azambuja. (Orientação). II.  
Dantas, Laércio Albuquerque. (Coorientação). IV. Título.

900 CDD (22.ed.)

CELSON FRANCISCO DUDA

**OLIVEIRA LIMA E O IMPERIALISMO MEIJI**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
História da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciado em  
História.

Aprovado em: 08/12/2021

**BANCA EXAMINADORA**

---

PROF. DR<sup>a</sup> MARÍLIA RIBEIRO DE AZAMBUJA MACHEL (ORIENTADORA)

---

ME. LAÉRCIO ALBUQUERQUE DANTAS (COORIENTADOR)

---

PROF. DR<sup>a</sup> ANGÉLICA LOUISE DE SOUZA ALENCAR

---

PROF. DR<sup>a</sup> SUZANA CAVANI ROSAS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço antes de tudo a Cristo Jesus, Senhor da História, e à Nossa Senhora da Ajuda, por terem me sustentado no percurso de estudo e execução deste trabalho, percurso que se tornou de contínuo exercício, nem sempre indolor, de domínio próprio, constância e perseverança.

Agradeço à Prof<sup>a</sup> Marília Ribeiro por ter acreditado no projeto deste trabalho e não ter medido esforços para a sua plena realização.

Presto meus mais efusivos agradecimentos também a Laércio Albuquerque Dantas pelas enormes bondade e solicitude com as quais aconselhou e acompanhou a criação dos textos. Definitivamente, sem seu valioso concurso esta difícil empreitada não seria possível.

Ternos e afetuosos agradecimentos dirijo à Angélica Louise de Souza Alencar, mestra e amiga, que desde os primeiros meses na academia me inspirou e orientou nessa difícil seara que são os estudos japoneses.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe e ao meu irmão. Também aos meus professores e amigos.

## RESUMO

Vários intelectuais ocidentais escreveram sobre o Japão após a abertura dos postos em 1854; Oliveira Lima, o historiador pernambucano, escreveu em língua portuguesa *No Japão, impressões da terra e da gente* em 1903, livro que nos permite vislumbrar detalhes da perspectiva de Lima sobre o país asiático, especialmente sobre a modernização e expansão imperialista do Japão Meiji. O objetivo do presente trabalho é perscrutar na escrita de Lima sobre o Japão seu posicionamento acerca do imperialismo japonês. Para isso, analisamos *No Japão* relacionando as informações trazidas por Lima há mais de um século com a historiografia recente e historicizando suas ideias e posições. Concluímos que a escrita de Lima é permeada de teses de caráter nacionalista japonês e que, em associação com os pressupostos analíticos contemporâneos de Lima e com suas próprias convicções, impactaram diretamente sua descrição do fenômeno do imperialismo japonês, caracterizando-o como uma espécie de “missão civilizadora” na Ásia.

**Palavras-chave:** Oliveira Lima, História do Japão, Era Meiji, Imperialismo, “Missão Civilizadora”, Discursos Imperiais.

## ABSTRACT

Several Western intellectuals wrote about Japan after the opening of ports in 1854; Oliveira Lima, the Pernambuco historian, wrote in Portuguese *No Japão, impressões da terra e da gente* [In Japan, impressions of the land and people] in 1903, a book that allows us to glimpse details of Lima's perspective on the Asian country, especially on the modernization and imperialist expansion of Meiji Japan. The objective of the present work is to examine in Lima's writing about Japan his position on Japanese imperialism. For this, we analyze *No Japão*, relating the information brought by Lima over a century ago with recent historiography and historicizing his ideas and positions. We conclude that Lima's writing is permeated with theses of a Japanese nationalist character and that, in association with Lima's contemporary analytical assumptions and with his own convictions, they directly impacted his description of the phenomenon of Japanese imperialism, characterizing it as a kind of “civilizing mission” in Asia.

**Keywords:** Oliveira Lima, History of Japan, Meiji Era, Imperialism, “Civilizing Mission”, Imperial Discourses.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – MANOEL DE OLIVEIRA LIMA: VIDA, OBRA E PENSAMENTO....	15
1.1 Prólogo.....	15
1.2 Manoel de Oliveira Lima, suas origens.....	16
1.3 Formação em Lisboa.....	17
1.4 Positivismo historiográfico.....	17
1.5 A intelectualidade portuguesa.....	19
1.6 O caminho da diplomacia, a dois.....	20
1.7 Em Lisboa e Berlim.....	21
1.8 Nos Estados Unidos.....	22
1.9 Racialismo.....	25
1.10 Amizade em Londres.....	28
1.11 Para o Japão.....	29
1.12 No Japão.....	30
1.13 Novas ideias para um novo século.....	32
1.14 Pan-americanismo em Caracas.....	34
1.15 Polêmicas e exílio.....	37
CAPÍTULO 2. - A ERA MEIJI.....	40
2.1 Prólogo.....	40
2.2 Antecedentes.....	44
2.2.1 Pensamento nativista.....	50
2.2.2 Acordos desiguais e sublevação radical.....	54
2.2.3 Lealistas X Shogunato.....	57
2.3 O governo Meiji.....	59
2.3.1 Reacionarismo samurai.....	60
2.3.2 Modernidade X Tradição.....	66
2.3.3 Construção do Estado: Constituição.....	71
2.3.4 Movimento por Liberdade e Direitos Populares.....	73
2.3.5 O regime constitucional.....	75
2.4 Kokutai.....	76
CAPÍTULO 3 - IMPERIALISMO E NACIONALISMO EM <i>NO JAPÃO</i> .....	82
3.1 Prólogo.....	82



<b>3. 2 O caráter nacional.....</b>	<b>83</b>
<b>3.3 Modernização: Concepções acerca de civilização, progresso e lugar do Japão na Ásia.....</b>	<b>90</b>
<b>3.4 O imperialismo japonês: Taiwan, Coréia, China e Rússia.....</b>	<b>95</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

*No Japão: impressões da terra e da gente* foi escrito durante o período em que Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) permaneceu em Tóquio e publicado em 1903. Como já diz o título, é uma obra composta por "impressões", portanto, com tal caráter, podemos inferir que não esgota, por seu conteúdo exclusivamente, toda sua potencialidade de sentido, isto é, sem o conhecimento preliminar de *quem faz* as impressões e sobre *o quê* necessariamente se referem.

Ora, neste caso se trata de Manoel de Oliveira Lima, o ilustre pernambucano que tanto contribuiu para as letras pátrias com suas obras marcadas pela erudição e profusão de referências documentais sobre a História do Brasil, especialmente *D. João VI no Brasil* e *O Movimento da Independência* pelas quais é muito conhecido ainda hoje.

Nesse sentido, se tratando de autor tão bem referenciado, *No Japão*, como obra menos conhecida e até quase ignorada quando se fala do autor, apresenta a ventura de mostrar o Lima em confrontação com o desafio inaudito de interpretar e descrever um país tão misterioso e intrigante como o Japão saído do século XIX.

Oliveira Lima nasceu e cresceu no século XIX, a influência do seu tempo se fez naturalmente sentir sobre sua formação cultural e sobretudo intelectual. As teorias acerca do progresso dos povos, civilização, evolucionismo, e seus desdobramentos no campo dos estudos naturais e das humanidades, o darwinismo social e o racialismo, se tornaram pressupostos científicos *par excellence* de gerações de intelectuais oitocentistas, dentre os quais se inseriu naturalmente Oliveira Lima.

Essas ideias se desenvolveram concomitantemente a Inglaterra ia se erigindo como potência dos mares, dominando o comércio marítimo mundial, e da terra, enquanto impunha presença militar na Ásia e na África, ao longo do século XIX. Este foi ainda o século da Revolução Industrial, do desenvolvimento econômico fortemente atrelado às políticas de Estado centralizadoras e protecionistas de incentivo à indústria, e do nacionalismo, que estava a se tornar a principal base de mobilização política nos países ocidentais.

O Japão, entretanto, desde 1603 estava relativamente "fechado" a intercursos com outras nações além do parcimonioso e oficialismo comércio com a China, Coréia e Países Baixos. Mas logo seria também a Terra do Sol Nascente mergulhada no burburinho do século, ou como diria Lima, na "Era do progresso", o que se deu em 1852 quando o Comodoro Matthew

Perry (1794-1858), liderando uma esquadra, "solicitou" o estabelecimento de relações comerciais oficiais com os Estados Unidos.

Até esse momento, o Japão havia permanecido envolto em mistério e obscuridade por séculos para os ocidentais, cujos poucos escritos dedicados ao país asiático remontavam aos séculos XVI e XVII, produzidos em sua maior parte por missionários e comerciantes ibéricos, além de ingleses e holandeses<sup>1</sup>. Por muito tempo o Japão seria lembrado como terra de bárbaros, protagonistas do massacre de mártires aos milhares com uso de torturas crudelíssimas, no que dependesse dos escritos jesuíticos; além dos muitos equívocos e preconceitos, como os veiculados na *Encyclopédie* de Diderot, que se perpetuariam, agravando a visão que os ocidentais tinham dos japoneses<sup>2</sup>.

A reabertura do Japão ao mundo exterior trouxe consigo uma leva de estrangeiros, emissários diplomatas, comerciantes, principalmente ingleses, etc., interessados em observar aquela sociedade que se descortinava. Importante ressaltar que os estudos etnológicos do período estavam altamente vinculados àquelas premissas analíticas típicas do século XIX anteriormente mencionadas, o que faz dos trabalhos desses "analistas" um tanto problemáticos para os padrões dos tempos atuais. Em resumo, como afirma Moraes, "o Japão destes primeiros estudos aparece como um lugar de absoluta alteridade, exótico e misterioso, revelando o fetichismo, mas também diletantismo e condescendência"<sup>3</sup>.

Apesar disso, foram esses intelectuais que acabaram por presenciar muitas das tensões que prepararam a Restauração Meiji<sup>4</sup> e registrá-las em forma de relatos e crônicas que hoje compõem valioso material histórico. Nomes como os de B. H. Chamberlain (1850-1935)<sup>5</sup>, Sir Rutherford Alcock (1809-1897)<sup>6</sup> e dentre outros o do insigne Lafcadio Hearn (1850-1904)<sup>7</sup> trataram de interpretar esse novo império, seu povo e sua cultura. O trabalho desses pioneiros foi basilar para a "Nipologia", se assim podemos designar o estudo do Japão, precisamente por

---

<sup>1</sup> Dentre as ordens religiosas os jesuítas principalmente forneceram bastante material documental em cartas e descrições. Por exemplo, o padre jesuíta Luís Fróis (1532-1597), autor de crônicas sobre os mártires japoneses, e sobre cultura e costumes locais, e João Rodrigues (1561-1533).

<sup>2</sup> MORAIS, Liliana. **Imagens do Japão do orientalismo ao cosmopolitismo: uma revisão crítica do nihonjinron**. Estudos Japoneses, n. 42, pp. 93-111, 2019. p. 95.

<sup>3</sup> *Idem*.

<sup>4</sup> Acontecimento que marca a restauração do poder político supremo por parte do Imperador o qual, no regime anterior, o shogunato, "delegava" o exercício do poder efetivo a um governante militar chamado shogum.

<sup>5</sup> Trabalhou como professor superior contratado pelo governo japonês, foi autor de gramáticas e estudos literários e históricos sobre o Japão.

<sup>6</sup> Um dos primeiros diplomatas ingleses a trabalharem no Japão, foi autor de obras de cunho sociológico e histórico sobre o Japão.

<sup>7</sup> Natural da Grécia, Lafcadio foi um dos grandes nomes dos primeiros estudos sobre o Japão pela abrangência da sua obra.

que suas obras abrangeram vários aspectos e áreas do mundo nipônico. O Brasil tem em Manoel de Oliveira Lima um desses pioneiros intérpretes, o primeiro brasileiro a publicar obra sobre o Japão.

Como *No Japão* foi escrito no começo do século XX, o olhar de Lima procura responder a questões claras, não apenas descrever a nova nação que emergia no Leste asiático, mas sobretudo explicar o "êxito pasmoso" atingido pelos japoneses com a modernização do Estado e os altos índices de produção industrial, de projeção militar e comercial atingidos em poucas décadas.

Não é difícil ver nesta pauta estreita relação com o contexto histórico, nem entender seu lugar na especulação ocidental da época, se atentarmos que o mundo eurocentrado do fim do século XIX só havia conhecido duas grandes e rápidas ascensões industriais, a dos Estados Unidos e a da Alemanha, ambas explicadas boa medida pelo arcabouço teórico do racismo clássico que exaltava a "raça branca" como a mais propensa e responsável pelo avanço civilizacional<sup>8</sup>.

Em contrapartida, o caso japonês oferecia um grande desafio epistemológico para essas teorias dado que não reconheciam na chamada "raça amarela", tida por "estacionária", a capacidade de exceler sua civilização por si mesma, ou seja, sem o convênio com o elemento "branco"<sup>9</sup>. Como bem demonstra Lima numa passagem ímpar na qual exemplifica como operacionaliza esses conceitos como pressupostos analíticos para pensar o lugar do Japão na "escala da civilização":

A sua história moderna, por exemplo, dir-se-ia um desafio vivo a todas as regras da evolução social, que fazem o progresso transmigrar paulatinamente através de uma porção de determinados estádios, e depender do intercuro pacífico de povos no mesmo grau de civilização, cujas conquistas intelectuais assim se permutam e disseminam, bem como da propagação pelas guerras das ideias mais subversivas e adiantadas, igualmente impostas pela força às raças menos educadas. O isolamento e a quietação são condições de todo contrárias a um desenvolvimento fecundo. O progresso ressalta do choque de influências opostas, da mesma forma que a faísca elétrica do encontro de eletricidades contrárias<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **História da Civilização**. 14ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965. p. 25, 26.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 24, 25.

<sup>10</sup> LIMA, Oliveira. **No Japão: impressões da terra e da gente**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 38-39.

Uma vez feita esta breve contextualização que deve nos ajudar no entendimento de Oliveira Lima e seus objetivos com *No Japão*, precisamos passar para o segundo tópico da nossa proposição inicial, "o que era esse Japão?". Bem, antes de Perry o Japão era governado por shoguns, governantes militares que recebiam, teoricamente, sua autoridade política do Imperador. O cargo de Shogum era hereditário, daí tivemos dinastias clânicas sucedendo-se no poder ou shogunatos, o Shogunato Kamakura (1192-1333), Shogunato Ashikaga (1336-1573) e, por último, o Shogunato Tokugawa (1603-1868).

O bissecular Shogunato Tokugawa foi de desenvolvimento artístico, cultural e literário, em muitos outros aspectos contribuiu para a formação da sociedade japonesa, mas, neste trabalho se dará ênfase ao processo de elaboração discursiva da identidade japonesa que se deu a partir de estudiosos neoconfucionistas<sup>11</sup> da Era Tokugawa. Processo de longa duração que representa importante peça para a compreensão das agitações sociopolíticas que desembocaram na Restauração e que ainda influenciariam a ereção do novo Estado, suas políticas de governo, e sua política externa.

Entretanto, se essa tradição intelectual nativista é importante para compreender a estruturação do Estado moderno japonês, não comporta, sozinha, explicar a política externa, tampouco o imperialismo japonês. No campo discursivo, será necessário ao Japão integrar à narrativa da superioridade a da civilização, ou seja, apropriar-se e afirmar-se civilizado a fim de, à semelhança das outras potências imperialistas, entrar no "jogo" da geopolítica asiática como um participante relevante.

A expansão japonesa na Ásia será encarada por Lima como um fenômeno de comunicação da civilização e do progresso adquiridos pelos japoneses por si mesmos para seus vizinhos asiáticos, em especial a China<sup>12</sup>. Para Lima, na política expansionista dos impérios civilizados, regra geral, existia o elemento econômico decorrente da relação entre potências produtoras e mercados consumidores, mas isto não esgotava sua concepção de imperialismo, sendo o efeito de comunicar a civilização aos povos de matriz inferior, de acordo com as respostas racialistas da época, o fator determinante na sua ótica<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Essa escola surgiu no Japão por volta do século XVII a partir de ramos do Confucionismo da China. O Neoconfucionismo japonês se desenvolveu em dialética mais ou menos acentuada com o chinês, um dos principais pontos de divergência entre ambos pode ser observado na ênfase na sanção da ordem sociopolítica, no caso japonês.

<sup>12</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 341, 349, 350.

<sup>13</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais**. Brasília: Senado Federal, 2009. p. 366, 367; LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 341, 348.

Além desses aspectos da concepção de imperialismo propalada por Lima, há outro muito frequente que é produto da análise que o autor faz da geopolítica asiática. De acordo com essa perspectiva, o Japão precisaria engajar-se nas zonas de influência e interesses que se redesenhavam de acordo com as tensões entre os impérios europeus no continente asiático para salvaguardar sua própria segurança. Sendo a Rússia o principal agente contra o qual os japoneses precisariam se preparar<sup>14</sup>

Neste trabalho procuraremos "historicizar" a visão de imperialismo como exercício de uma "missão civilizadora" do Japão na Ásia, observando a extensão dessa perspectiva na análise de Lima, mas, para além dessa abordagem discursiva, trataremos do fenômeno do imperialismo mais próximo daquela última abordagem de Lima, que valoriza o contexto geopolítico. Essa abordagem possibilita pôr em equação as forças internacionais no que pode ser denominado de Teoria do Imperialismo da Razão de Estado.

De acordo com ela, a relação entre os Estados compõe uma dimensão autônoma em relação à política interna de cada um deles. Nessa dimensão não imperam leis que regulamentam ou impeçam os conflitos, prevalecendo o "equilíbrio" de poderes bélicos e econômicos entre potências antagônicas. Como consta no *Dicionário de Política*, a tese "se contrapõe à do primado da política interna sobre a externa"<sup>15</sup>.

Ela, além de oferecer um instrumental para pensar o balanceamento na geopolítica regional do Japão, propõe a prevalência da política externa sobre a interna, o que no caso do Japão nos fará visualizar como o imperialismo japonês veio a influenciar a formação da identidade japonesa bem como a alteridade para com seus vizinhos asiáticos, enquanto também tornou possível a expansão de uma política de industrialização de base.

Enfim, é com o fim de responder às perguntas necessárias ao bom entendimento de Oliveira Lima e contextualização de *No Japão* que estruturamos o primeiro capítulo como uma breve biografia de Manoel, percorrendo os eventos mais significativos da sua vida, colocando em perspectiva cronológica sua obra e seus trabalhos como diplomata, e sobretudo, evidenciando a trajetória intelectual do autor, evidenciando as ideias e posições que formavam suas premissas analíticas como o racismo e o darwinismo social.

Em seguida, no segundo capítulo, voltamos nosso olhar para os antecedentes da Restauração Meiji, valorizando nas tensões sociais o desenvolvimento de teorias nativistas que

---

<sup>14</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 342-345.

<sup>15</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 617.

viriam a concorrer para o nacionalismo japonês na Era Meiji. Nossa ênfase ao pensamento nativista nos levará a focar na classe de ativistas pela Restauração que se tornaram a oligarquia durante o regime imperial e as tensões que protagonizaram contra opositores políticos enquanto impunham, no campo educacional e civil, um sistema imagético imperial que daria ao Estado extenso poder de mobilização social.

Por fim, no último capítulo, além de apresentar a leitura de Lima sobre a sociedade japonesa, buscamos procurar nela relações com aspectos peculiares do nacionalismo japonês e trabalhar a instrumentalização do conceito de civilização pelo Japão, principalmente no quesito do expansionismo militar e cultural sobre a Ásia.

## CAPÍTULO 1 – MANOEL DE OLIVEIRA LIMA: VIDA, OBRA E PENSAMENTO

### 1.1 Prólogo

Oliveira Lima é mais conhecido pela célebre obra *D. João VI no Brasil*, nada mais justo posto que de fato colocou seu autor entre os grandes nomes da historiografia clássica brasileira. Porém, o autor apresenta outras obras bem menos conhecidas, até negligenciadas pela maioria dos estudiosos, mas que cobram importância pelo que representaram no seu tempo e por mostrar o Oliveira Lima integralmente. As obras de "relatos de viajante", formadas por impressões e relatórios diplomáticos, por exemplo, pertencem a esse gênero. Nelas Lima expressa outras potências, exercita sua profundidade analítica, sua interpretação de aspectos tão variados<sup>16</sup> das sociedades dos países nos quais teve a oportunidade de conhecer na sua rica carreira diplomática.

O serviço diplomático levou nosso autor a visitar três continentes, a Europa, quando principiou na legação de Lisboa e em várias outras oportunidades; na América, quando passou pelos Estados Unidos e depois pela Venezuela; e na Ásia cuja única experiência ocorreu no Japão entre 1901 e 1903. À primeira vista Oliveira Lima, o Dom Quixote Gordo saído dos meandros mais tradicionais da aristocracia açucareira decadente de Pernambuco e formado no positivismo científico da sociedade oitocentista de Lisboa, pode causar certa estranheza quando colocado em contexto tão exótico quanto o do Japão da Era Meiji (1868 - 1912). Como este Japão que passava dos samurais para os oligarcas parecia aos olhos de um "sinhozinho"<sup>17</sup> recifense ilustrado? Devido a somente esses aspectos os registros lá elaborados já chamam a atenção. Estes estão compilados no livro *No Japão - impressões da terra e da gente*.

*No Japão* não é uma página insignificante da sua história. De maneira nenhuma. Em primeiro lugar, porque constitui um dos raros registros do período na perspectiva de um estrangeiro ocidental, o que coloca o autor junto a grandes nomes da literatura de "visitantes

---

<sup>16</sup> A abordagem desses textos é multifacetada, indo da leitura sociocultural à análise econômica, geopolítica e por vezes psicológica da sociedade na qual se encontra.

<sup>17</sup> De acordo com a descrição que Lima faz da sua origem genealógica é assim que ele se enxergava e quer fazer-se enxergar, seu ethos, conforme Abreu: um autêntico representante da "nobreza da terra" ABREU, Bernardino C. F. **Oliveira Lima: Um olhar brasileiro no Japão**. Tese (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 21.



ocidentais do Meiji" ou *Meiji's interpreters*. Segundo, o livro lança luz sobre uma fase bastante singular da trajetória intelectual de Oliveira Lima.

Quando posto em perspectiva da vida e obra o livro nos informa não só o quanto a permanência no Japão pôde ter sido significativa para seus posicionamentos, sobre raça e imperialismo<sup>18</sup> por exemplo, mas também de um Oliveira Lima em contínuo processo de amadurecimento. Nos ajuda a visualizar um Lima que desenvolve suas premissas analíticas conforme passa a se colocar em outros cenários, confrontar-se com problemáticas diferentes e dialogar com outras mentes. É nesse viés, em vista de melhor compreender os posicionamentos e ideias expressos no livro no que tange ao imperialismo asiático, que se faz necessário evoquemos as experiências, os trabalhos e antecedentes que lhes serviram de esteio no Japão, bem como alguns de seus desdobramentos.

## 1.2 Manoel de Oliveira Lima, suas origens

Nascido em Recife no dia de Natal do ano de 1867, Manoel de Oliveira Lima era filho de Luiz de Oliveira Lima e Maria Benedita de Miranda Lima e caçula de três irmãos, Luiz, Amália e Maria Benedita, com a qual era mais apegado<sup>19</sup>. A mãe de Oliveira Lima era uma digna representante da aristocracia rural pernambucana: oriunda de um engenho em Rio Formoso, no sul de Pernambuco, tinha associações familiares com o antigo regente do Império do Brasil, o Marquês de Olinda<sup>20</sup>. O pai, em contrapartida, era um português que, sem muitas posses, chega ao Brasil por volta de 1834 e aqui faz fortuna, de modo que quando nasce Manoel a família já usufruía de razoável conforto financeiro<sup>21</sup>.

A filiação, sentimental e cultural, da família com Pernambuco e com o Brasil não viria a sofrer grande abalo quando questões de saúde do patriarca levaram-na a se mudar para Portugal, contando Manoel na ocasião seis anos. Oliveira Lima depois falará com saudoso

---

<sup>18</sup> À título de desabafo, em carta à Nabuco, Lima diz: "No Japão e na China apreciei quanto pode ser ordinário um europeu culto, e em Venezuela estou vendo como podem ser ladrões e especuladores europeus e americanos" Carta de Oliveira Lima a Nabuco, 23/10/1905, apud FRANCISCO, Paula V. **Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma análise da Construção da Tradição**. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010. p. 126.

<sup>19</sup> FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua releância atual para a diplomacia brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 20

<sup>20</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 42.

<sup>21</sup> Tomando por esposa uma representante da "nobreza da terra", Luiz livraria de si o estigma de estrangeiro, unindo status financeiro a prestígio social.

embebecimento do ambiente doméstico tipicamente brasileiro que os seus pais conseguiram reproduzir na capital portuguesa. Foram eles os primeiros patrocinadores da atmosfera de reverência e exaltação do Brasil que nutriu no infante os dínamos da sua atividade intelectual futura<sup>22</sup>.

### 1.3 Formação em Lisboa

As posses da família Lima permitiram ao jovem uma educação de elite num dos centros de formação intelectual da Europa, a Lisboa do século XIX. O ensino primário de Lima se deu nas carteiras dos lazaristas, os quais o submeteram à uma formação católica que incluía missas diárias e retiros espirituais, lembrados por Lima em tom queixoso nas suas *Memórias*<sup>23</sup>.

Egresso do colégio religioso, Lima frequentou a Escola Acadêmica onde aprimorou seu gosto pelos estudos históricos e onde seu gênio literário deu seus primeiros passos significativos. Fundou aí o *Correio do Brazil* precocemente, aos quinze anos de idade, um periódico a partir do qual dissertava sobre os principais acontecimentos do Brasil especialmente, mas dedicando espaço adicional para ensaios sobre personagens históricas, além de críticas de teatro e literária<sup>24</sup>.

É, porém, no Curso Superior de Letras de Lisboa que Lima, então com dezessete anos, erigirá os pilares fundamentais do seu pensamento. Em um ambiente viçoso de ideias no qual se digladiavam o monarquismo leal a Carlos I e o republicanismo militante, ainda com os primores da oratória e sob o molde do "intelectual-enciclopédia".

Dentre as correntes filosóficas e historiográficas que seduziram Lima nessa fase, o Positivismo teve importância capital para a construção do seu conceito de História, e que perpassará, doravante, toda a sua obra.

### 1.4 Positivismo historiográfico

Na concepção de Lima, a História integrava, com outras ciências auxiliares, tais como a mesologia, a biologia, a geografia, etc., os esforços de compreensão integral do homem. À

---

<sup>22</sup> HEINRICH, Nathalia. *Ser ou não ser antiamericano?*... op. cit. p. 45.

<sup>23</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *Memórias, Estas minhas reminiscências*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1937. p. 17.

<sup>24</sup> HEINRICH, Nathalia. *Ser ou não ser antiamericano?*... op. cit. p. 48.

História caberia o trabalho de captar as relações políticas, sociais, ou econômicas determinantes nos fatos. Para tanto precisava estar ancorada no cientificismo histórico, a crença de que a verdade histórica seria ontológica e objetivamente acessível por uma metodologia rigorosa de crítica das fontes. Esses princípios visavam fornecer dados precisos para a Filosofia da História e para a Sociologia, àquela para pensar o sentido e o fim último da humanidade, à esta para pensar as dinâmicas e leis que regem os fatos históricos em direção unilinear ao inexorável fim da História.

Em outras palavras, a aplicação de leis, as generalizações a partir da dedução dos rumos dos fatos, seriam mais propriamente a função da Sociologia, mas para que ela viesse "a estabelecer, pelos seus processos e métodos, as leis que presidem à atividade do organismo social como tal", afirma Lima, a História deveria, a seu modo, fornecer "o inventário dos fatos memoráveis ocorridos no seio das sociedades civilizadas (...), procura(r) dar a significação moral dos fenômenos históricos e trata(r) de deduzir as relações que regem seu encadeamento", e por fim, "busca(r) alcançar e definir as causas da evolução humana e tenta(r) mesmo explicar sua finalidade"<sup>25</sup>.

Oliveira Lima não só comunga da hermenêutica positivista como a professará fielmente mesmo em fins de carreira (1921), o que não lhe impede de manifestar algumas dúvidas quanto à exatidão absoluta do método histórico. É indiscutível que a História é ciência para Lima. Sem condenar a cientificidade da História, porém, ele denuncia que "as deduções históricas e as generalizações sociológicas acusam, pois, uma relatividade que não distingue a verdadeira ciência"<sup>26</sup>, faltando à História a "positividade absoluta" para igualar-se às outras na hierarquia das ciências, as quais, por sua vez, continua Lima, "carecem do recurso da especulação". Graças a esse último fator, diga-se de passagem, a especulação, necessário à narrativa histórica, a História podia ser considerada, segundo Lima, também uma arte, inclusive por sua dimensão moral capaz de orientar o agir humano<sup>27</sup>.

A ideia de "hierarquia das ciências" ecoa a tipologia cientificista, que ordena as áreas do conhecimento de acordo com seu grau de determinismo, ou seja, de produzir resultados previsíveis como estabelecia o tradicional método científico de experimentação. Entre as "ciências da natureza" e as "ciências do espírito", as primeiras, mais matemáticas, se

---

<sup>25</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **História da Civilização...** op. cit. p. 16.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

aproximavam mais do ideal de ciência (o modelo newtoniano ainda não tinha experimentado a crise da relatividade com Einstein)<sup>28</sup>.

Em suma, a concepção de História de Lima também será marcada pela afirmação de um progresso contínuo da humanidade, da categorização das sociedades humanas de acordo com seu "grau de civilização" e raça, e de uma visão teleológica, como se verá.

### 1.5 A intelectualidade portuguesa

Oliveira Lima encontrou na Lisboa de *fin du siècle* a atmosfera intelectual propícia aos grandes estudos, à pesquisa monumental, da qual Alexandre Herculano (1810-1877) era o grande expoente entre os portugueses da época, e às teorias sociológicas. Oliveira Lima foi, diríamos, plenamente positivista nesse período, salvo a crença na infalibilidade do determinismo histórico, bebendo largamente da influência metodológica de Ranke<sup>29</sup>. Aplicava inumeráveis horas em pesquisa documental na Torre do Tombo demonstrando perícia, disciplina e a austera dedicação dos seus mestres lusitanos.

Entre seus professores no curso de Letras havia Teófilo Braga (1843-1924), grande republicano e positivista, que exerceu forte influência sobre Lima. Nas *Memórias*, Lima saúda Braga, Ernest Renan (1823-1892), Hippolyte Taine (1828-1894), Eça de Queiroz (1845-1900), Ramalho Ortigão (1836-1915) e Oliveira Martins (1845-1894), um dos professores que Lima conheceu no curso de Letras, como grandes influências para a sua geração<sup>30</sup>. Desses nomes, bem como da conjuntura social portuguesa, Oliveira Lima absorveu uma segunda influência, o republicanismo, defendido por ele com paixão exagerada principalmente nos seus primeiros artigos jornalísticos. Sobre o republicanismo de Lima, ele afirma nas *Memórias* como nesse tempo “não havia estudante que não fosse republicano”, ele mesmo o era, e ceticamente encarava o pai que identificava D. Pedro II ao Brasil<sup>31</sup>.

Além do *Correio do Brasil*, Lima participou também do *Jornal do Recife* e do *Repórter*<sup>32</sup>, mas foi a integração na *Revista de Portugal* que lhe abriu as portas ao seio da intelectualidade portuguesa como jovem prodígio das letras. A revista era dirigida por ninguém

<sup>28</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios 1875 - 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 216.

<sup>29</sup> ABREU, Bernardino C. F. **Oliveira Lima: Um olhar brasileiro no Japão...** op. cit. p. 21.

<sup>30</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **Memórias...** op. cit. p. 29.

<sup>31</sup> Na mesma página escreve o Lima maduro: “Ele era com efeito a personificação da pátria”. LIMA, Manoel de Oliveira. **Memórias...** op. cit. p. 57.

<sup>32</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?...** op. cit. p. 63, 64.

menos que Eça de Queiroz e contava com a colaboração de consagrados literatos brasileiros como Olavo Bilac, Raul Pompéia, Machado de Assis, Rio Branco e Capistrano de Abreu, e portugueses, dentre os quais figuravam antigos professores de Lima na academia como Oliveira Martins, Pinheiro Chagas e Teófilo Braga<sup>33</sup>.

O trabalho mais importante de Lima na revista foi *Evolução da Literatura Brasileira*. Malgrado o título, é um texto partidário da República onde o autor oferece uma prévia da sua abordagem sociológica pautada na ideia de raça, na inferioridade dos indígenas, para ele, incapazes de contribuir significativamente para o progresso nacional; na crítica à colonização portuguesa e ao centralismo monárquico do tempo do Império que, na sua opinião, alijava as elites regionais do poder político<sup>34</sup>.

Através desses e outros escritos Lima popularizou seu nome nos principais círculos letrados de sociabilidade luso-brasileiros. Concomitantemente, estudava sua inserção na carreira diplomática com a qual nutria familiaridade desde a adolescência quando frequentava a legação brasileira de Lisboa. Ademais, porque seu genro, Araújo Beltrão, marido de Benedita, era diplomata, não só o encorajaria a seguir a carreira como estava disposto a ajudar a abrir-lhe as portas da corporação<sup>35</sup>.

## 1.6 O caminho da diplomacia, a dois

Lima concluiu seu curso superior em 1887, em 1890 retornou ao Brasil. No Rio de Janeiro, com sua reputação de apologista da República e uma boa recomendação de Beltrão, consegue encontrar-se com as figuras tarimbadas da República como Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e, ainda, com o então ministro das relações exteriores Quintino Bocaiúva<sup>36</sup>. Com essas credenciais, brevemente Lima estaria admitido como segundo secretário da legação brasileira em Lisboa.

Porém, antes de retornar à Europa, Lima passa breve mas prazerosa temporada com familiares e amigos em Pernambuco, onde conhece dona Flora Cavalcanti de Albuquerque, sua futura esposa. A moça era oriunda da aristocracia açucareira; ao escolher alguém com esses requisitos Oliveira Lima estaria integrando-se aos estratos tradicionais da sociedade

---

<sup>33</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 65.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>35</sup> Ibidem, p.67.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 71; FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil**... op. cit. p. 24.

pernambucana, afastando de si a pecha de *outsider*, tal qual fizera seu pai<sup>37</sup>. Nessa perspectiva, Lima, como brasileiro de nascimento, mas que havia passado a maior parte da vida no além-mar e que agora tentava inserir-se no estamento diplomático brasileiro, encontraria virtual antipatia ou mesmo resistência sem sólidos vínculos com a terra natal.

Contudo, talvez essas questões não tenham sido determinantes. Dona Flora tinha outros predicados salvos os de sua árvore genealógica. Era uma típica *sinhá*, mas que tinha recebido uma educação de alto nível, versada em valores vitorianos os quais, pensava-se na época, muito bem cairiam à uma dama moderna<sup>38</sup>. Ela também será muitíssima adequada para esposa de diplomata e historiador, dado que, além de dominar naturalmente o inglês, foi ela quem revisou e aconselhou os escritos de Lima até sua morte.

### 1.7 Em Lisboa e Berlim

Lima iniciou seus trabalhos na legação de Lisboa em 1891, então chefiada por Araújo Beltrão. Porém, por pouco tempo permaneceu no cargo. Ambos seriam engolfados pelas vagas monarquistas e republicanas que então se batiam nos dois lados do Atlântico, no Reino de Portugal e na República do Brasil, cuja ausência de carisma e suporte popular comprometia a segurança institucional do novo regime. Tal era a insegurança dos artífices da República que uma ordem foi expedida do Rio de Janeiro proibindo os dois diplomatas de participarem das cerimônias de exéquias pela morte do Imperador exilado D. Pedro II. Oliveira Lima, ainda fervoroso no seu credo republicano, naturalmente se escusou do incômodo compromisso oficial sob o pretexto do recente matrimônio<sup>39</sup>, tampouco Beltrão compareceu, o que provocou uma onda de intrigas que descambou na remoção de ambos. Lima e Flora foram transferidos então para a Alemanha.

Após essas turbulências, inicia-se um período de estabilidade para Oliveira Lima que, na capital do império alemão (1892) tem a oportunidade de estar bem perto de grandes ascendentes intelectuais da historiografia moderna além de apreciar a atmosfera política e cultural daquela nação que ainda passava por um frenesi militarista. Lima não pôde escapar ao

---

<sup>37</sup> HEINRICH, Nathalia. *Ser ou não ser antiamericano?*... op. cit. p. 76.

<sup>38</sup> FORSTER, Maria T. D. *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil*... op. cit. p. 25.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 25.

fascínio exercido pelo império cujo sucesso material não deixava de creditar ao gênio de Bismarck<sup>40</sup>.

De fato, a relativa tranquilidade em Berlim se reflete na intensificação do seu trabalho intelectual: publica *Pernambuco: Seu Desenvolvimento Histórico* em 1895 e no ano seguinte *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, também começa a pesquisa da sua grande obra *Dom João VI no Brasil*<sup>41</sup>.

Em 1895 consegue licença para uma estada no Brasil passando por Lisboa, afinal, Lima e Flora já estavam em Berlim há quase três anos e por motivos de saúde, ou porque sentiam a ausência dos companheiros e familiares, desejavam retornar. Uma vez no Brasil lograria Lima o imediato reconhecimento dos seus pares pelas recentes obras publicadas, principalmente a dedicada a Pernambuco, neste seu Estado recebendo homenagens do próprio governador e no Rio de Janeiro assumindo a honra de sócio correspondente do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

O Rio foi ainda ensejo para que Lima participasse do núcleo de amigos e intelectuais da *Revista Brasileira* cujos nomes maiores abrangiam, para citar alguns, Machado de Assis, José Veríssimo, Tobias Barreto e Graça Aranha<sup>42</sup>. De volta a Pernambuco, recebe a notícia de que fora cotado para primeiro secretário em Washington, uma promoção de cargo e para uma nação prestigiada, apesar de não europeia, que decerto muito lhe agradou<sup>43</sup>.

## 1.8 Nos Estados Unidos

A legação de Washington era liderada por Salvador de Mendonça, um dos diplomatas brasileiros mais entusiasticamente envolvidos com as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Pelo menos desde a década de 1870, Salvador atuou lá como ferrenho republicano liberal, leal ao objetivo de comunicar ao Brasil as qualidades que admirava na sociedade norte-americana, primariamente, o federalismo e a iniciativa individual<sup>44</sup>.

Salvador muito trabalhou para que os EUA fossem a primeira nação a reconhecer o regime brasileiro de 1889, o que efetivamente se concretizou enquanto ocupava o cargo de

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 27; HEINRICH, Nathalia. *Ser ou não ser antiamericano?*... op. cit. p. 80.

<sup>41</sup> FORSTER, Maria T. D. *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil*... op. cit. p. 28.

<sup>42</sup> HEINRICH, Nathalia. *Ser ou não ser antiamericano?*... op. cit. p. 83.

<sup>43</sup> FORSTER, Maria T. D. *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil*... op. cit. p. 29.

<sup>44</sup> HEINRICH, Nathalia. *Ser ou não ser antiamericano?*... op. cit. p. 94.

ministro plenipotenciário em virtude da Primeira Conferência Internacional Americana<sup>45</sup>. Provavelmente, este foi o laço que mais aproximou o novo secretário ao seu chefe, o republicanismo quase religioso. A partir daí, uma fecunda amizade se desenvolveria entre eles.

Assim que Lima chega em Washington em 1896 não fez outra coisa senão por sua pena ao combate, em vários artigos jornalísticos, contra as críticas que se multiplicavam no estrangeiro sobre a República brasileira. Muitas delas plausíveis, afinal a década de 90 dos 1800 foi particularmente conturbada para a nossa cena política. No mesmo ano, publica na *Nouvelle Revue, Sept ans de République au Brésil*, um balanço dos primeiros anos da República em tom otimista, porém crítico de alguns aspectos da nova feição política do Brasil, como sua inclinação militarista, e uma defesa dos Estados Unidos como o melhor modelo de desenvolvimento para o nosso país<sup>46</sup>.

Suas respostas visavam, entre seus maiores objetivos, combater as teses antiamericanas de Eduardo Prado, monarquista e autor de *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* (1890), que havia publicado outro manifesto deveras popular, *A Ilusão Americana* (1893), no qual criticava duramente a República brasileira e o espírito de imitação subserviente aos Estados Unidos que vigorava entre a nova classe política. Segundo ele, os Estados Unidos não eram o modelo adequado ao Brasil pois seus valores fundamentais, o utilitarismo e o individualismo dos povos anglo-saxões, seriam antagônicos àqueles herdados pela cultura hispânica. Portanto, sob pena de degenerar em mais um regime autoritário latino-americano, o Brasil deveria restaurar a monarquia e fortalecer a Igreja<sup>47</sup>; ainda levantava dúvidas quanto à idoneidade da política externa norte-americana baseada na Doutrina Monroe<sup>48</sup>.

Prado publicou sua obra no auge da crise da Revolta da Armada, esta que foi, além da Revolta Federalista e da Guerra de Canudos, outros grandes conflitos dos primeiros anos da República, especialmente grave por envolver a possibilidade de iminente intervenção estrangeira. Na solução desse impasse a legação brasileira de Washington, da qual fazia parte Salvador de Mendonça, foi determinante.

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 98.

<sup>46</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 85.

<sup>47</sup> FRANCISCO, Paula V. **Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira**... op. cit. p. 100, 101.

<sup>48</sup> Conforme a formulação de James Monroe, 5º presidente dos Estados Unidos, "América para os americanos", declarava a Doutrina Monroe o continente americano como uma área politicamente autônoma em relação à Europa. Considerando desta feita todo tipo de intervenção europeia como ilegal e ainda como um ato hostil aos Estados Unidos, que se auto colocavam no lugar de protetores da independência da América.



Porém, Salvador, que já vinha sendo alvo de críticas, as viu amontoarem-se umas sobre as outras na imprensa brasileira (umas sobre sua posição na Revolta da Armada, outras sobre o controvertido acordo Blaine-Mendonça) e termina sendo removido, deixando Washington depois de quase 20 anos de serviço nos Estados Unidos, partindo para Lisboa em 1898<sup>49</sup>. Oliveira Lima, um grande amigo, sente profundamente com esse fato e dá nota do seu profundo sentimento de indignação pelo que via como grande ingratidão dos brasileiros pelo antigo chefe.

Porém, viria a lamentar ainda mais com a chegada do substituto, Joaquim Francisco de Assis Brasil. Uma animosidade surge entre o novo ministro e secretário, motivada pelas respectivas esposas, que torna a convivência entre ambos sem outro remédio senão o afastamento do casal Lima. Dessa forma, Lima foi contemplado com novo cargo na legação de Londres, ao qual há muito ambicionava, paradoxalmente<sup>50</sup>.

Enquanto nos Estados Unidos, Lima colaborou como correspondente do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro e produzia artigos para a *Revista Brasileira*. Escrevia semanalmente, sob pseudônimos, sobre os principais temas da política norte-americana de então, desde as eleições presidenciais de 1896, à Guerra Hispano-americana e a nascente política colonial do país em relação à Cuba, Filipinas e Havaí<sup>51</sup>. Posteriormente, em 1899, esses escritos serão coligidos em um livro, *Nos Estados Unidos - Impressões Políticas e Sociais*.

A obra será a primeira da série de "relatos de viajante", gênero literário que muito apreciava, produzida por Oliveira Lima ao longo dos seus serviços diplomáticos (incluindo *No Japão*, *Na Argentina - impressões* e *Na América Espanhola*, esta publicada postumamente). Abrange onze capítulos: O problema negro; Efeitos da imigração; A qualidade do povo; A influência da mulher; A sociedade; O figurino político; Catolicismo e educação; Escritores americanos; A política externa; Relações do Brasil com os Estados Unidos e Política colonial.

Sua proposta é bem objetiva, apresentar aos brasileiros a "Grande República do Norte" e oferecer o que dela pode ser aproveitável como modelo para o Brasil. Dessa operação, Lima apreendeu uma forte impressão do que chamou de "o atraso brasileiro", enquanto desenvolveu

---

<sup>49</sup> FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil...** op. cit. p. 30.

<sup>50</sup> FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil...** op. cit. p. 31; HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 152.

<sup>51</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 104.

uma simpatia pelos Estados Unidos que beirou a aceitação das teorias do "excepcionalismo americano" e do "Destino Manifesto"<sup>52</sup>.

Seguindo o fio dos capítulos percebemos as etapas para a explicação da conjuntura de inserção dos Estados Unidos no mundo. Como afirma Nathália Heinrich, em *Nos Estados Unidos*, é a ideia de raça que fundamenta a análise de Lima, sendo ela o fator determinante para o sucesso ou miséria dos povos na sua leitura<sup>53</sup>; tal problemática ocupa espaço tão primordial que o sucesso dos Estados Unidos não poderia ser narrado sem uma introdução da questão racial.

## 1.9 Racialismo

Podemos rastrear o racialismo de Lima no curso de Letras onde aprendeu uma teoria evolucionista da História, mas, é nessa obra sobre os Estados Unidos que Lima precisamente demonstra como instrumentaliza essa ideia em uma análise concreta da política e sociedade. Preliminarmente, para ele, e vários outros intelectuais da transição do XIX ao XX, as sociedades podiam ser classificadas entre não civilizadas e civilizadas, apenas estas possuiriam História (temos aqui a perpetuação da divisão hegeliana entre povos históricos e não históricos).

O critério para discernir a civilização de uma sociedade é, em Lima, a participação no "intercurso cada vez maior e mais íntimo entre os povos"<sup>54</sup>, ou seja, a contribuição de cada povo ao longo da História para o "progresso" e para o "patrimônio moral da humanidade" compõe "o movimento geral da civilização"<sup>55</sup>.

À classificação dos diferentes povos baseada no progresso material se apresenta a teoria racialista como uma espécie de explicação naturalista (e simplista). De acordo com ela, Oliveira Lima perpetua a categorização tradicional que divide os homens entre brancos, negros e

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 105, 106. As teorias do Destino Manifesto e do Excepcionalismo Americano, resumidamente, dizem respeito ao imaginário imperial amplamente difundido no século XIX de que os Estados Unidos estavam fadados a espalhar a democracia, liberdade econômica, o desenvolvimento material e cultural, em uma palavra, "civilização", para os mais distantes e retrógrados povos do mundo, por suas virtudes especiais, seu poderio militar e econômico e até quase por uma missão divina.

<sup>53</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 114, 121.

<sup>54</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **História da Civilização**... op. cit. p. 20.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 16, 21, 23.

amarelos. Diz ele que a "raça negra" seria incapaz de elaborar uma "civilização regular e progressiva", havendo, embora, exemplos individuais de progresso intelectual<sup>56</sup>.

Quando fala da "raça amarela", porém, Lima parece discordar das teses racialistas usuais baseadas no pressuposto do "imobilismo chinês", segundo as quais os povos asiáticos seriam de civilização estacionária. Nas suas palavras, "o exemplo do Japão no Meiji (...) bastaria para alterar tal impressão"<sup>57</sup>, sugerindo que ao invés de estacionários os asiáticos teriam gênio *imitativo*. Vale pontuar o fato de Lima provavelmente ter mudado seu conceito dos asiáticos depois da experiência no Japão.

Quando aborda a "raça branca", por fim, Lima a descreve como a única "que oferece o espetáculo de um progresso contínuo e compreensivo"<sup>58</sup>, dela fazendo parte os semitas, persas, gregos, romanos e todos os outros ramos indo europeus, incluindo da mesma forma e sem embaraço, os chamados "camitas" ou antigos egípcios que fundaram "um dos mais antigos centros de civilização". Aqui Lima também dá voz a historiadores que creditam "o caráter estacionário da civilização hindostânica" a uma "vasta mestiçagem" entre povos negros e dravídicos<sup>59</sup>. Um resquício da sua visão negativa sobre a miscigenação, muito presente no início da sua carreira, quando o autor se referiu, em 1896, às sociedades brasileira e norte-americana, ambas entrelaçadas, apesar de diferentes, pelo que denominou "problema negro".

\*

A formulação do "problema negro" diz respeito ao cenário, apreciado por Lima nos Estados Unidos, de crise dos Estados do Sul, cuja economia fundamentalmente agrícola via abundar, com o fim da escravidão, campos não trabalhados e população empobrecida<sup>60</sup>. Um cenário compartilhado em muitos aspectos pelo Nordeste brasileiro, paralelo muito enfatizado pelo autor<sup>61</sup>.

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

<sup>59</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **História da Civilização...** op. cit. p. 26.

<sup>60</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 115.

<sup>61</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais**. Brasília: Senado Federal, 2009. p. 82.

De acordo com a leitura evolucionista de Lima, a presença negra era um "problema" tanto para os Estados Unidos quanto para o Brasil<sup>62</sup>. Assim justifica sua posição:

além de entregar-se exclusivamente à cultura do algodão pelos processos mais rotineiros e atrasados, o negro salienta-se pela indolência e negligência com que executa o serviço. Não só se não torna, por via de regra, proprietário, nem mesmo dos lotes de terra pública oferecidos a baixo preço pela administração, como deixa estragarem-se as obras que ocupa (...) Vive sempre na miséria, gastando quanto apura nos anos fartos, e passando fome, pedindo fiado sob hipoteca da colheita futura nos anos magros<sup>63</sup>

Porém, Heinrich ressalta que Lima não defende a escravidão<sup>64</sup> nem o desprezo ao negro<sup>65</sup> que, ao invés de "inútil", precisava ser instruído<sup>66</sup>. Importa notar que Lima não aponta a miscigenação como um remédio para o "problema" no caso dos Estados Unidos. Ele acreditava que a mistura com "raças atrasadas" tenderia a enfraquecer os caracteres naturais de um povo superior e, portanto, se os norte-americanos brancos coabitasse com os negros poderiam arruinar supostas garantias biológicas do progresso do país<sup>67</sup>.

Na sua análise, a pureza étnica é a pedra de toque que distingue e define o sucesso dos colonizadores dos Estados Unidos e, necessariamente, o fracasso dos do Brasil, marcado profundamente pela miscigenação. Assim é, quando Lima interpreta e diagnostica as causas do "atraso brasileiro" em relação aos Estados Unidos.

Depois de elencar os obstáculos comuns em ambos os hemisférios ("índios, senhores da terra, concorrência estrangeira armada, elementos naturais") ele contrapõe a "raça nova" dos ingleses à "raça açodada" dos portugueses, a fé de consciência à "fé proselítica", a pureza das intenções à "ganância tumultuosa", e por fim, a pureza étnica cultivada na América do Norte à mestiçagem "abastardada" dos portugueses. Não é exagero dizer que a raça era o fator determinante para sua explicação<sup>68</sup>.

---

<sup>62</sup> Lima debitava a miséria dos estados do Sul ao negro: Ao contrário dos estados com maior concentração de imigrantes europeus, "naqueles condados do sul onde, predominando pelo número, o negro vive para assim dizer entregue a si, o retrocesso é visível"; LIMA, Manoel de Oliveira. **Nos Estados Unidos...** op. cit., p. 82.

<sup>63</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **Nos Estados Unidos...** op. cit. p. 75.

<sup>64</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 116.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>66</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **Nos Estados Unidos...** op. cit. p. 87.

<sup>67</sup> Lima afirma já nos seus últimos escritos não possuir preconceitos seja de raça ou de religião; LIMA, Manoel de Oliveira. **Memórias...** op. cit. p. 5.

<sup>68</sup> "A diferença de resultado na colonização dos dois continentes, ou melhor, da América inglesa e da América latina, deve mesmo filiar-se mais que tudo nas qualidades das respectivas raças conquistadoras" LIMA, Manoel de Oliveira. **Nos Estados Unidos...** op. cit., p. 91.

Portanto, o Brasil, que carecia de pureza étnica, branca, deveria buscá-la por meio da imigração seletiva, tal qual os Estados Unidos, trazendo os melhores dos europeus e evitando "povos atrasados" tais como os chineses, eslavos, judeus e até japoneses. A imigração "corrigirá a extrema mestiçagem estabelecida pelo português e firmará a real supremacia dos brancos"<sup>69</sup> além de evitar o "alastramento de raças inferiores", arremete Lima, por fim.

Enfim, a visão do autor, eivada de preconceções raciais, denuncia a estreiteza das perspectivas de análise social vigentes no meio científico do seu tempo, mas, além disso, a ideia de que o negro, como o indígena, não seria capaz de contribuir para o progresso de uma nação ou da humanidade a menos que fosse "civilizado", coadjuvado, tanto é muito conveniente para justificar a organização produtiva de um engenho como poderia facilmente ser aplicada sobre a análise internacional: Quando transposta para o campo das relações entre os povos, Lima bem demonstra, equivale à inequívoca declaração da incapacidade ao autogoverno de uma "raça" e, conseqüentemente, a uma plataforma narrativa para o imperialismo<sup>70</sup>.

Conforme Heinrich, para Lima, os Estados Unidos não estavam apenas abrindo novos mercados para o escoamento da sua magnífica produção industrial em terras distantes, nem tinha sua política externa a ambição colonialista das potências europeias. Para ele, em um nível superior, os Estados Unidos estavam a promover aos povos "sem História" ou atrasados o contato necessário para que viessem a ascender ao nível cultural do "primeiro mundo"<sup>71</sup>. Um imperialismo "do bem".

Basta-nos, por agora, essa noção preliminar de imperialismo, embasada na classificação racialista, na suposta superioridade do anglo-saxão, no darwinismo social e na ideia de missão civilizadora, aspectos tão presentes nessa obra do autor. Registremos também essa fase<sup>72</sup> de Oliveira Lima, republicana e crítica à herança ibérica, muito destoante do Lima que se nos apresenta no século XX, simpático à monarquia brasileira e ao rei D. João VI.

### 1.10 Amizade em Londres

---

<sup>69</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **Nos Estados Unidos...** op. cit., p. 90.

<sup>70</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 136.

<sup>71</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 106, 145.

<sup>72</sup> Podemos dizer que Lima nunca abandonou sua ótica racialista, mas houve um "amadurecimento" FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil...** op. cit. p. 161.

Após os desentendimentos com Assis Brasil, aquele que substituíra Salvador de Mendonça na legação de Washington, Lima foi transferido para Londres, uma mudança muito feliz aliás. O começo de século na Inglaterra lhe foi de fato um dos períodos mais gratos. Pouco tempo depois da chegada do novo secretário, o chefe da legação, José Arthur de Souza Corrêa, viria inesperadamente a falecer, deixando a Lima o ofício interino de encarregado dos negócios. Apesar das circunstâncias, Lima, um jovem diplomata em começo de carreira, ganha um cargo alto e sobretudo na mais importante metrópole do mundo.

Outro motivo foi a proximidade ao *British Museum*, muito bem aproveitada por Lima que assim pôde fazer andar suas pesquisas. Em Londres publica *O Reconhecimento do Império e Relação dos Manuscritos Portugueses e Estrangeiros de Interesse Para o Brasil, Existentes no Museu Britânico de Londres*, uma atualização da catalogação trabalhada anteriormente por Varnhagen dos documentos existentes na instituição<sup>73</sup>.

Uma terceira ventura desse período foi o fortalecimento de laços com Joaquim Nabuco. Depois de dez anos de exílio auto imposto em razão do golpe republicano, este chega a Londres como chefe da Missão Especial para as tratativas da questão da Guiana Inglesa, marcando seu retorno à vida política<sup>74</sup>. Ambos tiveram boas horas de convivência em conversas, chás e procura por obras raras em sebos britânicos, em companhia também de Graça Aranha, Eduardo Prado, Silvino Gurgel do Amaral, Domício Gama e outros<sup>75</sup>. Nabuco finalmente sucedeu a Corrêa como ministro em Londres em 1900, mas Lima ainda o acompanharia, no ano seguinte, no funeral da rainha Vitória antes de partir para seu novo cargo, Encarregado de negócios no Japão.

### 1.11 Para o Japão

Ao saber de seu novo destino, Oliveira Lima não deixa de registrar sua aflição. Em correspondência a Nabuco se desespera ante a possibilidade de encontrar nas terras do Micado beribéri, terremoto, calor, calvície repentina e outros males dignos do fim do mundo<sup>76</sup>. Desnecessário dizer que seus temores eram infundados, na verdade, baseados em

---

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>74</sup> SALES, Sonia. *O Menino de Massangana Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010. p. 137.

<sup>75</sup> *Ibidem*, 139; HEINRICH, Nathalia. *Ser ou não ser antiamericano?*... op. cit. p. 153.

<sup>76</sup> FORSTER, Maria T. D. *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil*... op. cit. p. 34.

*misconceptions* resultantes de séculos de desconhecimento e imaginação, no fim dirá que sente deixar o Japão, por ser "uma vida muito agradável a que aqui se passa" <sup>77</sup>.

Oliveira Lima foi designado para reativar a legação brasileira em Tóquio, aberta por Henrique C. R. Lisboa (em 1897) em continuidade ao Tratado de Amizade, Comércio e Navegação firmado entre o Império do Japão e os Estados Unidos do Brasil em 1895<sup>78</sup>. Esta histórica concordata foi fruto de esforços mútuos entre os dois distantes países, idas e vindas de personalidades "exóticas" do outro lado do mundo<sup>79</sup> quando o Brasil ainda era imperial. Fruto também dos longos esforços dos ministros e oficiais das relações exteriores japoneses em desfazer as concessões comerciais e jurídicas impostas pelos Tratados Desiguais<sup>80</sup>, e estabelecer com autonomia relações com países de todo o globo baseadas no princípio da mútua e cordial paridade.

Lamentavelmente, desde dezembro de 1898 a representação brasileira estava extinta no Japão por alegados problemas financeiros da República. Abreu identifica no fato a tendência pós-golpe de "republicanizar" as relações exteriores do Brasil, ou seja, mudar nossos parceiros preferenciais e nos aproximar da realidade dos nossos vizinhos americanos<sup>81</sup>. De fato, a diplomacia brasileira sofreu uma mudança de eixo, muito bem definida e referenciada pelos especialistas do tema. De centrada na Inglaterra monárquica passou a ser nos Estados Unidos, modelo dos valores republicanos, numa época, vale dizer, em que as relações diplomáticas começavam a deixar de se pautar mais pelo alinhamento cultural e, digamos, identitário, do que com a abertura de portos ao escoamento de sacas de café<sup>82</sup>. Assim, as relações com o Japão ou com a Rússia não eram tão interessantes e podiam ser suspensas, pois, ademais, a distância dificultava o comércio. O Japão tinha, entretanto, um elemento de interesse para os oligarcas

<sup>77</sup> Carta à Rio Branco 3/3/1903; LIMA apud YOKOTA, *In*. LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 24.

<sup>78</sup> FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil...** op. cit. p. 34, 35.

<sup>79</sup> Registre-se o espetáculo de um acrobata japonês, Manji Takezawa, trabalhando no Império das Américas como instrutor de jiu-jitsu da Guarda Real, e o de um príncipe dos Orléans e Bragança, Augusto Leopoldo, em robes tradicionais japoneses; OGASAWARA, Koei (org.). **Os imigrantes japoneses precursores: Um olhar histórico sobre o período pré – Kasato-Maru**. São Paulo: BUNKYO/Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, 2007. p. 6,14.

<sup>80</sup> Geralmente se designam "tratados desiguais" os acordos impostos à China após derrotas militares pela Inglaterra. A série de acordos estipulavam que os portos chineses deveriam abrir-se para os produtos britânicos, com cláusulas muito desiguais em prejuízo dos chineses. Por extensão também podem designar os acordos sucedidos entre os norte-americanos e os japoneses após 1868.

<sup>81</sup> ABREU, Bernardino C. F. **Oliveira Lima: Um olhar brasileiro no Japão...** op. cit. p. 102.

<sup>82</sup> FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil...** op. cit. p. 68; SANTOS, Norma B. **A Política Exterior da Velha República (1889 – 1930)**. Brasília: Revista de Informação Legislativa, n. 111, pp. 253 – 270. Jul./Set.1991. P. 258; FRANCISCO, Paula V. **Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira...** op. cit. p. 93, 98.

do café brasileiro e esses motivos, que levaram à reabertura da legação brasileira em Tóquio, foram os mesmos que da sua inauguração, estudar e facilitar os trâmites para a imigração de mão de obra japonesa no Brasil. Nesse contexto, Oliveira Lima é convocado a servir no Japão.

### 1.12 No Japão

A estada de Lima na *Terra do Sol Nascente* não foi de forma alguma uma experiência ingrata como tanto temia. Seus escritos em *No Japão* revelam um Oliveira Lima absorvido pelas belezas exuberantes da natureza do país-ilhas, das produções artísticas e culturais dos templos, dos costumes e divertimentos populares, além, é claro, do cenário político e social do império em ascensão militar e industrial, sempre buscando identificar rupturas e continuidades entre o “novo” e o “velho” Japão<sup>83</sup>.

Desde o longo percurso naval do casal Lima, pôde o autor se deixar embalar por devaneios tranquilos, como que a recordar as antigas travessias transoceânicas dos navegantes coloniais portugueses em direção ao Extremo Oriente<sup>84</sup>. Ainda no pacote de 11, 000 toneladas, Lima deu nota do fascínio que os japoneses devotavam aos instrumentos científicos do Ocidente. Descreve com jovialidade o caso de um infeliz chinês que, acometido de algum mal, precisou ser submetido à uma análise sanguínea via microscópio. Lima viu no fato como o instrumento "salvou o dia" identificando a doença do chinês e usa de ensejo para expressar o quanto a civilização do Japão é verdadeira, pelo grau de instrução e domínio técnico do conhecimento científico alcançado pelos japoneses<sup>85</sup>. Lima usa o incidente do chinês para falar sobre como o Japão não está apenas meramente "lambuzado" de civilização, mas que o progresso japonês é atestado pela robusta estrutura de pesquisa e ensino da Universidade Imperial de Tóquio, exemplifica<sup>86</sup>.

Se o microscópio inovou a medicina japonesa, “O Japão (ainda) é um país onde medra o assassinato político”, diz Lima na página 46. São essas palavras que melhor traduziram a forte impressão recebida por Lima quando, no mesmo dia em que chegou a Tóquio, “um dos políticos mais influentes, mais enérgicos e mais conhecidos do Japão, Hoshi Toru, caía varado por dez golpes de espada (...) em plena sala de sessões da câmara municipal da capital”<sup>87</sup>.

<sup>83</sup> Como por exemplo nas páginas 172, 177, 272 e 273 de *No Japão*.

<sup>84</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 29.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 157-158.

<sup>86</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 158.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 47.



“O velho Japão subsistirá sem dúvida eternamente em aspectos múltiplos e ricos de tradição”, diz Lima<sup>88</sup>, que louva o grau de civilização alcançado pelo Japão e aponta continuidades dos períodos anteriores. Essa dualidade foi uma feliz constatação para o autor que afirma ter esperado encontrar no “Extremo Oriente uma imitação fiel e prosaica (...), uma macaqueação completa do Extremo Ocidente” e, no lugar disso, diz ter enxergado o Japão dos Tokugawa, com seus biombos e *kakemonos*, que subsiste apesar do Japão dos caminhos de ferro, dos barcos a vapor, das usinas e das lâmpadas elétricas<sup>89</sup>. Chega a se referir a esse quadro de permanência do antigo no novo como uma fase de transição ou adaptação<sup>90</sup>, temporária, que atenuará o contraste<sup>91</sup>.

O que Lima também não esperava era que vivenciaria de forma crua a não “integração dos espíritos”<sup>92</sup> que ainda acompanha o processo de adaptação da cultura ocidental no Japão. Assim fala da sociedade que o acolheu durante sua atividade diplomática

É em Tóquio que o estrangeiro, sobretudo em posição diplomática, pode penetrar mais na vida japonesa, tendo entrada numa sociedade que, se é aparentemente a mais desbotada de cor local, é em compensação a mais rica de espírito local. Verdade é que a penetração do estrangeiro não vai mais fundo do que a camada oficial, e que o intercuro mesmo assim estabelecido nunca passa de oficial, pois que, desde o momento em que deixam de exercer seus cargos políticos e ocupar suas dignidades na corte, os que compõem aquela sociedade artificial e intencional retraem-se e escondem-se, tornando-se incomunicáveis<sup>93</sup>

Talvez uma muito menos feliz constatação para Lima esse fechamento, essa impenetrabilidade, da alma japonesa, e ainda, uma “animosidade”, “aversão”, e mesmo “antipatia” ao estrangeiro, que se disfarçam sob o véu da civilidade<sup>94</sup>; mesmo quando o estrangeiro é, nas suas palavras, um dos *foreign employers* aos quais o Japão deve parte da sua “maravilhosa reforma”<sup>95</sup>.

Lima, enfim, deixa o Japão com a resolução de que aquele país soube modernizar-se por si mesmo preservando todo o arcabouço tradicional da sua cultura. Essa tão forte impressão

---

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 175.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 226, 231.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 271.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 269.

<sup>94</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 164, 270, 274.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 295.

o leva a relativizar a ideia da raça amarela estacionária, contrapondo o imobilismo dos chineses ao progresso do Japão Meiji na sua *História da Civilização*<sup>96</sup>. Mas também fica convencido de que os japoneses não eram o povo mais adequado para fornecer ao Brasil a mão de obra requisitada pela monocultura cafeeira, talvez por causa da forte impressão da dualidade ou não integração social deles para com os estrangeiros, adquirida enquanto permaneceu na sociedade de Tóquio.

### 1.13 Novas ideias para um novo século

Antes de prosseguirmos, se faz mister dar nota da sensível transformação no pensamento de Oliveira Lima que começa a se operar entre *No Japão* e os anos imediatamente posteriores, pelo menos em dois pontos em especial, a valorização até então incomum, senão inédita, das raízes hispânicas do Brasil pelo autor e uma atitude crítica e desconfiada à política externa norte-americana. Uma aclimação necessária, afinal, a pouco discutíamos um Lima republicano até a medula, descrente de que a civilização brasileira seria *per si* capaz de algum progresso, e tributário da cultura política dos norte-americanos.

A mudança de panorama nas ideias de Lima é melhor percebida quando ele escreve sobre Pan-americanismo, pois o tema mobiliza suas visões acerca da inserção do Brasil no contexto americano. Com efeito, se antes Lima pautava a filiação internacional brasileira no quadro *americano*, no qual os Estados Unidos eram o suprasumo dentre as republiquetas latino-americanas e que deveriam ser imitados, agora ele detém-se mais nos laços herdados da Europa e que servem simultaneamente de cimento entre as nações sul-americanas, portanto, a raiz comum hispânica (ibérica) como o arcabouço de um sistema *latino-americano* (visão que enfatiza as diferenças entre anglo-saxões e latinos, não como capitulação por um "atraso brasileiro", mas, de forma afirmativa).

Autores dão nota de uma lenta transformação nos posicionamentos de Lima<sup>97</sup>. Canonicamente, o período compreendido entre *No Japão* (1903) e *Panamericanismo* (1907) é tido como da passagem de um Lima monroísta para um mais latino-americano. Não obstante, bem antes de *Panamericanismo* (1907) é possível observar os germens desses posicionamentos em uma espécie de redenção da reputação dos colonizadores portugueses, antes tido por meros

---

<sup>96</sup> Ver categorização das raças em *História da Civilização* na página 17.

<sup>97</sup> MALATIAN, Teresa M. **Oliveira Lima nos Estados Unidos**. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n.2, p. 497 – 507, Jul./Dez. 2008. p. 504.

“aventureiros brigões que abordavam a terra da Vera Cruz sob o comando de uns fidalgotes sem vintém”<sup>98</sup>.

*No Japão* oferece muitos exemplos do inesperado zelo de Lima à "lusitanidade": Em diversas passagens exalta o fato de que "foram os portugueses os primeiros, chegados pelo mar, a desembarcar sem medo, mercadejar sem descanso e dominar sem piedade nas terras tropicais, gordas, férteis e luxuriantes do continente asiático"<sup>99</sup>. Não obstante, o autor nada compartilha do zelo religioso "proselítico" daqueles aos quais se refere, até se referindo muitas vezes aos missionários e a sua doutrina de forma bastante incoerente a um católico confesso<sup>100</sup>.

O ensaio de redenção do português se contém na inebriada aclamação da expansão cultural e linguística sobre os mais "diferentes estranhos povos com que o Reino esteve em contato"<sup>101</sup> e ao "*old sparkling latin blood*" herdado pelos brasileiros<sup>102</sup>, como falou às damas do *Getsuyoukai* (Clube Segunda-feira) em Tóquio (1902).

Heinrich, por sua vez, recorda *Secretário d'El Rey*, única peça de teatro publicada por Lima (1904), nela a autora identifica "a revalorização do passado português e a gratidão pelo passado ibérico", que encontraria em *Dom João VI no Brasil* "sua máxima expressão"<sup>103</sup>.

Seria difícil estabelecer com precisão as causas que deram início ou impulsionaram esse processo de transformação do pensamento de Lima, mas podemos recordar alguns possíveis fatores: talvez a convivência com Joaquim Nabuco e suas ideias acerca do Estado brasileiro, o desenvolvimento das pesquisas em Londres para *O Reconhecimento do Império* e *Dom João VI no Brasil*, ou mesmo a constatação em primeira mão do exemplo de um grande progresso material alicerçado em bases culturais tradicionais (Japão), fizeram com que Lima criasse uma imagem de como deveria ser a civilização brasileira fiel à sua "essência", quer dizer, dissociada da imitação frívola dos Estados Unidos.

Ao cabo do processo, já no novo posto na capital venezuelana, Lima parece ter se descolado de sua área de interesse primordial, a história de Pernambuco e da literatura<sup>104</sup>, para se converter cada vez mais "em um especialista em política internacional contemporânea"<sup>105</sup>.

<sup>98</sup> LIMA, *apud* HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 65.

<sup>99</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão**... op. cit. p. 28.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 90, 91.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 357.

<sup>103</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 167.

<sup>104</sup> MALATIAN, Teresa M. **Oliveira Lima nos Estados Unidos**... op. cit. p. 498.

<sup>105</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 103.

### 1.14 Pan-americanismo em Caracas

Ainda no Japão, Lima soube que seu novo destino seria o Peru e se recusa prontamente a aceitar o cargo. Estava ele no meio das pesquisas para *D. João VI no Brasil* e já tinha passado um bom tempo no Japão, longe de centros de pesquisa europeus e com trabalho suficiente para travar-lhe a continuação. Lima desejava um posto na Europa que fosse conveniente com sua atividade de historiador<sup>106</sup>, talvez Londres ou Berlim.

Para sua tristeza, porém, o barão do Rio Branco, o então ministro das relações exteriores, estava resolutamente decidido a contar com sua ajuda na Questão do Acre. Como é notório, o barão se dedicou inteiramente em resolver as antigas disputas fronteiriças do Brasil com seus vizinhos, fazendo disso mesmo o maior e mais urgente problema da diplomacia brasileira. Portanto, talvez o ministro não quisesse intencionalmente prejudicar a carreira do subordinado Lima, mas foi assim que este entendeu o ocorrido, como uma demonstração de desafeto pessoal lhe negar um cargo na Europa. Enquanto procurava recorrer à decisão do ministro, Lima postergava assumir o malfadado cargo. As mensagens oficiais se tornaram rapidamente frias e obscuras, Nabuco, intermediava tentando dissuadir Lima de seu ranço enquanto contemporizava as declarações deste junto ao barão.

O cenário está posto para uma das crises de pessoal mais famosas da diplomacia brasileira. Lima no Rio de Janeiro começa uma campanha de descredibilização à administração de Rio Branco, no que tange à política externa e à reforma da burocracia diplomática, ao mobilizar seus contatos e seu espaço de historiador e jornalista na imprensa. Vale ressaltar brevemente, que a relação de Lima com Rio Branco era das melhores quando, de Londres, Lima lhe enviava cópias de documentos. Quando receberam a notícia de que Rio Branco assumiria a pasta das relações exteriores, Lima e Nabuco celebraram às largas<sup>107</sup>. A indicação ao Peru foi de fato o pomo de discórdia entre ambos.

O impasse perdurou até 1905 quando Lima finalmente aceita assumir um novo posto, em Caracas, não sem um certo desagrado, por se tratar de um país da América do Sul. Ter aceitado a mudança de itinerário não significa que a animosidade com o barão tenha acabado,

---

<sup>106</sup> VELLOZO, Júlio. **Oliveira Lima lendo Capistrano de Abreu** - renovação de paradigmas e disputa (1903 – 1904). In. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. p. 2.

<sup>107</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 161.

longe disso, perpetuou-se, pois agora Lima estava inserido na problemática da América Latina e teria mais propriedade ao criticar a política do barão.

A Venezuela que recebia Lima, porém, o chamaria a defrontar-se com um problema de maior magnitude, o país era o núcleo incandescente das tensões internacionais que envolviam a relação da América Latina com a Europa e os Estados Unidos. Os venezuelanos estavam envolvidos em questões de fronteira com a Inglaterra (Guiana Inglesa) e, pouco tempo antes da chegada de Lima, haviam sofrido ameaça de retaliação por potências europeias em decorrência de dívidas de empréstimos. Este evento, que só foi solucionado com a intervenção norte-americana (Doutrina Monroe), tornou patente a urgência de elaborar formas de arbitramento internacional que salvaguardassem a soberania e a integridade territorial dos países sul-americanos, ou seja, a iminente problemática era a do Pan-americanismo.

O projeto norte-americano de Pan-americanismo tomou forma com as eleições presidenciais de 1904. Theodore Roosevelt fora reeleito e inaugurava uma nova fase para a projeção do renome dos Estados Unidos no exterior, a do chamado Corolário Roosevelt. Conforme a nova orientação, os Estados Unidos resguardavam a si a incumbência de interferir em qualquer dos Estados latino-americanos em vista de garantir a boa ordem política e social e o pagamento de dívidas contraídas por esses países com potências externas.

Já é sabido que Lima era um loquaz defensor dos Estados Unidos e de sua "benévola" influência cultural e política sobre os países atrasados desde seus primeiros trabalhos como diplomata. Como então responderia à nova conjuntura? Confiaria ele a segurança do continente Americano aos Estados Unidos ou advogaria uma aliança de repúblicas latino-americanas? O posicionamento de Oliveira Lima sobre os Estados Unidos incidiria diretamente sobre suas respostas para essas questões.

E elas viriam no momento em que Lima passava por uma nova e impactante experiência de amadurecimento intelectual na Venezuela, não só em virtude da mudança de perspectiva (agora julgava os Estados Unidos a partir de um país latino-americano de língua espanhola), mas pelo intenso intercâmbio com pensadores venezuelanos antiamericanos, com os quais passou à ter familiaridade<sup>108</sup>. Efetivamente, uma mudança se operou no posicionamento de Lima, os Estados Unidos ainda eram admirados como modelo de virtudes civis, entretanto, sua política externa não era mais digna da confiança irrestrita de antes, mas de críticas.

---

<sup>108</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 180.

As primeiras que apareceram se concentraram na nova orientação ofensiva da Doutrina Monroe. Para ele o monroismo não tinha mais o mesmo objetivo de proteção dos Estados americanos contra tentativas de colonização ou agressão europeia, agora, fazia-se da América a zona de influência exclusiva dos Estados Unidos a partir de bases muito questionáveis.

Lima passou a tomar o partido dos venezuelanos em oposição aos planos que os Estados Unidos tinham para a América. Ele defendia uma "nova base" para a Doutrina Monroe, próxima ao entendimento de Salvador de Mendonça (e de Bolívar), que era o de responsabilidades compartilhadas entre os países americanos, que tiraria dos Estados Unidos a prerrogativa unilateral de intervenção<sup>109</sup>. Como afirma Heinrich, em 1905, "já não se vê nem sombra do jovem republicano que via apenas boas intenções na Grande Irmã do Norte"<sup>110</sup>.

Esse posicionamento, com as críticas sobre o monroismo e a segunda administração de Roosevelt, tiveram o efeito colateral de prejudicar sua amizade com Nabuco, pois, desde o seu retorno à vida pública Joaquim Nabuco atuou incessantemente nos Estados Unidos, se tornando mesmo um dos maiores patronos da aproximação diplomática do Brasil com esse país. Desde o começo do século vinha trabalhando com dedicação no intuito de fazer do Brasil o principal aliado dos EUA no continente, enquanto sinalizava ao Itamaraty anuência ao projeto norte-americano para o hemisfério. Todos seus esforços estavam concentrados para a III Conferência Panamericana de 1906 e por isso trabalhou para construir bons contatos na alta esfera social norte-americana, conseguindo bom conceito junto a Roosevelt e cordial parceria com seu Secretário de Estado Elihu Root<sup>111</sup>.

Porém, Lima na imprensa alardeava a temeridade que era para os países submeterem-se ao arbítrio de Washington, não poupando sua pena nem sobre a atuação do amigo Nabuco (e aliados), para o qual, inclusive, mandava cartas alertando-o do seu monroísmo exagerado, com independência de opinião e sinceridade características. Concomitante às críticas a Doutrina Monroe, Lima propulsionava a Doutrina de Drago, chanceler argentino que, durante o já mencionado bloqueio naval contra a Venezuela, declarou ilegítimo o uso de força ou ocupação de território como forma de coação do pagamento de dívidas, uma vez esgotados os recursos jurídicos cabíveis<sup>112</sup>.

---

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 194, 195.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 190.

<sup>111</sup> SALES, Sonia. **O Menino de Massangana Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010. p. 147.

<sup>112</sup> FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil...** op. cit. p. 103.

Para Lima, cada país latinoamericano deveria ter seu quinhão de soberania, não tendo os EUA o privilégio exclusivo da força e do direito de exercê-la, o que equivalia, no seu entendimento, à "latinizar" a Doutrina Monroe<sup>113</sup>. Portanto, em suma, Nabuco via como se o amigo estivesse trabalhando pelo fracasso dos seus mais dedicados esforços; não poderia haver outra reação senão o rompimento das relações entre ambos.

Finalmente, na conferência, Brasil e EUA concordaram entre si em muito pouco. Apesar da delegação brasileira, que contava com Rui Barbosa, ignorar a Doutrina Drago, nas outras questões os brasileiros se posicionaram em favor da soberania individual dos países latino-americanos. Os resultados práticos foram aquém das expectativas, principalmente para Nabuco que veio a lamentar o desfecho, ressentindo-se do Itamaraty por não ter valorizado a rara oportunidade para o Brasil pela qual tanto trabalhou.

Os artigos que Lima publicou nesta fase, sobre política pan-americana, Rio Branco e Nabuco, foram publicados pelo O Estado de São Paulo e posteriormente formaram o livro *Panamericanismo* (1907).

### 1.15 Polêmicas e exílio

Lima deixa a América para trás e parte para nova convocação, dessa vez finalmente na Europa, Bruxelas, na Bélgica. Nesse período viria finalmente à lume *Dom João VI no Brasil*. Continuaria atento aos desdobramentos do continente natal, mas sua atividade principal seria em outras áreas. Em 1908, logo que chegou na capital belga, foi feito representante do governo brasileiro no IX Congresso Geográfico de Genebra<sup>114</sup>. A primeira de inúmeras conferências que o autor promoveria por toda a Europa nos próximos anos. Em 1911 lecionou na Sorbonne o curso *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, posteriormente transformado em livro. Nos Estados Unidos, apresentou trabalhos em 12 universidades. A série de conferências para a Universidade de Stanford, com tema *The Evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, também se tornaram livro<sup>115</sup>.

Porém chegava para Lima a fase que lhe consagraria definitivamente como o nome polêmico dos intelectuais brasileiros. Listar as oportunidades de desentendimento entre Lima e parte da opinião letrada brasileira não seria fácil nem desejável, porém, dentre as polêmicas

---

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>114</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 221.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 265.

mais afamadas do autor está definitivamente a que envolveu o membro da família imperial brasileira, exilado, Dom Luís de Orléans e Bragança. Os dois se encontraram em um dos muitos eventos dos quais participou Lima, em Bruxelas. Do encontro, Lima conta em entrevista para a imprensa, como o príncipe era uma personalidade admirável e, além do mais, critica o decreto de banimento da família imperial. Era tudo que esperavam os muitos desafetos que o autor havia acumulado no Rio de Janeiro<sup>116</sup>. As críticas na imprensa foram explosivas.

Um segundo caso ocorreria em virtude da Primeira Guerra Mundial, com consequências sumamente dolorosas para Lima e Flora, quando, de Londres, escrevia os artigos "*Ecos de Guerra*". Nos textos, acusava o fraco desempenho britânico no conflito. Novamente a imprensa brasileira usaria das palavras de Lima para prejudicá-lo em potencial máximo, atribuindo-lhe uma exacerbada simpatia à causa alemã. Os opositores conseguiram fazer com que Lima fosse expulso da Inglaterra e proibido de voltar (Lima teve de abandonar Londres, que abrigava sua monumental coleção de livros que futuramente viria a compor a *Oliveira Lima Library*).

Desde 1913 Oliveira Lima havia sido diagnosticado com obesidade e litíase renal<sup>117</sup>, foi por esses problemas de saúde que conseguiu a aposentadoria por invalidez no mesmo ano<sup>118</sup>. Lima se dedicaria nesses anos seguintes a cuidar da saúde constantemente abalada e da sua produção intelectual, publicou *História da Revolução de Pernambuco* nesta sua capital em virtude do primeiro centenário da Revolução Pernambucana e, pouco depois, *História da Civilização*, em 1921, um robusto compêndio de História universal.

Muito além disso, a meta primordial que moveu Lima nesses seus últimos anos foi o sonho de criar uma biblioteca que se tornasse verdadeiro centro de estudos, que congregasse intelectuais de todo o mundo comprometidos com o estudo da cultura e história ibero-americanas. Porém, acossado pelo país natal, caluniado em Londres, encontrou pouso seguro em Washington para passar seus dias e trabalhar por reunir a vasta biblioteca.

Nos Estados Unidos, vivendo um exílio auto imposto, aceita o cargo de professor de Direito Internacional na Universidade Católica norte americana em 1924 (Lima já havia lecionado em Harvard nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial). Ainda publicou *O Movimento da Independência* (1922) e *Dom Pedro e Dom Miguel, A Querela da*

---

<sup>116</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 229; FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil**... op. cit. p. 49.

<sup>117</sup> FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil**... op. cit. p. 50, 51.

<sup>118</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 286.



*Sucessão* (1925) e *O Império Brasileiro* em 1927<sup>119</sup>. Manoel de Oliveira Lima descansou em Washington em 1928 deixando um legado imensurável à cultura histórica, à diplomacia e ao nome brasileiro. Dona Flora protegerá a memória de Lima e a biblioteca Brasileira até 1940, quando se une ao marido.

---

<sup>119</sup> FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil...** op. cit. p. 57.

## CAPÍTULO 2. - A ERA MEIJI

### 2.1 Prólogo

Em 1966 Shusaku Endo (1923-1996) publica a primeira edição de *Silêncio*, livro que faria seu nome ser conhecido a nível internacional. Nele o autor pretendeu narrar os conflitos filosóficos de um missionário jesuíta determinado a evangelizar o Japão, já fechado às nações estrangeiras e sob o édito de perseguição aos praticantes do Cristianismo. Na sua jornada, o padre Rodrigues testemunha genuínas demonstrações de fé do povo japonês, sobretudo nas ocasiões dos cruéis martírios que sofreram os japoneses sob seus próprios governantes Tokugawa. Porém, uma vez capturado, é submetido a pérfidas torturas psicológicas com o fim de forçá-lo a abjurar a fé e assim servir de modelo a tantos outros cristãos escondidos (*kakure kirishitan*) no Japão. O objetivo dos torturadores era fazê-lo pisar uma imagem sacra (*fumi-e*, literalmente, pisar e imagem), prática muitíssimo usada nos tempos de perseguição ao Cristianismo pelos oficiais Tokugawa, para que o suspeito demonstrasse que renegava seu credo. Por fim, conseguem dobrar-lhe o espírito e ele apostata.

Rodrigues passa a conceber o Japão como um "pântano", que ao receber uma doutrina estranha e julgada malsã, no caso o Cristianismo, desfigura-a nos seus característicos fundamentais e no fim a "asfixia". Na mente de Endo "Se o Cristianismo perece, não é por proibição nem perseguição"<sup>120</sup>. O Cristianismo não floresceu não por causa das diversas circunstâncias históricas, mas por causa de uma qualidade étnica - quase sobrenatural - da "essência" japonesa, o "charco que é o Japão"<sup>121</sup>.

Endo foi batizado em meados da década de 1930, não por convicção própria, mas por influência de uma mãe devota<sup>122</sup>. Ele próprio afirmou que seu catolicismo era como um "terno", uma parte de si com a qual se confrontava<sup>123</sup>. Malgrado a heterodoxia, no entanto, Endo é vendido para o hemisfério ocidental como o protótipo de autor japonês cristão, embora, na realidade, esteja mais para "súdito japonês"<sup>124</sup>.

---

<sup>120</sup> ENDO, Shusaku. **Silêncio**. 2 edição. São Paulo: Planeta, 2016. p. 214.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 257.

<sup>122</sup> WILLIAMS, Mark. **Endo Shusaku: death and rebirth in Deep River**. In: Christianity and Literature, vol. 51, no. 2, 2002. p. 219.

<sup>123</sup> ENDO, Shusaku. **Silêncio**... op. cit., p. 21.

<sup>124</sup> WILLIAMS, Mark. **Endo Shusaku: death**... op. cit. p. 219.

Cresceu acostumado com o êxtase nacionalista do Grande Japão (大日本-*Dai Nippon*), advindo do domínio militar sobre populações da Manchúria, da península coreana, das Filipinas e sobre uma grande extensão do Pacífico; viveu o bastante para ver o imenso império asiático ser derrotado pelos Aliados, devastado por duas bombas nucleares e ocupado pelos norte-americanos. Eventos que tiveram impacto psicológico brutal sobre ele e outros escritores da sua geração<sup>125</sup>. Se Endo ocultava tendências nacionalistas<sup>126</sup>, explica em parte sua resistência em aderir plenamente à "religião do inimigo"<sup>127</sup> e torna bastante sugestivo o porquê do autor ter transformado um quadro de perseguição religiosa em um embate entre o Ocidente e um Oriente vitorioso, lugar comum nos seus trabalhos<sup>128</sup>.

O "pântano" de Endo, a crença de que o Japão se protege de ideologias estrangeiras *naturalmente*, mantendo íntegras a pureza e a excepcionalidade da sua cultura, teve por base as ideias nacionalistas do chamado "*japanism*"<sup>129</sup>, uma denominação antiga para a que seria mais tarde conhecida como a *teoria da singularidade japonesa* - ou *the theory of japaneseness* (*Nihonjinron*). Essas ideias propunham uma nova base para a identidade japonesa, não mais no culto ao Imperador divino, o sistema imperial da Era Meiji (*kokutai*), mas na essência do povo japonês<sup>130</sup>, que o fazia único, excepcional e mesmo superior ao resto do mundo; como veremos quando nos debruçarmos mais detidamente sobre os mitos que fundamentaram o Sistema Imperial, essa "atualização" era bastante possível.

O *Nihonjinron* esteve em maturação até os anos de 1970, nessa década se desenvolvendo largamente devido ao clima de exaltação ao dito "milagre japonês"<sup>131</sup> e em

<sup>125</sup> WILLIAMS, Mark. **Endo Shusaku: death...** op. cit. p. 221.

<sup>126</sup> Escrevendo sobre o conceito de aculturação trabalhado por Endo, Emi Hasegawa admite o caráter nacionalista na abordagem de Endo; na sua resenha da obra desta autora Kiri Paramore, por sua vez, corrobora a inegável influência do sentimento japonês frente à Segunda Guerra Mundial e à situação política do Japão sobre a escrita de Endo; HASEGAWA, Emi. **Christ in Japanese Culture: Theological Themes in Shūsaku Endō's Literary Works**. Leiden: Brill, 2006. p. 184, 186; PARAMORE, K. **Review. Christ in Japanese Culture: Theological Themes in Shūsaku Endō's Literary Works**. By Emi Mase-Hasegawa. 2010. p. 4.

<sup>127</sup> WILLIAMS, Mark. **Endo Shusaku: death...** op. cit. p. 221.

<sup>128</sup> JOHNTSON, W. Prefácio. In: ENDO, Shusaku. **Silêncio**. 2 edição. São Paulo: Planeta, 2016. p. 11.

<sup>129</sup> CHOI, Dong Sull "Christianity and the Uniqueness of Japanese Religious Mentality," *Comparative Civilizations Review*: Vol. 32 : No. 32 , Article 5. 1995. p. 94.

<sup>130</sup> MORAIS, Liliana. **Imagens do Japão do orientalismo ao cosmopolitismo: uma revisão crítica do nihonjinron...** op. cit., p. 98.

<sup>131</sup> KOSCHMANN, J. Victor. **The Nationalism of Cultural Uniqueness**. *The American Historical Review* 102, no. 3. 1997. p. 758; MORAIS, Liliana. **Imagens do Japão do orientalismo ao cosmopolitismo: uma revisão crítica do nihonjinron...** op. cit., p. 97. Metade do mundo esperava que o Japão fosse a nação asiática a desbancar a hegemonia econômica e cultural estadunidense, à semelhança do que ocorre hoje em relação à China. Foi talvez em virtude dessas esperanças que o *Nihonjinron* teve tão grande aceitação mesmo no Ocidente.

acentuada dialética com a teoria do "excepcionalismo americano"<sup>132</sup>. Repousa na crença de que o Japão é uma sociedade homogênea, harmoniosa, cuja cultura se mantém "pura e única"<sup>133</sup>. Não se baseia em pressupostos científicos, mas em um "*intuitive insight into Japanese culture that only natives can achieve*"<sup>134</sup>.

Esse identitarismo pautado por uma "essência étnica japonesa", ou seja, em pressupostos como os de raça, cultura, etnicidade, língua e religião<sup>135</sup>, cria uma imagem monocromática, rígida e exclusivista para a cultura e sociedade japonesa<sup>136</sup>. Segundo Mito Takeuchi, essas ideias estão sendo estimuladas pelo governo japonês ainda atualmente por meio de textos escolares de cunho nacionalista<sup>137</sup>. Longe de ser apenas um mito de um Estado-Nação idealizado, tem sérias consequências sociais e políticas como a marginalização de grupos minoritários como os ainu, okinawanos, japoneses-coreanos, japoneses-chineses entre outros denominados *half-blood* ou *hafu*, e de muitos que, acabaram no ponto fora da curva durante o processo de homogeneização e não se assimilaram ao *mainstream* social<sup>138</sup>.

No que tange à epistemologia da História, essas imagens de uma sociedade homogênea ou harmoniosa contribuem para uma visão *anti histórica* por minimizar a importância dos conflitos, das dissensões e dos contrastes no processo histórico. Acaba-se também construindo mitos que algumas vezes conseguem se passar por análises sociológicas. A Era Meiji, em especial, é riquíssima em potencial para a criação desses mitos e não é à toa que muito do que hoje é o cânon do *Nihonjinron* foi desenvolvido nesse período.

O "pântano" de Endo, por exemplo, pode muito bem figurar como uma dessas ideias nativistas que descendem dos arcanos do protonacionalismo japonês do século XIX. Oliveira Lima percebeu o ancestral do charco de Endo na retórica chauvinista do seu período e o registrou sob a alcunha de "filtro" cultural. Nas palavras do autor, "É muito comum ouvir-se falar com desvanecimento no filtro por onde passam as ideias ocidentais, isto é, na criteriosa

---

<sup>132</sup> Ver nota explicativa 52.

<sup>133</sup> TAKEUCHI, M. **The reinforcement of cultural nationalism in Japan: An investigation of Japaneseness and the Notebook for the Heart**. In Japan Studies Association of Canada, Conference, Thompson River University, Kamloops, BC, Canada. 2006. p. 6, 12.

<sup>134</sup> TAKEUCHI, M. **The reinforcement of cultural nationalism in Japan...** op. cit. p. 8.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 11, 12.

<sup>136</sup> MORAIS, Liliana. **Imagens do Japão do orientalismo ao cosmopolitismo...** op. cit. p. 98.

<sup>137</sup> TAKEUCHI, M. **The reinforcement of cultural nationalism in Japan...** op. cit. p. 15.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 9, 18. Já existem autores que atentam para essa questão social, obras literárias explorando esse problema, como *Querida Konbini* de Sayaka Murata ou *Minha querida Sputnik* de Haruki Murakami.

seleção exercida pela inteligência nacional do bom e do mau que o estrangeiro lhes há mandado"<sup>139</sup>.

Essas ideias produzem uma cena idílica para a modernização japonesa. Como dissemos, a Era Meiji é rica em potencial criador de mitos, porque geralmente se procura explicar o processo de construção do Estado japonês partindo do sucesso material alcançado pelo Japão no início do século XX, da síntese à tese, em uma visão retrospectiva que não dá espaço para a antítese, para os projetos alternativos de Japão que conflitaram entre si e cuja disputa forjou as condições e meios para os fatos sucederem-se.

Em outra perspectiva, na de um contemporâneo de Lima, Okakura Kakuzō (1863-1913), nos rumos tomados pelo Japão não figuram a harmonia e a excelência que deveriam caracterizar a ação do "filtro". No seu *O livro do chá* (1906) Okakura critica como o Japão se tornou "civilizado" ao espalhar "carnificina em massa nos campos de batalha da Manchúria"<sup>140</sup>.

Para Irokawa Daikichi, estudioso marxista do Movimento por Liberdade e Direitos Populares no Japão Meiji (*Jiyu Minken Undō*), a experiência do encontro entre japoneses e norte-americanos/europeus no século XIX foi extremamente "traumática e perturbadora a um grau raramente encontrado na história dos intercursos culturais", muito longe, portanto, de um diálogo cultural "sob controle", como induz as ideias do filtro ou do charco. No Meiji, os japoneses foram "engolidos" pela "cultura capitalista", com suas exigências por indústrias e mercados, e pelo fascínio pelos instrumentos tecnológicos, científicos e militares<sup>141</sup>.

De modo convergente, Masao Maruyama afirma que “a assim chamada civilização material do Ocidente não poderia ser extraída tão simplesmente do espírito moderno que a fomentou”, e ainda seria “perto do impossível”, continua, prevenir que o pensamento e a consciência nacionais fossem afetados<sup>142</sup>. O autor até descreve como no processo de modernização “deformidades visíveis se desenvolveram em todas as esferas da sociedade japonesa”<sup>143</sup>: “Em subordinando modernização ao supremo objetivo de ‘uma nação próspera e forte militarmente’ e em pressionando esse programa adiante com velocidade relâmpago, desequilíbrios estavam destinados a acontecer”<sup>144</sup>.

<sup>139</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *No Japão...* op. cit. p. 293.

<sup>140</sup> OKAKURA, Kakuzō. *O Livro do Chá*. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2017. p. 31

<sup>141</sup> DAIKICHI, Irokawa. *The Culture of Meiji Period...* op. cit. p. 51.

<sup>142</sup> MASAO, Maruyama. *Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics*. London, New York, Oxford University Press, 1969. p. 141.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 143.

<sup>144</sup> *Ibidem*.

O relato de Lima ainda desnuda outra problemática para a análise histórica que é a existência pressuposta de uma "inteligência nacional" por trás da seleção do que é mau ou bom no estrangeiro, presente de certa forma, também, no charco de Endo. Essa entidade abstrata e anônima que submerge os verdadeiros agentes do processo histórico e trata das dissidências como fenômenos insignificantes. Mesmo os oligarcas, estadistas que de fato tiveram nas mãos o leme do destino do país por algumas décadas, não eram um grupo coeso, com um único projeto para o Japão; a Revolta de Satsuma<sup>145</sup> de Saigō Takamori (1828-1877), por exemplo, é o clímax e mais extremo paradigma dessas diferenças entre oligarcas, como veremos adiante.

Nosso objetivo neste capítulo é identificar a evolução do pensamento nativista que culminou na doutrina política nacionalista (*kokutai*) do Estado japonês durante a Era Meiji enquanto simultaneamente acompanhamos, em resumo, os conflitos inerentes à modernização japonesa, os atores políticos tanto da oligarquia quanto da oposição. Desse modo esperamos apontar inconsistências na narrativa mitológica da modernização japonesa e construir uma visão sóbria e consciente das suas problemáticas. Tal perspectiva parece-nos necessária, tendo em vista a análise posterior que faremos, no capítulo seguinte, das impressões de Oliveira Lima, um homem do seu tempo, educado com os valores do século XIX, e que (já adiantando) terá uma abordagem muito condescendente para com o nacionalismo e imperialismo japonês.

## 2.2 Antecedentes

Perfilar a história do despontar do Japão moderno é invariavelmente topar com o axioma da transformação de uma sociedade "feudal" para uma nação moderna. Uma constatação empiricamente histórica, mas que desde séculos tende a ser interpretada com muita paixão, como pudemos preliminarmente adiantar nas linhas acima. Mas, para além desse ponto, seguiremos como o enunciado orienta: antes de procurar *o quê* no Japão se tornou moderno, procurar *o quê* nele era arcaico.

Quando Matthew Perry (1794-1858) chegou com seus encouraçados, primeiramente na ilha de Okinawa, com os termos de abertura de relações comerciais entre os Estados Unidos e o Japão, este era administrado pelo shogum e seus vassalos, uma ordem de coisas que remontava à vitória de Tokugawa Ieyasu (1543-1616) na Batalha de Sekigahara em 1600. A

---

<sup>145</sup> A Revolta de Satsuma ocorreu de janeiro à setembro de 1877, foi o confronto mais intenso desde as guerras da Restauração. Envolveu enorme contingente de militares e nomes importantes de ambos os lados, sendo o principal Saigō Takamori do lado dos revoltosos.

batalha foi o marco decisivo para Ieyasu unificar os daimyo ("senhores feudais") dispersos e belicosos sob um poder central militarmente forte e estável com sede em Edo (antigo nome de Tóquio).

O contexto militar marcou indelevelmente o Estado Tokugawa que se erguia sobre rígidas estruturas de carácter hierárquico, de modo que os inimigos ficassem mantidos abaixo e a casta superior livre de ameaças. Os estratos mais privilegiados eram formados pelos três ramos principais da casa Tokugawa, os clãs dos domínios<sup>146</sup> de Owari, Kii e Mito; abaixo deles existiam mais três casas Tokugawa, e abaixo destas seis seguiam-se os *fudai daimyo* composto pelos domínios vassalos do primeiro shogum Ieyasu Tokugawa e que haviam pelejado ao lado dele na Batalha de Sekigahara. Aqueles outros daimyo que haviam combatido contra Ieyasu foram relegados a categoria de *tozama daimyo*, ou "senhores de fora", a estigmatização dessa classe persistiu até o século XIX quando alguns domínios *tozama*, Satsuma, Chōshū, Saga, e entre outros Tosa, se uniram para derrubar o último shogum Tokugawa<sup>147</sup>.

Fora isso, o shogum detinha em terras e trabalho servil o equivalente a um quarto da produção de arroz de todo o Japão, a principal medida de renda no período. Metade desse erário se destinava aos inúmeros vassalos que constituíam a rede de dependentes leais ao shogum e a burocracia estatal.

Para manter longe as ameaças, potencialmente representadas nas tecnologias e ideias estrangeiras e no ressentimento dos daimyo subjugados, medidas administrativas foram sendo desenvolvidas pelos sucessores de Ieyasu. A mais impactante delas, o *sakoku* ("país fechado", política de fechamento do arquipélago às relações exteriores), desempenhou papel proeminente. Os daimyo eram proibidos de construir fortificações militares além do castelo central<sup>148</sup>, eram expressamente proibidos de contactar mercadores estrangeiros, bem como lhes era vedada a construção de embarcações de longas viagens.

Os parceiros comerciais do Japão nesse período se limitavam aos holandeses, único povo europeu a gozar da prerrogativa após a expulsão dos portugueses em 1639, até a década de 1850, na ilha artificial de Deshima, Nagasaki<sup>149</sup>; chineses e coreanos, a partir da ilha de Tsushima, e Okinawa, ilha do extremo sul do Japão onde se localizava o Reino de Ryūkyū,

<sup>146</sup> *Domínio* será o termo utilizado para designar a unidade administrativa de cada daimyo ("senhor feudal") durante o período dos shogunatos e de descentralização política.

<sup>147</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution**. Editora Tuttle, 2014. p. 13.

<sup>148</sup> É bastante comum que vilas japonesas geralmente tenham surgido de povoados formados em torno do castelo do daimyo.

<sup>149</sup> YAMASHIRO, José. **Choque Luso no Japão dos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Ibrasa, 1989. p. 26.

uma entidade política autônoma só integrada ao território nacional japonês em 1879 (o Reino de Ryūkyū apenas comercializava com o domínio de Satsuma cujo daimyo era suserano do monarca okinawano).

Outra medida importante foi a chamada visita alternada (*sankin-kōtai*), cada daimyo deveria alternar residência entre seu domínio e a cidade de Edo. Enquanto estivesse no seu domínio, na residência de Edo deveria estar a esposa ou o filho mais velho do daimyo, como virtuais reféns. Tal mecanismo visava desencorajar revoltas locais e estreitar laços entre a liderança provincial e a capital.

Todas essas medidas foram responsáveis por criar um período de relativa "paz", com a ausência de conflitos de grande extensão. É desse momento a figura do samurai errante Miyamoto Musashi muito popular na mentalidade folclórica japonesa e bem representada no extenso romance *Musashi* de Eiji Yoshikawa (1892-1962)<sup>150</sup>. A obra conseguiu retratar bem as monções sociais do período com o jovem Musashi a perambular pelo Japão em busca de desafios que pusessem à prova suas habilidades de esgrimista.

Retrata bem o período de transição em que o vácuo deixado por uma era de guerras e o consolidar-se do shogunato Tokugawa deixam para trás também uma fase de relativa mobilidade social através das armas, restando a jovens ambiciosos como Musashi, que esperava ser bem sucedido seguindo o exemplo de Toyotomi Hideyoshi<sup>151</sup>, poucas opções além da carreira de *rounin* (literalmente "homem-onda"), samurais errantes que não conseguiam emprego num país sem guerras.

Sucedeu um período de profundo senso de hierarquia que estruturou a sociedade japonesa, demarcada por "castas", a mais alta a dos daimyo e administradores estatais, seguidos pelos samurais, agricultores, artesãos, mercadores, uma classe muito estigmatizada em virtude dos deveres do ofício, e por fim, os *eta* ou *burakumin*, pessoas tidas por inferiores, não-humanas, seu status apenas foi oficialmente abolido nas reformas sociais da Era Meiji. Os princípios confucionistas produziam uma sociedade de obrigações e deveres para com os superiores, na qual as diferenças de nascimento eram de grande importância, em uma escala

---

<sup>150</sup> YOSHIKAWA, Eiji. **Musashi**. 5ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2017

<sup>151</sup> Hideyoshi teve sua memória altamente reverenciada por ter se tornado um dos mais importantes generais do período de guerras que antecedeu o Shogunato Tokugawa, apesar da sua origem camponesa. O período de guerras foi relativamente propício à ascensão social através de associações com nomes influentes e demonstrações de inteligência e habilidade militar.



que abrangia todas as relações humanas, marido e mulher, pai e filho, irmão mais velho e mais novo, e que culmina na relação com a pessoa do Imperador<sup>152</sup>.

No alvorecer da Era Meiji, os guerreiros samurais ainda eram a classe social mais alta, forjada num código ético bastante rigoroso, baseado no confucionismo chinês, no budismo zen e na doutrina xintoísta. Os samurais eram os únicos permitidos a portarem espadas, símbolo de status social, e podiam ser vistos pelas ruas de Edo altaneiros a ostentar seu prestígio.

Essa orgulhosa classe militar viria a contemplar o incomum espetáculo dos monstruosos encouraçados norte-americanos em julho de 1853, 4 navios negros (*kurofune*) transportando cerca de 61 canhões e 967 homens<sup>153</sup>. A frota de Perry ancorou na enseada de Uraga, região próxima à Edo, com a tal solicitação comercial em nome do presidente dos Estados Unidos, a ser entregue apenas a um oficial de alto nível do governo japonês. Em vez disso, porém, o Comodoro foi atendido pela administração local que lhe ofereceu uma recusa formal ao estabelecimento de qualquer tipo de negociação, afinal, de acordo com os estatutos do governo, tratativas com estrangeiros deveriam ser encaminhadas à Nagasaki. Porém, os norte americanos aparentemente estavam ansiosos demais por demonstrar a gravidade daquela "missão diplomática" (melhor encaixada no conceito de diplomacia dos canhões) e arremeteram: ou um oficial adequado do governo japonês recebe a proposta ou os norte americanos desceriam à terra e fariam a mensagem ser entregue à autoridade competente por conta própria, marchando até Edo ou Quioto<sup>154</sup>. Esta possibilidade era terrível para os japoneses em todos os aspectos, posto que a mera presença daquela força bélica causava grande perturbação entre as pessoas comuns. Por fim, em face da intransigência da situação, um oficial foi enviado para receber a carta de Perry com o prazo de resposta de um ano.

A ameaça foi apenas temporariamente evitada, o *bakufu* (shogunato) estava intimado a tomar medidas rápidas. O shogum de então, com a saúde debilitada, não tinha as mínimas condições de dar as respostas que a situação exigia e em tempo hábil<sup>155</sup>. Assim, cópias da proposta de Perry foram enviadas a daimyo e oficiais do Estado para que dessem pareceres sobre o procedimento a ser tomado quando do retorno de Perry.

---

<sup>152</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan**, Vol. 5. Editora Cambridge University, 1989. p. 313.

<sup>153</sup> JANSEN, Marius B. **The making of modern Japan**. Harvard University Press, 2002. p. 277.

<sup>154</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912**. Columbia University Press, 2002. p. 15; HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 31.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 26.

O resultado desse primeiro concelho foi grande divisão entre os partidários, uns eram por aceitar as exigências dos Estados Unidos e abrir o país ao comércio exterior, outros daimyo irredutivelmente defendiam que o Japão opusesse resistência aos estrangeiros e continuasse fechado, como foi o caso de Tokugawa Nariaki, um daimyo influente. Entre essas duas posições radicais as decisões de outro grupo podiam ser resumidas em evitar a todo custo o conflito direto, prolongar as negociações ou mesmo aceitar alguns termos, de modo a ganhar tempo para construir defesas eficazes contra os armamentos modernos<sup>156</sup>.

\*

Essa foi uma oportunidade para que daimyo propusessem a abolição da política de isolamento que o Japão levava há mais de 200 anos, um conselho já ouvido antes, das autoridades holandesas que então se relacionavam com o *bakufu* através de Deshima. O rei Willem II da Holanda havia alertado o *bakufu* em 1844 sobre o considerável poder ofensivo das potências europeias e a contundente incapacidade do Japão de assegurar sua própria defesa se continuasse com o *sakoku*<sup>157</sup>. O aviso caiu em ouvidos moucos, nem mesmo as novas sobre o desfecho da Guerra do Ópio (1838 - 1842) sacudiram suficientemente o *bakufu* de sua convicção no *sakoku* (apesar de ser perturbadora para os japoneses a ideia de que o "País do Meio", a grande referência em termos de civilização e cultura desde os tempos antigos, tinha sido derrotado pelos britânicos<sup>158</sup>) as notícias sobre o fato foram veiculadas livremente entre japoneses alfabetizados até o *bakufu* proibir publicações sobre o assunto em 1850<sup>159</sup>.

Malgrado a política externa do shogunato, a geopolítica asiática estava se transformando muito rápido, cada vez mais corriqueira a presença de navios estrangeiros próximos à costa japonesa e progressivamente mais difícil para o Japão manter uma posição de recusa às cada vez mais frequentes e insistentes solicitações comerciais vindas dos russos no Norte ou dos norte-americanos. Os russos tentaram abrir relações com o Japão desde pelo menos fins do século XVIII; em 1804, inclusive, um emissário de Alexander I solicitou privilégios comerciais, prontamente recusados pelo shogunato<sup>160</sup>.

---

<sup>156</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 16-18; JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 280, 315.

<sup>157</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 8, 18.

<sup>158</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 33.

<sup>159</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 16, 312.

<sup>160</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 27.

O cenário era outro, porém, em 1853. Enquanto Perry esperava sua resposta, o vice-almirante E. V. Putiatin (1803-1883) ancora na enseada de Nagasaki com uma frota de quatro navios (respeitando o estatuto desobedecido por Perry de proceder com negociações diplomáticas em Nagasaki). A carta trazida por Putiatin em nome do governo russo propunha boas relações entre os povos, o estabelecimento de relações comerciais e a superação das disputas fronteiriças envolvendo as ilhas Sacalina e Curilas.

Em face disso, nova deliberação ocorre entre os oficiais proeminentes do *bakufu* (nesse meio tempo, entre a chegada dos russos e a discussão, o shogum Ieyoshi (1793-1853) morre). A proposta russa seria aceita pelo concelho, que talvez estivesse convencido sobre a total incapacidade do Japão de se defender militarmente contra um dos maiores impérios em termos territoriais da época, mas novamente Tokugawa Nariaki (1800-1860) obsta qualquer entendimento se opondo veementemente a todo tipo de concessão, comercial ou diplomática. Assim, a estratégia escolhida pelos japoneses com os russos foi a de protelar ao máximo as etapas da negociação, inclusive usando a morte do shogum como pretexto<sup>161</sup>. Temia-se também que as tensões internacionais envolvendo a Rússia e a Inglaterra arrastassem o Japão para a Guerra da Criméia (1853-1856).

O saldo dessa primeira fase de negociações foi o Tratado de Kanagawa (1854) no qual o Japão abria os portos de Shimoda e Hakodate ao comércio com os Estados Unidos bem como permitia a residência de um cônsul do país em solo japonês; e o Tratado de Shimoda com a Rússia, que lhe abria os portos de Nagasaki, Shimoda e Hakodate e, da mesma forma, concedia a residência de um cônsul russo. Essas concessões iniciais, apesar de aparentemente simples, representaram um marco na abertura de precedentes comerciais e na paulatina demolição do sistema do *sakoku*.

Um dos advogados mais ardentes da resistência armada contra os estrangeiros era Tokugawa Nariaki, daimyo de Mito; pelo sobrenome, pertencia a um dos ramos principais da casa de Ieyasu e, portanto, era voz influente entre seus pares. Porém, sua reputação era um tanto problemática no *bakufu*, o "senhor patriótico", como também podia ser chamado, havia passado certo período em confinamento domiciliar como punição por suas "posições radicais". Ele, acreditando que uma ofensiva militar ocidental era iminente, tomou a dianteira nos preparativos para a defesa. Ordenou a construção de "tanques" de guerra, chamados *anjinsha* ou "veículos da segurança divina", e até um navio de guerra batizado *Hitachi Maru* (Sol

---

<sup>161</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912**... op. cit. p. 21.

Nascente), e por fim, apenas ordenou o derretimento de sinos e estátuas sagradas dos templos budistas de Mito para a fabricação de canhões. Para Nariaki, o Budismo, mesmo fazendo parte do universo japonês há mais de um milênio, não passava de uma crença estrangeira que desfigurava a essência japonesa, alicerçada por excelência no Xintoísmo<sup>162</sup>.

De uma forma ou de outra, Tokugawa Nariaki foi um dos que primeiro se preocuparam com a defesa do Japão ainda na primeira metade do século XIX. Porém, seu clamor pela guerra fazia parte de um credo político-religioso de implicações muito mais abrangentes, o qual incidia sobre a atitude japonesa em relação aos estrangeiros e sobretudo no caráter da instituição imperial, obscurecida ou minimizada desde a fundação do shogunato com o consequente afastamento do Imperador e da corte do exercício do poder político máximo. Ideias que faziam parte do *Mitogaku*, uma escola de pensamento de cunho nativista (e até xenófobo) oriunda do seu domínio, Mito.

### 2.2.1 Pensamento nativista

A escola de Mito foi o desenvolvimento de outra escola nativista mais ampla e mais antiga, o *kokugaku* (estudo nacional), doutrina que se desenvolveu entre os séculos XVII e XIX. O *kokugaku* vinha como reação crítica aos estudos japoneses do estrangeiro, o que incluía desde o *nanban-gaku* ("estudos dos bárbaros do Sul"; *nanban-jin*, assim os japoneses chamaram os lusitanos no século XVI), o *rangaku* (estudos holandeses) e o *kangaku* (estudos dos clássicos chineses). Para os grandes pensadores do *kokugaku*, entre os quais muitos sacerdotes xintoístas ou relacionados, o conhecimento do que é japonês estava sendo prejudicado e mesmo ameaçado pela influência estrangeira (não poupando nessa condenação a influência chinesa ou a budista)<sup>163</sup>.

Dentre o grande aporte de influência cultural e intelectual chinesa, o Confucionismo, uma das filosofias mais estudadas durante a Era Tokugawa e que mais pautaram o pensamento japonês sobre ética social e política, foi o alvo principal das críticas do *kokugaku*, especificamente as doutrinas do caminho do sábio e do mandato do céu. Primeiramente, a tese oriunda de Mêncio de que se um rei agisse contrário ao "Caminho de rei" (o que se esperava de um governante de acordo com a ética confuciana), a deposição dinástica via revolta seria

---

<sup>162</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. *Samurai Revolution...* op. cit. p. 83.

<sup>163</sup> JANSEN, Marius B. *The making of modern Japan*. Harvard University Press, 2002 p. 206.

justificável. Em contrapartida, grandes expoentes do *kokugaku*, defendiam que a introdução do Confucionismo nos séculos V e VI havia incentivado a fragmentação política do Japão dos séculos posteriores e, portanto, essas ideias deveriam ser repelidas o quanto antes, posto que tinham potencial para transformar o Japão na caótica China com seu histórico de ciclos intermináveis de sucessão dinástica<sup>164</sup> e ameaçar a "pureza da tradição japonesa de uma linhagem imperial ininterrupta"<sup>165</sup>. Em suma, ao invés do "Caminho dos sábios" de Confúcio, os nativistas preferiam o "Caminho dos reis japoneses da antiguidade"<sup>166</sup>, que pretendiam fazer equivalente ao "Caminho dos deuses" do Xintoísmo.

A propósito, este é o aspecto central do *kokugaku*, a tendência ao *fukko* - slogan de conotação política e cultural "Restaure a Antiguidade" -, nada mais que rejeitar as importações chinesas e privilegiar o que é japonês, seja na pintura, na estética, na arquitetura (alguns intelectuais chegaram até mesmo a propor o abandono do sistema gramatical importado dos chineses). Na verdade, única ressalva a se fazer sobre isso, a "purificação" cultural das influências estrangeiras sobre o Japão pretendida pelos nativistas era, obviamente, na prática impossível, principalmente no que concerne àquelas advindas do milenar contato com a China e Coréia; ademais, mesmo nos trabalhos icônicos do *kokugaku* não se consegue de todo evitar a perpetuação de estruturas de pensamento típicas do neo-confucionismo Tokugawa como a idealização de conceitos sobre "país", "dever", "virtude", etc.<sup>167</sup>.

Na ânsia de valorizar o que é japonês, não surpreende que intelectuais do *kokugaku* tenham ecoado e acentuado representações estigmatizadas do outro, seja do estrangeiro, como a propaganda anticristã do começo do Tokugawa<sup>168</sup>, como a ojeriza à contribuição cultural chinesa e coreana, ou mesmo aquelas de outras idiossincrasias japonesas (em menor grau) além daquela monárquica e xintoísta como a dos budistas e guerreiros do shogun<sup>169</sup>. Alguns dos pensadores do *kokugaku* admitiam que a cultura japonesa perpetuava tradições estranhas a ela, mas apenas para afirmar uma pressuposta superioridade do Japão por usar do que é estrangeiro

---

<sup>164</sup> LING, Zhengyuan. **Pre-Modern Japanese Proto-nationalism: A Study of Japanese Confucianism's Intellectual History**. Undergraduate Honors Theses. Paper 1333. 2019. p. 45.

<sup>165</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 206.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>167</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 313.

<sup>168</sup> PARAMORE, Kiri. **Hayashi Razan's redeployment of antiChristian discourse: the fabrication of Haiyaso**, Japan Forum, 2006. p. 186.

<sup>169</sup> Em 1863, seguidores radicais do *kokugaku* penetraram o templo mortuário budista dos shoguns Ashikaga (segundo Shogunato que durou entre 1336 a 1573) e cortaram as cabeças das estátuas dos três primeiros desses shoguns; WALTHALL, Anne. **Off with Their Heads! The Hirata Disciples and the Ashikaga Shoguns**, in *Monumenta Nipponica*, Vol. 50, No. 2. 1995. p. 137.

"por conveniência". Nesse sentido, "a cooptação do pensamento estrangeiro foi combinada com o desprezo pelos estrangeiros"<sup>170</sup>.

Os clássicos chineses, que eram o objeto de estudo principal dos neo-confucionistas cederam seu lugar de referência para os clássicos japoneses, principalmente o *manyōshū*<sup>171</sup> e o *kojiki*<sup>172</sup>, surgindo daí grandes estudos de cunho filológico. Essas antologias poéticas medievais, acreditavam, continham a pura e simples expressão da "alma do Japão", o *kojiki*, primeiro registro escrito das crenças xintoístas, encerrava o cerne da identidade intelectual e religiosa do povo japonês<sup>173</sup>. Muito mais que isso, essa obra, cujo conteúdo não correspondia originalmente a um corpo doutrinário, e todo o *background* xintoísta que agora era novamente enfatizado, foram adquirindo significado inédito com o decorrer dos séculos de desenvolvimento do *kokugaku*.

No transcurso, novos usos políticos do Xintoísmo foram sendo habilitados, basicamente por ser a crença autóctone e mais difundida no arquipélago, mesmo em certa simbiose (ou não) com o Budismo, e por ser concretamente representada na instituição da casa imperial.

Conforme a cosmologia xintoísta, de fato, o Japão podia ser o centro do mundo e seu soberano a fonte da bem-aventurança do Japão<sup>174</sup>. Em termos objetivos, os japoneses podiam considerar-se a "nação" superior, pela crítica ao Confucionismo e à história política da China, por que o Japão tinha o privilégio de uma linhagem ininterrupta de imperadores descendentes de Amaterasu-no-Mikoto responsáveis por, através de uma "governança" em harmonia com o caminho dos deuses, atrair para o Japão as bênçãos dessa deusa; a esse regime de união entre culto e política se denominou *matsurigoto*<sup>175</sup>. A condição divina do Imperador e a continuidade da sua linhagem eram invocadas como as garantias da superioridade e singularidade do Japão<sup>176</sup>. No imaginário imperial que entrava em gestação, a divindade reverenciada no sol, essencial para a subsistência humana, tinha no Japão sua herança, os próprios japoneses seriam descendentes dos deuses e o arquipélago seria, portanto, sagrado, não deveria ser profanado

<sup>170</sup> JANSEN, Marius B. **The making of Modern Japan...** op. cit. p. 210.

<sup>171</sup> A mais antiga coleção de poesias japonesas, datada aproximadamente de 759.

<sup>172</sup> O *kojiki* está datado de aproximadamente no século VIII, é uma coletânea de relatos lendários sobre a origem divina do Japão, da casa imperial e do povo japonês.

<sup>173</sup> LING, Zhengyuan. **Pre-Modern Japanese Proto-nationalism...** op. cit. p. 59.

<sup>174</sup> Segundo a tradição xintoísta, o arquipélago japonês foi criado por duas divindades, uma representando o princípio masculino, Izanagi-no-Mikoto, e outra representando o princípio feminino, Izanami-no-Mikoto. Desse casal primordial surgiu todo o povo japonês. A casa real japonesa, por sua vez, se originou de Amaterasu, a principal divindade do panteão xintoísta.

<sup>175</sup> LING, Zhengyuan. **Pre-Modern Japanese Proto-nationalism...** op. cit. p. 61-63; JANSEN, Marius B. **The making of Modern Japan...** op. cit. p. 208.

<sup>176</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 115.

por estrangeiros. A gênese, podemos dizer, de um universalismo espiritual centrado no Japão<sup>177</sup>.

Em uma palavra, o antigo foco em crítica literária e filologia passou a dar lugar a um amálgama a conter forte conteúdo religioso (xintoísta), étnico e (proto)nacionalista<sup>178</sup>. Além disso, essa maior politização do discurso nativista coincidentemente foi acompanhada de uma maior difusão, principalmente entre trabalhadores rurais. O que é creditado aos pensadores mais tardios do *kokugaku* como Hirata Atsutane (1776 - 1843), mas, de modo particular e notável, também a Aizawa Seishisai (1782-1863) cuja obra, *Shinron*, contribuiu significativamente para fazer de Mito um centro de estudos nativistas.

\*

A obra bem explica a posição de Nariaki em relação aos estrangeiros. No nível intercultural, Nariaki, como Aizawa e seus associados, sustentavam a resolução de repelir todo envolvimento, cultural ou econômico, com os ocidentais. Pois, era especialmente no contato com a cultura europeia que Aizawa enxergava o real perigo para o Japão, seu povo engajado com o comércio e convertido ao Cristianismo<sup>179</sup>, exatamente as mesmas razões levantadas por Nariaki junto ao shogun Ieyoshi algumas décadas depois, já no contexto de Perry<sup>180</sup>.

Para Aizawa, por que o povo era naturalmente inclinado à desordem, incapaz de predicados refinados e, portanto, somente apto se dirigido<sup>181</sup>, e por que a administração estatal se tornou incapaz de dirigir o povo pela virtude, pois, corrompida pelas comodidades advindas do incremento da atividade comercial das décadas anteriores<sup>182</sup>, era urgentemente necessário um novo código moral que recolocasse o organismo social em harmonia com o ideal das tradições antigas. Uma doutrina que uniria governo (ética política) e culto, ideal já referido como *matsurigoto*. Esse código voltado para a população seria o precursor do que no século seguinte se tornaria a ideologia do Estado japonês, o *kokutai*.

---

<sup>177</sup> *Hakkō ichiu* ou "Oito cantos do mundo sob um único teto", lema muito popular durante a guerra contra a China no século XX significando o mandato divino global do Imperador.

<sup>178</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 12, 112.

<sup>179</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 114.

<sup>180</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 85.

<sup>181</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 187.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 183.

Isto não só protegeria a plebe das seduções que o mundo externo ao Japão poderia oferecer como preveniria a degeneração popular (os maiores perigos de conversão ao Cristianismo, naquela época, vinham do Norte por onde passavam missionários ortodoxos, para os quais "a glória da conversão do Oriente lhes pertencia"; o perigo do progressivo abandono das antigas modalidades de produção agrária e outros eram representados no surgimento de seitas religiosas rurais como o *Fujiko* ou culto ao monte Fuji<sup>183</sup>).

Além desses "perigos", os estudiosos do *Mitogaku* estavam preocupados com a segurança do arquipélago, muito atentos às movimentações no exterior<sup>184</sup>. Alarmados com a incompetência do shogunato em tratar da questão, apoiavam desde essa época a derrogação das proibições sobre o desenvolvimento bélico dos daimyo (o esquema Tokugawa de fortalecer o centro, e aliados, e enfraquecer a periferia)<sup>185</sup>.

Não é por menos que muitos *tozama* daimyo foram os precursores a, seguindo o exemplo de Nariaki, estimular em seus domínios o estudo sobre os processos modernos de metalurgia militar e a desobedecer as diretrizes de Edo. Por exemplo, Satsuma, Chōshu, Fukuoka, Kumamoto, Saga e outros domínios menores, começaram a estudar a manufatura de armas muito cedo, desde as primeiras décadas do século XIX, por isso seriam eles a principal força contra o shogunato.

Cabe mencionar a importância predecessora de nomes como os de Yoshida Shōin (1830-1859) e Sakuma Shōzō (1811-1864). O primeiro é lembrado por ter sido mentor de alguns samurais de Chōshu que tiveram parte ativa na Restauração, o segundo foi um intelectual multifacetado que, através dos seus estudos junto aos holandeses, facilitou aos líderes nativistas o progresso no desenvolvimento de equipamento bélico e ideias políticas.

Não é exagero afirmar, portanto, que a ideologia de Mito teve grande e até decisiva influência nos rumos do Japão, afinal, seu apelo pela defesa do arquipélago contribuiu para o surgimento de uma plêiade de domínios altamente militarizados que rivalizariam com Edo no futuro.

### 2.2.2 Acordos desiguais e sublevação radical

---

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 184.

<sup>184</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 114, 132.



Nesses momentos de grande tribulação pelos quais passavam o shogunato e o povo japonês após os primeiros acordos, a cada vez maior participação do elemento nativista foi o ingrediente responsável por turbilhonar o cenário e acelerar o processo que culminaria na Restauração Meiji.

Passada aquela primeira fase de negociações, alguns eventos desencadearam o frenesi nativista. Primeiro, a morte do shogum Iesada (1824-1858) atirou a classe dirigente numa acirrada disputa sucessória, mais grave do que anteriores, posto que os concorrentes acabaram por aglutinar as duas maiores tendências políticas que discutiram o trato com os estrangeiros e o grau de reforma ao qual deveria ser submetido o Japão. De um lado, Tokugawa Iemochi (1846-1866), apenas uma criança, mas herdeiro das três casas tradicionais, do outro, Tokugawa Yoshinobu (1837-1913), um jovem audaz, favorito de Nariaki e da ala mais radical.

Após longo processo o menino é escolhido, porém, dada sua imaturidade, um regente ou *tairō* ascende com ele. O regente Li Naosuke (1815-1860) representava a via mais pragmática que efusiva, antagônica à de Nariaki e nativistas, via a abertura dos portos como um fato irremediável, devendo o Japão trabalhar pelo desenvolvimento militar. Seu governo marca o segundo evento que prenuncia o surgimento dos radicais como força política decisiva.

Isso porque foi durante a Era Ansei, período de governo de Li, que foram assinados os Tratados Ansei (1858), nada mais que uma ampliação dos benefícios granjeados pelos norte americanos nas negociações anteriores e estendidos para outras quatro nações, Inglaterra, França, Holanda e Rússia, acordos muito mal vistos pela corte e nativistas, diga-se de passagem. Entre suas cláusulas havia ainda a concessão de extraterritorialidade aos estrangeiros, ou seja, a garantia de imunidade jurídica perante os órgãos policiais e legais japoneses, em outras palavras, o ocidental não poderia ser julgado segundo a legislação local japonesa, mas apenas pela justiça de seu país. Como afirma Oliveira Lima em 1902, o termo foi pretexto para que ocidentais agissem despudorada e desrespeitosamente<sup>186</sup>. A extraterritorialidade implicava que o Japão não possuía aparelho de justiça adequado e portanto, não merecia reconhecimento.

A questão da extraterritorialidade era apenas uma extensão do problema primordial que era, para os nativistas, a mera presença de estrangeiros em solo japonês, mesmo aqueles que desempenhariam funções diplomáticas nas novas legações do Japão. A reação desse grupo à expansão dos acordos logo se tornou radical. As fileiras desses revoltados eram compostas por

---

<sup>186</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 313.

*ronin* (samurais sem vínculo com mestre e domínio), empobrecidos ou de baixa casta, vindos de domínios nativistas distantes e que esposaram as ideias de Mito<sup>187</sup>. Esses homens se denominavam *shishi*, "patriotas de grandes propósitos", exerciam os princípios nativistas ao grau do desprezo à própria vida.

A atuação desses *shishi* incluía, ou melhor, prodigalizava gratuitamente a economia do *tenchu* ou "justiçamento divino". Seus alvos potenciais foram, no início, oficiais do shogunato, e até nobres, envolvidos ou que apoiavam as negociações com os estrangeiros. Quioto, a sede da corte e da residência imperial, se tornou um antro desses radicais, onde se reuniam e tramavam ataques.

A outra grande medida de Li, além da ampliação dos tratados, foi o chamado Purgo Ansei. *Shishi* foram caçados e capturados por toda Quioto, os suspeitos de extremismo nativista eram confinados e, se sacerdotes xintoístas, cooptados a se tornarem monges budistas<sup>188</sup>. Algo por volta de 100 pessoas, entre *ronin* e nobres, foram punidas pelo que se tornou o último feito importante de Li, pois, este acabou assassinado por espadachins misteriosos no chamado *Incidente de Sakuradamon*<sup>189</sup>.

Desse momento em diante, o radicalismo desse grupo se tornou incontrolável, surgindo as primeiras vítimas estrangeiras: pouco tempo depois da abertura oficial do porto de Yokohama, dois marinheiros russos foram assassinados com requintes de selvageria e crueldade, nos termos de Rutherford Alcock (1809-1897), autor de *The Capital of the Tycoon* (1863), um dos primeiros registros feitos por um ocidental sobre o Japão da segunda metade do século XIX. Neste seu relato registra seu assombro pelos cadáveres, deixados totalmente desfigurados pelas agressões<sup>190</sup>.

Foi apenas o início, pois, poucos meses após o ocorrido, um chinês que servia a um cônsul francês foi morto por samurais; o intérprete japonês de Alcock também não escapou, assim como dois capitães germânicos, mortos nos arredores de Yokohama. Outro caso bem referenciado foi o de Henry Heusken (1832-1861), alemão que desempenhava a função de intérprete de Townsend Harris (1804-1878), o representante dos Estados Unidos durante a firmação dos acordos, assassinado por 7 homens incógnitos, possivelmente provenientes de Mito e Satsuma<sup>191</sup>. Aconteceram também dois ataques à legação britânica entre 1861 e 1862.

---

<sup>187</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. *Samurai Revolution...* op. cit. p. 92, 93.

<sup>188</sup> KEENE, Donald. *Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...* op. cit. p. 42.

<sup>189</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. *Samurai Revolution...* op. cit. p. 106.

<sup>190</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. *Samurai Revolution...* op. cit. p. 133.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 134.

À cada ato de violência as potências ocidentais forçavam o pagamento de avultadas somas de indenização ao shogunato, o qual, sem nem mesmo conseguir capturar e punir um assassino sequer, estava completamente desmoralizado para negociar melhores termos com os ocidentais<sup>192</sup>. O shogunato se mostrava totalmente incapaz de proteger os representantes internacionais e, assim, ficava mais difícil para os oficiais de Edo conter represálias mais sérias das nações estrangeiras, como lamentava um deles<sup>193</sup>.

O ponto de virada para essa situação foi o assassinato de Charles Richardson (1834-1862), conhecido como *Incidente de Namamugi*. O jovem inglês havia cometido o erro de, durante um despreocupado passeio a cavalo, passar na frente e interromper por segundos a procissão de samurais de Satsuma que escoltavam o regente do seu daimyo. Diferente das outras vezes, a Inglaterra cobrou reparações mais severas, não só ao shogunato, mas também à Satsuma. Pela morte do cidadão inglês foi exigido pelo governo britânico o pagamento de 100,000 libras pelo shogunato, a execução do assassino e um pedido formal de desculpas por Satsuma<sup>194</sup>.

A pesada indenização foi paga por Edo, porém ninguém era capaz de coagir o daimyo e os samurais de Satsuma a entregarem o culpado, muito menos a pedir desculpas formais aos ingleses. Em consequência, estes ameaçaram bombardear Satsuma se este domínio não cumprisse sua parte, o que realmente aconteceu. A resposta britânica veio no ano seguinte, em agosto de 1863. Uma frota inglesa bombardeou a cidade e destruiu suas baterias militares no conflito<sup>195</sup>.

Pouco antes deste acontecimento o domínio de Chōshū havia atacado navios estrangeiros que passavam pelo estreito de Shimonoseki; o ato recebeu punição igualmente contundente. Ainda em 1863, samurais deste domínio também cercaram o palácio imperial de Quioto com samurais *shishi*, uma ousada tentativa de obter o controle da corte que foi, porém, frustrada pelo *shinsengumi*<sup>196</sup> e outras forças pró-shogunato numa sangrenta refrega que ficou

---

<sup>192</sup> O shogun fica pressionado de dois lados, ciente de que um conflito aberto contra as potências ocidentais, que exigiam cada vez mais portos abertos às suas mercadorias, representava a aniquilação do Japão, e a corte de Quioto, com o Imperador Kōmei (1831-1867), repetidas e reiteradas vezes exigindo o *jōi*, a expulsão imediata dos bárbaros.

<sup>193</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 135.

<sup>194</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 70.

<sup>195</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 75.

<sup>196</sup> O *shinsengumi* foi um seleto grupo de guerreiros formado por Matsudaira Katamori (1836-1893) de Aizu com objetivo de proteger as ruas de Quioto e a área do palácio imperial contra os radicais. O clã de Aizu se tornou célebre por ter sido o domínio de tradicional lealdade a Edo; HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 165.

conhecida como *Incidente de Kinmon*. Em resposta, o *bakufu* enviou ao domínio, em 1864, a Primeira Expedição Punitiva de Chōshu, a primeira vez desde muito tempo que Edo lançava uma força de dissuasão tão poderosa contra um domínio vassalo. Esses incidentes colocaram definitivamente em lados opostos os domínios lealistas e os pró-shogum.

### 2.2.3 Lealistas X Shogunato

Os *shishi*, a massa inflamável, agiam sem conhecimento da real situação geopolítica do Japão e muito menos do extremo perigo representado pelo poder militar das nações europeias. Muitos acreditavam nos ideais nativistas e estavam determinados a expulsar até generais britânicos a golpes de catana se porventura profanassem com seus pés a terra de Yamato. Mas os bombardeios sofridos por Satsuma e Chōshu, demonstrações em menor escala do que acontecera em outras regiões da Ásia, serviram para dissuadir essa massa de radicais ignorantes.

Perceberam que o *jōi* (*Sonnō jōi* ou "reverência ao Imperador e expulsão aos bárbaros" era o grito dos radicais nativistas, *jōi* significa o movimento antiestrangeiro) era impossível, mas, no lugar dele, porém, outro slogan ganhou precedência, o de derrubar o shogunato e restaurar o poder monárquico. Com indignação os radicais viram os navios ocidentais que eles haviam conseguido danificar a tão alto custo serem reparados nos estaleiros de Edo. E além de tudo, não só o shogum continuava pagando altas somas a título de indenização aos ocidentais em prejuízo das cambaleantes finanças do governo como ainda havia protelado indefinidamente a expulsão dos ocidentais.

A cúpula da administração dos domínios revoltados, porém, era composta de homens bem cientes da inviabilidade do *jōi*, mas que usavam dele como suporte para deslegitimar o "generalíssimo submissor de bárbaros", que desde Perry falhara em cumprir a vontade imperial de expulsar os estrangeiros e, pelo contrário, cedera continuamente às suas reivindicações. Enquanto assim faziam, podiam se preparar para a guerra contra o *bakufu* que certamente viria logo.

Esses homens, que compunham a cúpula dos domínios de Satsuma e Chōshu, se tornaram os donos da política nos anos posteriores à Restauração. Ito Hirobumi (1841-1909), Yamagata Aritomo (1838-1922) e Kido Takayoshi (1833-1877) de Chōshu, Ōkubo Toshimichi (1830-1878) e Saigō Takamori de Satsuma, e outros, provenientes de outros domínios

revoltosos como Saga e Tosa, e, evidentemente, Mito, um domínio importante no quesito doutrinário, digamos, e que tinha fortes vínculos com Satsuma e Chōshu.

O afastamento das figuras radicais influentes do governo, como Nariaki, acabou também involuntariamente contribuindo para o quadro futuro de coalizão contra o shogunato, com a maior aproximação desses elementos com nobres da corte, a qual havia passado para o controle de uma facção que já planejava a Restauração. A corte que, progressivamente mais fortalecida, influenciava cada vez mais na política interna.

Por outro lado, na perspectiva do shogunato, o escalar das tensões colocou-o em posição ameaçada pelo crescente poder ofensivo dos domínios lealistas, os quais, nesses anos, respondiam cada vez menos à sua autoridade, desrespeitando frontalmente àqueles estatutos que coíbiam o fortalecimento dos domínios e uma série de outras obrigações antigas como a visita alternada. O *bakufu* tinha a lealdade da grande maioria dos senhores do Japão, fato, mas nenhum deles estava à altura de Satsuma ou Chōshu no quesito militar, por isso, iniciou seu próprio projeto de modernização de armas e treinamento. Nessa altura, em suma, o shogunato não se armava mais para expulsar os estrangeiros, tampouco os radicais de Satsuma e Chōshu tinham como foco central esse objetivo. A questão agora era derrubar ou defender o shogunato.

Esse quadro de "corrida armamentista" entre o shogunato e domínios restauracionistas foi possibilitado por outro fator importante, a resoluta resistência do Imperador Kōmei ao projeto de demolição do shogunato. Apesar de ser um defensor tenaz do *jōi*, sua fidelidade ao sistema político de quase três séculos era inquestionável, antes favorecia um regime de cooperação entre a corte e o *bakufu* (*kobugattai*, o projeto que se concentrava no casamento do shogum Iemochi e a irmã de Kōmei, Kazu-no-miya (1846-1877) realizado em 1862).

Porém, uma vez morto Kōmei em 1867, por doença ou envenenamento (controvérsia que divide historiadores), novas oportunidades surgiram para pender a balança do jogo político, como arregimentar alianças entre nobres e lideranças restauracionistas dos maiores domínios insurgentes (solidificar a aliança entre os domínios de Satsuma, Chōshu, Saga, Tosa, etc., o que foi trabalho de nomes como Takasugi Shinsaku (1839-1867) e Sakamoto Ryōma (1836-1867) e, uma vez feito isso, decretar simplesmente finda a dominação do shogum e restaurado o poder monárquico. Isso realmente sucedeu em 1868, provocando instantaneamente a rápida reação militar de Edo.

As escaramuças que Edo promovera contra Chōshu finalmente teriam seu desfecho na Guerra Boshin, a campanha de maior proporção no Japão desde a subida de Ieyasu até aquele momento; varreu todo o arquipélago, do Sul ao Norte. A principal batalha se desenrolou em

Toba e Fushimi nas proximidades de Quioto, o exército restauracionista ostentava as insígnias imperiais e tinha o moral elevado, o contrário sucedia com os defensores do shogunato. Mesmo liderados pelo próprio Yoshinobu (shogum em 1866), foram derrotados com altos índices de deserção. O último grande polo de resistência dos aliados do shogunato foi o domínio de Aizu, onde espadas e disparos se cruzaram novamente com grandes manifestações de espírito bélico. As forças imperiais continuaram implacavelmente batendo os postos de defesa do shogunato, enquanto que em Tóquio, nobres e samurais davam continuidade à instituição de um novo Japão.

### 2.3 O governo Meiji

A reunião que instituiu o Império do Japão foi considerada por alguns como um golpe palaciano no qual Iwakura Tomomi (1825-1883) e outros nobres, ancorados no poderio militar de Satsuma e de Chōshu, apoderaram-se do jovem Imperador, coagindo-o e amealhando para seus aliados as principais posições em uma nova ordem política.

Na direção do novo império assumiram os principais cargos os heróis da Restauração: Iwakura Tomomi e Sanjō Sanetomi (1837-1891), dois dos mais influentes pivôs da Restauração dentre os nobres da corte, Ōkubo Toshimichi (1830-1878) e Saigō Takamori (1878-1877) de Satsuma, e Kido Takayoshi (1833-1877), o principal homem de Chōshu. Elementos provenientes destes dois domínios principais tiveram primazia sobre os líderes de outros domínios como Saga e Tosa (prerrogativa que apenas foi quebrada no final do século).

Os anos que se seguiram foram marcados pela contínua solidificação dessa classe oligárquica no poder. Concomitantemente, cada vez mais empurravam para o norte a resistência armada ainda leal às estruturas sociais dos Tokugawa até dismantelar sua última trincheira, a República de Ezo<sup>197</sup> (27 de janeiro de 1869 - 27 de junho de 1869). Esses desdobramentos se efetuaram sob aguda tensão entre os nacionais e a ameaça representada pelas potências europeias, posto que a possibilidade de guerra civil poderia significar uma brecha para a intervenção estrangeira.

---

<sup>197</sup> A República de Ezo foi constituída das forças remanescentes do decaído shogunato na região da ilha de Hokkaido sob a liderança presidencial de Enomoto Takeaki (1836-1908). O território foi finalmente anexado ao Japão imperial em 1869. A escolha da forma de governo republicana acusa certa influência francesa.

Não obstante, a nova elite política do Meiji tinha objetivos bastantes específicos a realizar. A imperiosa necessidade de revisão ou abolição dos acordos impostos pelos países europeus e norte-americano conduziu a um agressivo programa de modernização do Estado japonês. Na tentativa de obter reconhecimento internacional, alguns nomes do governo adotaram um programa de ocidentalização exagerada.

Esses nomes herdaram do *mitogaku* o extremo senso de segurança nacional e crise estrangeira sendo, portanto, a modernização o tema essencial do governo, mesmo não se definindo bem em qual sentido essa modernização ocorreria. E é nessa "margem de erro" que as primeiras tensões entre projetos modernizadores entrarão no cenário político.

### 2.3.1 Reacionarismo samurai

As mudanças que acompanharam a instituição de uma nova estrutura de governo fizeram-se sentir em todos os estamentos da sociedade. Naturalmente, a velocidade implacável com que foram impostas causou vertigem em muitos, mas atingiu principalmente a classe samurai. Afinal, quando o último shogun foi destituído de suas terras, confiscada sua maior fonte de rendimento, ficou claro que a antiga ordem estava finda, ele não poderia mais manter a numerosa casta de oficiais com suas famílias, que compunham a onerosa e inchada burocracia shogunal. Os samurais, ameaçados no seu modo de vida, engrossaram as fileiras de muitos conflitos contra o novo governo, mas, derrotados, passaram então a compor a crescente massa de descontentes com a febril ocidentalização que transparecia na agenda do governo. Convergiram com outras forças sociais e políticas para dar vitalidade à oposição futura ao governo<sup>198</sup>.

Os samurais representavam os setores mais atingidos pelo fim das instituições sociais e militares do shogunato. A perspectiva que muitos tinham para sobreviver era tornarem-se agricultores ou comerciantes. Evidentemente essa alternativa parecia dolorosamente humilhante para esses indivíduos acostumados à ordem tradicional na qual ocupavam elevada posição em uma sociedade rigidamente hierarquizada e que lhes reservava larga margem para o exercício desse domínio.

Donald Keene (1922-2019) nos informa de uma figura comum na memória cultural desse período, a do samurai decaído que puxa riquixá para sobreviver; o biógrafo do Imperador

---

<sup>198</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 560, 561.

Meiji menciona ainda que nos bordéis de Yoshiwara podiam ser encontradas mulheres de antigos samurais<sup>199</sup>

A erosão desse modo de vida se acentuaria com a substituição de Saigō como chefe das "Forças Armadas" por um indicado de Kido<sup>200</sup>. Ele estava à frente do projeto para a criação de um exército profissional que envolvia desde a proibição de não-militares portarem espadas até o alistamento militar universal<sup>201</sup>. Os assassinatos perpetrados por radicais nativistas voltam a ganhar maior notoriedade; ironicamente, os próprios antigos agentes da "reverência imperial" precisaram se policiar contra aqueles que os viam como ocidentalizados<sup>202</sup>.

Saigō Takamori foi um antigo samurai de Satsuma oriundo de baixos estratos da sociedade, conseguiu se destacar e ascender ao círculo dos mais próximos encarregados do daimyo; aferrado aos valores samurai, foi importante nome na defesa no ativismo pelos ideais do *mitogaku* difundidos em Satsuma, inclusive no clamor pelo *sonnō jōi* e depois pela campanha contra o shogunato. No novo governo, era a *leading figure* de uma facção mais tradicionalista, entendida no que concerne aos valores da sociedade dita feudal do Período Edo. Ōkubo Toshimichi e Kido Takayoshi, por outro lado, eram os dois principais nomes dentre os proponentes da facção "ilustrada" do governo, com Ito Hirobumi<sup>203</sup>.

O único capaz de lidar com a insatisfação dos samurais, que aumentava desenfreada, era Saigō. Sua popularidade cresceu muito entre eles, em parte pela liderança carismática na campanha da Restauração, mas principalmente por sua adesão aos valores do Bushidō e aversão ao programa modernizador de Ōkubo, Iwakura e Kido.

Saigō é descrito por Hillsborough como a "quintessência de samurai"<sup>204</sup>. Ele era contrário à conscrição universal por considerar artesãos e camponeses inaptos para a vida de treinamento e disciplina do caminho de um guerreiro. Para Saigō o governo deveria proteger os três aspectos fundamentais da sociedade: o militarismo, a agricultura e a cultura, entendida

<sup>199</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912**... op. cit. p. 201.

<sup>200</sup> Entre Satsuma e Chōshū havia uma rivalidade antiga. A aliança na batalha pela Restauração e a divisão dos cargos do governo possivelmente contribuiu para reacender desconfiança mútua.

<sup>201</sup> Os éditos que desmontaram as prerrogativas sociais dos samurais, *Haitorei*, proibiram o uso do penteado e outros usos distintivos na sociedade como, principalmente, o porte de espadas, foram aprovados posteriormente, em 1876, sob novos protestos da classe samurai. O governo assumira os estipêndios hereditários dos samurais, mas isso não vigorou por muito tempo, se tornando uma quimera apenas. JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan**... op. cit. p. 25.

<sup>202</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912**... op. cit. p. 195.

<sup>203</sup> DAIKICHI, Irokawa. **The Culture of Meiji Period**. Princeton University Press, 1988. p. 52.

<sup>204</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution**... op. cit. p. 532, 533.



como o cultivo das artes e das letras, conseqüentemente via o comércio de larga escala e a indústria como potenciais degradantes para a sociedade.

A moralidade de Saigō era avessa à extravagância dos chefes de Estado. Essas discordâncias com a corrupção e com a falta de virtude do shogunato foram o que o levaram a combatê-lo. Para ele, os chefes tinham o dever de zelar por sua ascendência moral sobre os governados e servir para eles de modelo. Essas se tornaram, contudo, razões que lhe fizeram opor-se também ao novo governo.

Para Saigō, como para inúmeras pessoas, sobretudo entre as mais humildes, a Restauração representava a realização de um governo correto, virtuoso, ou seja, em consonância com as aspirações confucionistas que nutriam tão profundamente o espírito japonês. O governo real usou e abusou desses símbolos adornando a figura do Imperador e das novas instituições com uma aura mística e digna, mesmo assim, entretanto, não demorou para que se proliferasse o desencantamento com o governo pós-restauração. Somado ao inconformismo dos altos samurais, antigos vassalos do shogum, esse sentimento contribuiu para robustecer a nascente oposição política no Meiji.

Saigō, particularmente, via com indignação a opulência patenteada pelos recém-empossados oficiais com seus imóveis antes pertencentes a daimyo. Talvez começasse a parecer que os esforços e sacrifícios que conduziram à vitória nas Guerras Boshin haviam servido apenas para beneficiar o pequeno grupo de líderes burocratas<sup>205</sup>.

À medida que Saigō demonstrava os primeiros sinais de reprovação ao governo central, afluíam para Satsuma samurais vindos de todas as regiões do império. Também se desenvolvia nele a determinação de "reformular" o governo, embora, ao que parece, vacilasse entre fazê-lo pelas armas ou pela política (os historiadores não atribuem a Saigō grande habilidade política, pelo contrário, têm nele definitivamente um homem das armas); "a Saigō, o idealista, faltava um plano concreto para reformar o governo"<sup>206</sup>.

Em um desses momentos de oscilação, Saigō aceita uma reaproximação para participar das discussões sobre a abolição dos domínios e a substituição por prefeituras. A proposta servia para unificar o país, estabelecer com o governo central ligações de dependência mais diretas com as províncias. Na verdade, Ōkubo e os outros precisavam do apoio de Saigō para amolecer

---

<sup>205</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 532, 533.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 533.

ou submeter as revoltas que potencialmente viriam<sup>207</sup>. Apesar de ser contrário, Saigō é convencido e aceita a mudança. O título de daymio foi desabilitado, os nomes dos domínios passaram a ser o da capital: Satsuma se tornou Kagoshima, Chōshu passou a ser Yamaguchi, Tosa é hoje Kochi, etc. "O sistema militar feudal que tinha durado séculos, e sobre o qual se fundamentava a genuína essência da sociedade samurai - e japonesa-, terminava"<sup>208</sup>.

Novas reformas modernizadoras entravam em pauta e com elas novas atribuições de poder à oligarquia. O governo ficou organizado em três esferas, a central que desempenhava o papel de Conselho de Estado, a Esfera da Direita com seus ministérios e um primeiro-ministro, e a Esfera da Esquerda, que funcionava como o Conselho privado do Imperador (estrutura de Estado muito antiga, o *Daijō-kan*). Os antigos senhores de domínios foram enviados à Tóquio, onde eram bem remunerados, sendo substituídos nas prefeituras por oficiais do governo<sup>209</sup>.

Os nobres mais ativos na política, Sanjō Sanetomi e Iwakura Tomomi, receberam respectivamente os cargos de primeiro-ministro e ministro da direita. Entre os conselheiros de estado incluíam-se Saigō, Kido, Itagaki Taisuke (1837-1919) e Okuma Shigenobu (1838-1922), estes dois últimos nomes pertenciam respectivamente aos outrora domínios menores de Tosa e Saga. Ōkubo recebeu o crucial Ministério das finanças, sua jurisdição era determinante sobre uma gama de outros ministérios<sup>210</sup>.

1872 foi ano ainda de mais reformas. "O Japão mergulhou em uma série de grandes reformas nas áreas financeira, militar e sociocultural em direção à Ocidentalização", como afirma Hillsborough. Entre as inovações destacam-se a criação da moeda Yen<sup>211</sup>, o surgimento dos sistemas postal e bancário, construção de linhas férreas, adoção do calendário gregoriano, e entre outras, a elaboração de um plano educacional que previa a fundação de universidades e escolas básicas. Yamagata Aritomo da antiga Chōshu esteve à frente das reformas militares, inclusive da conscrição universal, aprovada apesar da resistência de Saigō. Essas medidas foram oriundas do programa de Ōkubo e de sua facção progressista, porém foram postas em carga pela liderança de Inoue e Yamagata; basicamente, os mais proeminentes nomes do

---

<sup>207</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 199; HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 539.

<sup>208</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 532.

<sup>209</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 25.

<sup>210</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 534.

<sup>211</sup> Desde meados do século XVIII a economia japonesa já estava monetizada, mas o material para as transações comerciais predominante ainda era o arroz.

governo haviam embarcado na Missão Iwakura<sup>212</sup>. Essa que se tornaria um marco para as décadas seguintes.

No final de 1871 foi enviada à Europa e aos Estados Unidos uma grande embaixada composta por quase 50 oficiais do governo, entre eles Iwakura Tomomi, Ito Hirobumi, Ōkubo Toshimichi e Kido Takayoshi. Um dos objetivos da missão era estudar a possibilidade de revisar os acordos desiguais selados por Li Naosuke na década anterior à da Restauração. Mas, o objetivo secundário, que acabou sendo o mais importante, foi estudar e contemplar em primeira mão a civilização ocidental.

Os termos dos acordos eram economicamente desvantajosos e extremamente humilhantes para os japoneses, principalmente os que determinavam a extraterritorialidade (a extraterritorialidade era a declaração explícita de que o Japão era uma nação incivilizada, cuja justiça não merecia confiança), que fazia com que os estrangeiros, mesmo dentro do Império japonês, fossem julgados pelas leis de suas respectivas nações.

A data de vigência acabava em 1872, a partir daí os japoneses poderiam abrir negociações. O envio de grandes autoridades do governo como Iwakura, Ito, Kido e Ōkubo demonstra o interesse que os japoneses tinham nesse tema, porém, é bem verdade que as potências mundiais da época não estavam dispostas a abrir mão dos seus privilégios, o que levou a uma longa série de discussões. A extraterritorialidade com os norte-americanos apenas foi abolida no fim do século XIX.

Para estabelecer relações e acordos com os países estrangeiros baseados no princípio da igualdade, os japoneses precisavam adequar suas instituições aos padrões internacionais, sobretudo no campo legal<sup>213</sup>. As reformas precisariam garantir o direito de estrangeiros circularem livremente pelo país e permitir a aquisição de imóveis além das zonas portuárias, assim como prover liberdade religiosa<sup>214</sup>. Estes assuntos continuavam sendo impensáveis para grande parte dos japoneses.

Historiadores concordam em afirmar que um dos objetivos centrais da Missão Iwakura, além de conseguir a anulação dos humilhantes acordos desiguais (nesse sentido os ganhos reais foram quase nulos), foi observar em primeira mão e com olhos técnicos o dito “mundo

---

<sup>212</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit., p. 535, 536.

<sup>213</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 206; DAIKICHI, Irokawa. **The Culture of Meiji Period...** op. cit. p. 53.

<sup>214</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 207.

civilizado"<sup>215</sup>. A missão pusera homens de elevada alçada política do Japão para analisar as estruturas culturais e econômicas de países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos e encontrar meios de adaptá-las ao Japão. Os japoneses encontraram uma Europa em ebulição industrial e econômica cuja atmosfera cultural passava por uma fase de endeusado otimismo materialista. Essa experiência foi determinante para os rumos que os líderes deram à nação japonesa.

\*

Enquanto questões sobre o futuro do Japão preocupavam os burocratas no exterior, em Tóquio a administração imperial era assediada por velhos assuntos não resolvidos. Havia ficado no Japão Saigō Takamori e outros expoentes da "facção conservadora" entre eles Itagaki Taisuke de Tosa (conselheiro de Estado), Gotō Shōjirō (1838-1897) também de Tosa (chefe de concelho da esquerda), e Etō Shimpei (1834-1874) de Saga (Ministério da justiça), os chefes dos domínios menores da oligarquia Meiji.

Antes da Missão Iwakura partir, Saigō assinou uma concordata na qual se comprometia a não fazer alterações drásticas na política interna durante a ausência dos demais membros do governo<sup>216</sup>. Mas isso não foi suficiente para inibir o ânimo reformista da ala conservadora (inconformados com a política capitaneada pelos rivais). As tensões entre os outros burocratas e a liderança interina começaram a aumentar até desembocar num impasse entre o ministério das finanças, chefiado por Inoue Kaoru (1836-1915) na ausência do seu aliado Ōkubo, e o Ministério da justiça de Eto, que ocasionou na renúncia de Inoue. Diante da crise, o Imperador ordena o retorno imediato de Ōkubo e Kido<sup>217</sup>.

A investida política de Saigō foi posta à prova quando em razão da crise coreana de 1873<sup>218</sup>. Para Saigō e seus aliados, o desrespeito dos coreanos poderia manchar a honra do império se não fosse enviada para a península uma expedição punitiva, e ainda, se ele próprio não fosse o emissário encarregado da comunicação com os coreanos. Não há consenso sobre

---

<sup>215</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912**... op. cit. p. 207; DAIKICHI, Irokawa. **The Culture of Meiji Period**... op. cit. p. 53.

<sup>216</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution**... op. cit. p. 535.

<sup>217</sup> *Ibidem*, p. 539, 540.

<sup>218</sup> A questão da Coreia foi provocada quando o governo japonês restaurado, tentou atualizar os termos da relação comercial com a Coreia. Anteriormente, esse comércio se dava através da ilha de Tsushima, mas agora o Japão apresentava-se como uma nação civilizada com um Imperador (大君-*Ookimi*), como superior dentre seus vizinhos asiáticos. Os coreanos, em resposta, reagiram com indignação e ignoraram as reiteradas solicitações japonesas.

as motivações de Saigō para uma guerra contra a Coréia. Provavelmente ele realmente a desejava, ou então apenas pensava em usá-la para revitalizar a classe samurai, elevar o prestígio nacional e unir a população.

De toda forma, tanto o Imperador quanto os membros do governo presentes eram contra Saigō. Porém, sua força política era tanta que, mesmo assim, a questão quase fora resolvida a seu favor. Com muito custo, em tratativas secretas entre um opositor de Saigō e o Imperador, o conselho que decidiria a questão foi adiado até o retorno de Iwakura o qual soube derrotar os partidários de Saigō <sup>219</sup>.

Depois disso, Saigō sai da política <sup>220</sup> e passa anos isolado em Satsuma onde funda "escolas privadas" militares <sup>221</sup>. Essas escolas treinavam táticas, manuseio e estratégias militares. Com a conscrição universal, a proibição do porte de espadas em todo o país, vários samurais insatisfeitos encontravam em Satsuma um reduto onde podiam continuar a viver "à moda antiga", o que fez desse domínio um antro de radicais hostis ao governo; Satsuma era basicamente uma "entidade política autônoma" ignorando as diretivas modernizadoras que emanavam de Tóquio.

A Revolta de Satsuma de 1877 foi o resultado óbvio e inevitável do aumento das tensões em Satsuma. O exército de Saigō comprimia cerca de 30 mil antigos samurais, dentre os quais aproximadamente 13 mil provinham das escolas militares além de reforços vindos de outras prefeituras, porém, o exército imperial contava mais de 50 mil.

A Revolta teve várias batalhas e lances de estratégia militar notáveis, mas com o desenrolar dos combates ficou cada vez mais nítido que a era dos samurais terminava quando esta seleta e tradicionalmente treinada força foi vencida por soldados sem preparo especial, convocados de esferas sociais "inferiores", muitos, inclusive, antigos camponeses, porém uniformizados, devidamente armados e treinados segundo o sistema ocidental de militarização.

No fim, com espírito quebrado, Saigō e os remanescentes dos seus homens, escolheram a planície de Shiroyama para perfazer o último ato guerreiro. Saigō cometeu *harakiri*, o suicídio ritual por evisceração, e teve a cabeça cortada <sup>222</sup>.

A Rebelião de Satsuma foi o último grande obstáculo à consolidação do Império Japonês como afirma Oliveira Lima <sup>223</sup>. A vitória foi usada para exaltar a excelência do exército

---

<sup>219</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 546.

<sup>220</sup> Nessa ocasião saem do governo também Eto, Itagaki e Goto.

<sup>221</sup> HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution...** op. cit. p. 561.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 568.

<sup>223</sup> LIMA, Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 301.

e a superioridade dos novos tempos por militares que ocuparam importantes postos no governo mais tarde. Em termos práticos, a vitória significou a inviabilidade da oposição armada ao governo, fazendo com que muitos líderes oposicionistas ingressassem nas lutas políticas que antecederam a instituição da Constituição Meiji e do regime parlamentar.

### 2.3.2 Modernidade X Tradição

Uma vez que o Japão conseguiu, de alguma forma, abolir seu sistema feudal sem ajuda e manter sua soberania como um país unido, enquanto lutava contra a pressão das potências ocidentais, pode-se entender que a maior preocupação de seus líderes não era tanto proteger a cultura tradicional como dominar os segredos da riqueza e do poder de seus inimigos (ocidentais) rapidamente - em outras palavras, a utilização da civilização ocidental para fortalecer o Japão<sup>224</sup>

Ao longo deste subtópico perceberemos que, ao invés de um programa de "ocidentalização" seletiva, os oligarcas do Meiji tinham demandas a realizar, reformas de ordem política, econômica e cultural; não envolviam uma adaptação da cultura europeia às tradições locais, mas o contrário<sup>225</sup>. Não se pode admitir o slogan pró-governo imperial do *wakon-yosai* (espírito japonês e tecnologia ocidental) sem questionar *o quê* necessariamente seria considerado "espírito japonês" e o *quê* seriam "maus costumes" a serem expurgados, como rezava a cláusula quarta da Carta de Juramento<sup>226</sup>, e ainda, quem faria a classificação. Pois, além da modernização do aparelho econômico e militar do império, é fato que também houve um movimento de ocidentalização dos costumes imposto de cima para a população.

Como diz Oliveira Lima, a ocidentalização baixou da corte<sup>227</sup>. Sim, o historiador pernambucano foi feliz nesta sua asserção. Da perspectiva "de cima" vemos primeiramente, como que de um foco irradiador, a figura do Imperador Meiji (1852-1912) se transformar de um tímido e recluso monarca para se tornar cada vez mais parecido com um Imperador europeu

<sup>224</sup> DAIKICHI, Irokawa. **The Culture of Meiji Period...** op. cit. p. 51.

<sup>225</sup> A orientação é clara e objetiva nos artigos da Carta de Juramento, um documento promulgado pelo Imperador Meiji em 1868 como o guia da modernização do estado e promessa ao povo japonês. Nos artigos 2º e 3º lê-se basicamente a promessa de abolição das castas sociais, todas classes devendo trabalhar pela prosperidade pessoal e da nação; o 4º prescreve que "os maus costumes do passado sejam abandonados e tudo seja baseado nas justas leis da Natureza", não deixando claro o que seriam esses "maus costumes", e o 5º, que "o conhecimento seja procurado em todo o mundo para fortalecer os fundamentos do governo Imperial". A cláusula 1 promete assembleias representativas; JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 495.

<sup>226</sup> Ver nota anterior.

<sup>227</sup> LIMA, Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 296.

(por pressão de Ōkubo Toshimichi)<sup>228</sup>. Assim, o "dragão" diariamente poderia ser visto usando o uniforme típico de um ocidental opulento, com as presilhas douradas ao longo do tórax que se lhe tornaram características, após se trocar de suas vestimentas japonesas noturnas; costumes que se tornaram relativamente comuns à aristocracia em geral<sup>229</sup>.

A culinária ocidental também se tornou comum no cardápio imperial já nos primeiros anos de reinado<sup>230</sup>. Fotografias de 1873 mostram o Imperador em uniforme militar ocidental, sentado sobre uma poltrona ao lado do seu chapéu de almirante e segurando um sabre de estilo inglês<sup>231</sup>. É válido ressaltar, porém, que sua educação havia sido enfaticamente tradicional, nos moldes confucionistas, e versada no estudo dos clássicos chineses, o que não o impediu de também tomar lições de temas ocidentais como história da Europa e dos Estados Unidos e do idioma alemão.

A febre pela ocidentalização como política de estado durou algo por volta de pouco mais de uma década após a Restauração. Os oligarcas se concentraram em aplicá-la em diversas áreas, desde a infraestrutura produtiva à fabricação de uma imagem ilustrada do Japão. Inoue Kaoru, companheiro de Ito no tempo de radicalismo contra o shogum, se encaixa no último tipo. Ele, com associados, pretendiam convencer os ocidentais de que o Japão também era capaz de "civilização" e materializaram esse programa em 1883 com a inauguração do *Rokumeikan*, uma edificação em estilo ocidental (ou um ensaio disso, *giyōfū*), utilizada para hospedar visitantes estrangeiros importantes.

Com um grande salão de dança para figurões da política japonesa e suas damas bailarem, mostrando como dominavam a *finesse* europeia e perfeitamente trajados à moda de Paris ou Londres, bem cumpriria seu objetivo se os ocidentais não vissem tal coisa como ridícula imitação de uma cultura estrangeira; até mesmo cartoons de caráter racista chegaram a ser veiculados pela maledicência eurocêntrica no velho continente, comparando os japoneses a macacos treinados vestidos à ocidental<sup>232</sup>.

Esse programa também foi imposto às pessoas comuns e, esperavam os oligarcas, que recebessem de bom grado o novo modo de vida que lhe concedia a "ilustração" da nova era. Quando o distrito de Ginza, área importante da antiga Edo, sofreu um grande incêndio em 1872, o governo usou a oportunidade para conduzir sua agenda modernizante; Inoue Kaoru estava

---

<sup>228</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912**... op. cit. p. 193.

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 213.

<sup>230</sup> *Ibidem*, 194.

<sup>231</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912**... op. cit. p. 237.

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 392-394.

entre os que encabeçaram o projeto. A área foi reconstruída, arquitetura ocidental e até paredes à prova de fogo, com a intenção de que fosse capaz de comunicar a qualquer visitante ou transeunte o quão modernizado e civilizado o Japão se tornou. Assim, esperavam impressionar os ocidentais e conseguir oportunidade para renegociar os acordos desiguais.

Os artistas que representaram Ginza Bricktown retrataram-na apinhada de gente, com alto trânsito de mulheres, estudantes, comerciantes, turistas e viajantes, elegantes vestidos ocidentais nas moças, homens de sobretudo portando guarda-chuva a céu claro. Entretanto, fotografias de 1875 mostram uma cidade fantasma, os moradores haviam desertado de Ginza em pouquíssimo tempo<sup>233</sup>. Os prédios da Ginza, bem como o *Rokumeikan*, foram demolidos.

Esses desdobramentos implicam outra problemática, o impacto cultural dessas medidas sobre o povo é outro fator não considerado quando se aborda o tema, pois, é vero que para certos chefes do Meiji, como Ōkubo Toshimichi e Kido Takayoshi, o sacrifício da tradição era um problema menor diante da causa da modernização<sup>234</sup>.

Os impactos culturais sobre a população comum, especialmente rural, são enfatizados por Irokawa Daikichi em *The Culture of Meiji Period*, como esperado de um intelectual de formação marxista. Segundo ele, o ritmo da vida rural, ditado pelas colheitas de casulos de bicho-da-seda, pelas festividades em homenagem às divindades, xintoístas e budistas, da prosperidade, e pelos festivais ricos em danças, cerimônias, amuletos e comidas especiais, começou a mudar vertiginosamente com a chegada de Perry e a afluência de bens de consumo<sup>235</sup> advindos do comércio estrangeiro<sup>236</sup>; e ainda mais pelas mudanças na administração local consequentes do novo governo, como novos impostos, novos valores para a terra, o surgimento de um sistema monetário novo, novas escolas e o encorajamento ao êxodo.

O autor informa que 170.000 vilas e aldeias se transformaram em apenas 12.000 em pouco mais de 10 anos<sup>237</sup>. Um reflexo do enfraquecimento dos laços que prendiam as pessoas

---

<sup>233</sup> GRUNOW, Tristan R. **Ginza Bricktown and the Myth of Meiji Modernization**. In Digital Meijis: Revisualizing Japanese History at 150. Edited by Tristan R. Grunow and Naoko Kato. Vancouver: University of BritishColumbia Library, 2019.

<sup>234</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 433. Esta apontada tendência modernizadora não passou despercebida de maneira nenhuma pela horda de nativistas exaltados que ainda existiam aos muitos. O sentimento reacionário e antiestrangeiro salta à vista: Iwakura sofreu um atentado que quase lhe tirou a vida, Ōkubo foi assassinado em 1878. Vale também mencionar o Incidente de Ōtsu no qual o príncipe herdeiro da Rússia quase foi assassinado quando visitou o Japão em 1891.

<sup>235</sup> O fluxo de produtos estrangeiros causou tal impacto na balança comercial que explodiram protestos violentos envolvendo radicais nativistas em 1875; KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 254.

<sup>236</sup> DAIKICHI, Irokawa. **The Culture of Meiji Period...** op. cit. p. 27.

<sup>237</sup> *Ibidem*, 28.



às suas terras de origem e que sinaliza um grande golpe na maneira tradicional de vida dessas populações. Pois, a terra era para elas desde tempos imemoriais o espaço onde repousavam os espíritos dos ancestrais, presentes nos rios, nas montanhas, etc., que deveriam ser servidos pelos descendentes enquanto zelavam por boas colheitas e pela perpetuação da linhagem; por isso, completa Daikichi, no final do processo a instituição familiar se esfarelou, sendo perdido também o senso de uma "moralidade pública" peculiar ao campesinato japonês<sup>238</sup>. Inúmeros Yosaku<sup>239</sup> foram encorajados a deixar a terra natal em busca de oportunidades e acabaram por formar outras linhagens familiares.

As consequências, é claro, foram muito mais abrangentes se consideradas as novas facilidades de alimentos, de tinturas que produziam cores variadas antes tidas por exóticas, a introdução de janelas de vidro, eletricidade, etc. Inclusive, entre as consequências, novas patologias de ordem psíquica, como uma neurose registrada por Yanagita Kunio, ocasionada entre milhões de japoneses que, em um estado de confusão mental, abandonavam a vida social e partiam para as montanhas, referida por Daikichi como uma "doença da alma"<sup>240</sup>.

Porém, um dos capítulos mais controversos da modernização, entretanto, azas apropriado para apreciarmos a herança do *mitogaku* no novo governo, foi o chamado *Haibutsu kishaku* (abaixo aos budas ou destruição ao Budismo), um movimento desencadeado por Tóquio que gerou uma verdadeira perseguição ao Budismo no Japão.

É preciso saber, antes disso, que o Budismo foi muito favorecido pelo Estado japonês pelo menos desde o século VII e VIII por iniciativas dos imperadores. Foi favorecido até mais pelo shogunato Tokugawa o qual fez dele "Religião de Estado" e o usou como forma de controle contra as conversões ao Cristianismo através do cadastramento obrigatório em templos budistas<sup>241</sup>. Sobre isso, algumas seitas budistas radicais estiveram mesmo na vanguarda do movimento de supressão física do credo romano, para eles, uma ameaça espiritual além de política, fato que se perpetuou por séculos à diante<sup>242</sup>.

---

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>239</sup> Referência à canção de Kitajima Saburo. Retrata o cotidiano de um simples lenhador, Yosaku.

<sup>240</sup> DAIKICHI, Irokawa. **The Culture of Meiji Period...** op. cit. p. 40.

<sup>241</sup> IENAGA, Saburo. **Japan's modernization and Buddhism**. In Koza Kindai bukkyo, Vol. 2. 1961. p. 4.

<sup>242</sup> Observe, por exemplo, o que sucedeu em 1857 quando, poucos anos após os acordos com Townsend Harris, cristãos escondidos foram capturados em Nagasaki. Enquanto o ministro francês pressionava pela libertação dos cativos apelando para a lei internacional, budistas entravam em frenesi junto às autoridades do governo para que punissem mais severamente os cristãos e ameaçavam executá-los eles próprios se nada fosse resolvido favoravelmente; KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 110.

Mas, no primeiro ano de Restauração, o governo Meiji iniciou sua agenda de modernização do Estado, e nela havia aquela antiga orientação do *mitogaku* de unir culto à ética política, numa tentativa anacrônica de reviver o sistema político da Antiguidade no qual o Imperador, como "sumo-pontífice" do Xintoísmo, intermediava favores divinos por meio de ritos agrários.

Pois bem, nesse ano foi baixado o *shinbutsu bunri*, a separação entre Budismo e Xintoísmo; as duas religiões haviam passado séculos, se não "sincretizadas", muito próximas. Com isso, a religião do Estado voltaria a ser o Xintoísmo, antigas cerimônias Xintó seriam "revividas" e substituiriam os ritos budistas no Palácio Imperial; objetos xintoístas seriam retirados dos templos budistas e todo sacerdote Xintó seria ordenado a perfazer os ritos fúnebres xintoístas<sup>243</sup>.

O *shinbutsu bunri*, uma medida estatal, foi, entretanto, acatada por uma massa radical de sacerdotes e adeptos xintoístas ressentidos com o Budismo, que consideravam ter usurpado crenças e prestígio nacional durante séculos, açambarcados por uma religião *estrangeira*. Brandiam novo slogan, o *haibutsu kishaku*, enquanto com ferocidade e brutalidade, inclusive liderados por sacerdotes xintoístas, destruíam templos budistas, sutras e outros objetos de alto valor cultural<sup>244</sup>. Um paralelo pode ser traçado com o Purgio Ansei quando sacerdotes xintoístas radicais foram forçados a se tornarem monges budistas.

Em Satsuma, um dos domínios de nativismo mais exaltado, 1066 templos budistas foram abolidos, propriedades confiscadas para despesas militares e seus monges ordenados a voltar à vida comum. Em Quioto, além dos objetos e templos destruídos, "mestres e aprendizes foram obrigados a pisar estátuas budistas" para provar que abandonaram suas crenças, um paralelo com o *fumi-ê* que impuseram aos cristãos<sup>245</sup>.

O episódio demonstra a ambiguidade do comprometimento do governo com a preservação da cultura tradicional. No fim, o Budismo se acomodou na sua nova condição submissa ao Xintoísmo estatal, conseguindo proteção institucional em troca de promover entre o povo lealdade ao "soberano celeste" e ao militarismo durante as guerras contra a China e a Rússia<sup>246</sup>.

---

<sup>243</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 223; \_\_\_\_\_, Marius B. **The making of Modern Japan...** op. cit. p. 352; KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 223; IENAGA, Saburo. **Japan's modernization and Buddhism...** op. cit. p. 9.

<sup>244</sup> JANSEN, Marius B. **The making of Modern Japan...** op. cit. p. 352.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 353.

<sup>246</sup> IENAGA, Saburo. **Japan's modernization and Buddhism...** op. cit. p. 15.

Vimos como, no lugar de uma "civilização adaptada", o governo muitas vezes impôs uma imitação ocidental indisfarçável acompanhada de uma transição brusca e inflexível de modos de vida à população; e ainda, que a preservação do "espírito japonês" não envolveu inicialmente o Budismo, apesar da sua contribuição milenar à cultura japonesa. O resultado da imposição de um estilo de vida estranho foi um acentuado contraste cultural entre a classe dirigente e as pessoas comuns, tão marcado que se perpetuaria décadas a fio na sociedade japonesa.

### 2.3.3 Construção do Estado: Constituição

Admitido que houve uma ocidentalização exagerada dos primeiros anos após a Restauração, é lícito prosseguir para o verdadeiro esforço de "apropriação" da cultura ocidental empreendido pelos estadistas japoneses. Os construtores imperiais do Estado japonês procuraram conciliar as estruturas políticas ocidentais, tais quais o regime constitucional, instituições representativas, ordenamentos jurídicos, etc., com o "espírito japonês", entendido segundo ditaram os cânones do *mitogaku*, ou seja, primariamente na reverência absoluta à casa imperial, o "caráter nacional" por excelência do Japão<sup>247</sup> (excluindo outras idiossincrasias japonesas como mencionado anteriormente).

Durante a Missão Iwakura os oligarcas japoneses puderam observar as estruturas de Estado ocidentais e estudar como as desenvolveriam no Japão para que este alcançasse o nível de produção de riqueza e poder ofensivo das potências mundiais da época. Dentre as referências ocidentais de Estado disponíveis no período, chamavam a atenção as repúblicas norte-americana e a francesa (que tanto influenciaram, cada uma ao seu modo, os republicanos brasileiros de 1889) e as monarquias inglesa e alemã. Levando em conta que o projeto de Japão de Ito e companheiros oligarcas era uma nação centralizada na sua figura monárquica, é óbvio que abraçariam o modelo alemão como o ideal para o Japão<sup>248</sup>; a Alemanha havia derrotado o império de Napoleão III em 1871, se unificado e modernizado sua indústria em velocidade assombrosa em relação aos outros países da Europa.

---

<sup>247</sup> DAIKICHI, Irokawa. *The Culture of Meiji Period...* op. cit. p. 57.

<sup>248</sup> *Ibidem*.

Mas, como adaptar a estrutura de governo monárquica europeia a uma "teocracia" asiática? Aquela fundada em arcabouços imagéticos e culturais greco-romano e medievais, a última, em uma rica tradição milenar de cunho confucionista, budista e xintoísta. Esta foi a principal questão proposta aos estadistas, em especial a Ito Hirobumi, o chamado "pai" da Constituição japonesa de 1889. Questão que abordaremos em resumo imediatamente.

Como dito, a derrota de Saigō fez da luta política o único recurso possível para a oposição aos burocratas, ou melhor, ao governo da elite dos burocratas, pois, recordando, havia duas facções no governo, a superior, composta pelos antigos samurais de Satsuma e Chōshu (Ito, Inoue, Yamagata, etc.) que detinham os postos mais elevados, e outra, a de nomes como os de Okuma, Itagaki e Goto, provenientes de clãs menos importantes na campanha da Restauração. As duas não eram tão diferentes nas suas origens, ambas oriundas do baixo estrato samurai, o contraste entre elas estava no poder político que possuíam e no projeto de Estado pelo qual militavam. Enquanto Ito e seus próximos pensavam uma estrutura de governo mais centralizada em cargos chave, como o dos ministros, Okuma e equivalentes queriam um Estado mais dependente de órgãos representativos, como uma câmara eleita do parlamento, de modo que fosse assegurada maior mobilidade dentro da burocracia. Com estes objetivos, não raro usavam das ideias liberais advindas do Ocidente para seus fins.

O liberalismo da facção "liberal", porém, era acima de tudo um meio para reverter sua perda de poder político<sup>249</sup>, mas esses políticos eram também oficialmente comprometidos com pautas populares como a revisão dos acordos, com uma presença japonesa mais agressiva na Ásia em relação à China e à Coréia, e sobretudo comprometidos com o criticismo à oligarquia enquanto usavam de imagens e princípios confucionistas para justificar as reformas que defendiam.

Por apoiar essas pautas muito populares esse grupo acabou por aglutinar o apoio de uma larga e explosiva camada social que ia desde outros líderes locais da Restauração a intelectuais, aldeões e samurais empobrecidos, todos de alguma forma insatisfeitos com o novo governo<sup>250</sup>. Essa camada havia se concentrado em torno do Movimento por Liberdade e Direitos Populares, um movimento de ação popular sobre as políticas do governo com ênfase nas comunidades agrárias; a facção "liberal" planejava adquirir poder de dissuasão ancorando-

---

<sup>249</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 402.

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 402, 403.

se nas agitações sociais protagonizadas por esse grupo. A constituição se tornou a arena de luta entre esses projetos de nação.

### 2.3.4 Movimento por Liberdade e Direitos Populares

O fenômeno do Movimento por Liberdade e Direitos Populares não deve parecer surpreendente para estudiosos ocidentais, afinal, temos um quadro no qual, durante a ameaça estrangeira e a decadência administrativa do shogunato, surgiram núcleos de estudo ou sociedades políticas compostas por pessoas comuns, mesmo em distantes aldeias rurais. Um movimento orgânico e popular de reinterpretação dos temas de importância nacional.

Nessas sociedades eram traduzidos, lidos e debatidos autores clássicos do pensamento político ocidental moderno como Rousseau e Stuart Mill. Num período em que era considerado crime gravíssimo comuns discutirem assuntos governamentais, as sociedades acompanhavam não sem ponderações críticas o firmamento dos acordos desiguais com metade da Europa, e ainda, enquanto Ito e a alta cúpula discutiam as bases da constituição, esses intelectuais populares esboçaram suas próprias constituições permeadas pelos conceitos liberais do contrato social e do direito natural.

Estima-se que na década de 1870 existiam mais de 300 sociedades políticas somente em Tóquio e outras 300 do Norte ao Sul do Japão<sup>251</sup>. Desse modo, surgiu um movimento constitucional por atores populares (jornalistas amadores, ativistas políticos e intelectuais) que ganhou grande adesão e assim cobrou participação no debate acerca da Constituição. Porém, à medida que o movimento tomava maiores proporções, inclusive com o apoio da imprensa, o governo oligárquico começava a restringir a liberdade de expressão e a mobilização social.

Ito Hirobumi se mostrava um misto de indignado e alarmado com a velocidade com a qual o mal das ideias liberais se espalhava pelas províncias e especialmente entre a juventude<sup>252</sup>. Na década de 70 o governo promulgou regulamentações sobre discursos veiculados na imprensa e que proibiram que professores, estudantes e militares participassem de reuniões de caráter político<sup>253</sup>. Nesse período, até os primeiros anos de 1880, jornalistas, professores e ativistas foram presos e centenas de reuniões desmanteladas ao mesmo tempo em que agitações e revoltas populares reprimidas imediatamente pelo governo se multiplicavam.

---

<sup>251</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 407.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 411.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 412.

Chegou o momento em que a facção "liberal" não mais conseguiu dissociar sua imagem dos tumultos e também recebeu represálias da hierarquia do governo; Okuma foi afastado do cargo que ocupava e, para desmobilizar o movimento popular, os oligarcas prepararam um pronunciamento do próprio Imperador prometendo magnanimamente atender aos anseios populares concedendo Constituição e Assembleia Nacional até o fim da década de 1880<sup>254</sup>. A autoridade simbólica imperial era inquestionável sobre os japoneses e, assim, os líderes do movimento não mais poderiam convocar rebeliões sem serem taxados de inimigos do trono.

Recordamos que a infidelidade ao *Tennō* (天皇-Soberano Celestial) era virtude capital dentre os ensinamentos confucionistas no Japão, os quais integravam também a índole do Movimento; e que, desde Saigō, o criticismo ao novo governo se limitava à classe oligárquica, acusada de monopolizar o poder de forma autocrática em prejuízo do Imperador, mantendo, portanto, a imagem deste imaculada. Mesmo nas mais liberais constituições produzidas nas sociedades políticas, estava religiosamente sancionado o direito "sagrado e inviolável" do descendente da "linhagem imperial ininterrupta desde tempos imemoriais", o que levou Daikichi a afirmar que o trono imperial não chegou a estar sob a crítica do Movimento<sup>255</sup>.

Assim, o Movimento se fragmentou entre agitações locais e, em razão da abertura de partidos, o surgimento do *Jyu-tō*, partido de Itagaki que, na prática, não conseguiu se tornar oposição significativa ao governo<sup>256</sup>. Enfim, concretizou-se aquilo que já havia sido discutido entre os oligarcas, que as reformas de caráter liberal seriam implementadas de forma gradual e que a iniciativa partiria do governo, viria como um dom do Imperador, não como uma conquista popular<sup>257</sup>, assim teriam o controle sobre o grau e a natureza das inovações<sup>258</sup>.

### 2.3.5 O regime constitucional

Com o arrefecimento da oposição, Ito pôde trabalhar intensivamente nos contornos definitivos da Constituição. Em 1882 ele havia sido enviado como ministro plenipotenciário à Europa onde, na Alemanha, pôde encontrar-se com o próprio Bismarck e granjear assistência de estudiosos renomados no campo jurídico como Rudolf von Gneist e Lorentz von Stein<sup>259</sup>.

<sup>254</sup> *Ibidem*.

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 664; DAIKICHI, Irokawa. **The Culture of Meiji Period...** op. cit. p. 256.

<sup>256</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 414.

<sup>257</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 368.

<sup>258</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 419.

<sup>259</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 369, 381.

Dos estudos e conselhos aí colhidos, Ito assimilou que a Constituição deveria estar fundamentada em um "eixo", algo como o que o Cristianismo foi para a Europa, imbuindo as pessoas de um espírito comum que permeia a estrutura política e assegura a perpetuação do corpo social. Para Ito, nem o Xintoísmo nem o Budismo eram capazes de oferecer o "eixo", a única instituição capaz de fornecê-lo era a casa imperial<sup>260</sup>. De fato, a desagregação do Movimento por Liberdade e Direitos Populares pela intervenção imperial foi uma demonstração cabal de que "o Imperador era a única força política que transcendia todos os particularismos das divisões sociais de ranque, classe, domínio e família herdados de séculos de feudalismo"<sup>261</sup>.

Desta forma, a constituição japonesa de 1889 foi confeccionada de modo a salvaguardar a soberania do Imperador como governante divinamente instituído, ao mesmo tempo em que circunscrevia os poderes da Câmara eletiva submetendo-a ao gabinete ministerial.

Sim, a Constituição aprovada e promulgada reservava considerável espaço para o exército do poder ministerial, sobretudo no cargo de primeiro-ministro; não passou despercebido pela crítica contemporânea o fato de ministros com autoridade "ditatorial" capazes de imprimir ao bel-prazer o "curso geral da política de Estado"<sup>262</sup>. O poder ministerial era o real dínamo da política, apesar do Imperador reter autoridade, em teoria, absoluta. O primeiro-ministro era escolhido entre os maiores, entre os conselheiros, em resumo, os figurões de Satsuma e Chōshū<sup>263</sup>.

Naturalmente, os cargos ministeriais passaram ao centro da disputa por poder político. Os líderes da oposição passaram a jogar com o governo negociando o apoio de sua facção no parlamento em troca de determinado ministério ou pelo apontamento de partidários para cargos específicos<sup>264</sup>.

Nessa disputa, a oposição contava também com a cláusula da Constituição que reservava à Dieta a prerrogativa de vetar qualquer aumento no orçamento do governo, uma arma que Ito não esperava servir tão bem para destruir a articulação entre as instâncias

---

<sup>260</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 419; JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 663.

<sup>261</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 425.

<sup>262</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan...** op. cit. p. 667.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 666; KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 536.

<sup>264</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 537.

governativas. "Os ministros eram forçados à adotar uma variedade de meios ilegais ou suspeitos para conseguir aprovar suas propostas"<sup>265</sup>.

As primeiras eleições em 1890, marcadas por violência e sabotagens como compra de votos, ameaças, etc., dão a maioria da Câmara eletiva aos líderes da oposição<sup>266</sup>. Em resumo, os anos imediatamente posteriores à inauguração do regime constitucional viram a dissolução prematura da Dieta por cinco vezes. Finalmente, em nome da governabilidade e da manutenção da Constituição cuja ab-rogação seria grave desprestígio à nação, Ito se rende à política partidária permitindo que os altos cargos fossem ocupados pelo partido mais forte quebrando, assim, a hegemonia de Satsuma e Chōshū<sup>267</sup>.

Os líderes oposicionistas conseguem formar um gabinete com Okuma como primeiro-ministro, porém, este governo partidário tampouco conseguiu coesão na Dieta nem superar a rivalidade dentro do partido e também colapsou; Ito é designado pelo Imperador para ser o primeiro ministro. Em 1900 o próprio Ito se torna líder partidário com seu partido *Seyukai*. O advento da política partidária abriu o governo para a ascensão do que podemos chamar de "políticos de carreira", era uma nova fase para a vida política japonesa.

## 2.4 Kokutai

Delimitar o sentido do *kokutai* não é tarefa simples nem para os japoneses. Pode ser entendido como o caráter nacional ou o "eixo" espiritual da nação japonesa, mas, simplificando, é a ideologia ou doutrina nacionalista que orientou a política nacional do Japão no entremeio dos séculos XIX e XX. O *kokutai*, porém, não é um produto do Século XIX, como alerta Daikichi, antes, é o sistema imperial propriamente ambientado no governo centralizado que tomou forma na antiguidade japonesa, presente nos clássicos literários, revisitado pelo pensamento da Era Tokugawa e presente desde as primeiras medidas do governo Meiji<sup>268</sup>.

O milenar sistema imperial saiu do rol das tradições obscuras, do "inconsciente da nação", em 1889 com a Constituição, para se expandir e abraçar as reformas modernizadoras do período Meiji, a centralização estatal, o nacionalismo e o militarismo, "combinando absolutismo com funcionalismo moderno", enquanto assumia o lugar das crenças tradicionais

<sup>265</sup> JANSEN, Marius B. (Org.). *The Cambridge History of Japan...* op. cit. p. 669.

<sup>266</sup> KEENE, Donald. *Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...* op. cit. p. 538.

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 539.

<sup>268</sup> DAIKICHI, Irokawa. *The Culture of Meiji Period...* op. cit. p. 248



locais até se tornar uma "estrutura espiritual", "desaparecendo no cenário japonês até as pessoas terem-no como um produto de sua própria comunidade aldeã ao invés de um sistema imposto de cima", completa Daikichi<sup>269</sup>. Seria o resultado obtido com a contribuição de ideólogos do próprio período como Hozumi Yatsuka (1860-1912), Kato Hiroyuki (1836-1916) e Inoue Tetsujiro (1856-1944)<sup>270</sup>.

A ideia de "família-estado" teve, doravante, grande papel no processo de dar ao sistema imperial imposto, o *kokutai*, o coração das pessoas<sup>271</sup>. O Japão seria uma grande família sem paralelo no mundo, apesar dos ancestrais do populacho terem sido explorados nos campos e mortos em guerras de daimyo durante séculos. O Imperador também precisava estar presente, imageticamente, nos espaços residenciais de cada súdito a fim de construírem-se laços sentimentais de lealdade para com a casa imperial.

O processo empregado para tal foi a heroicização da figura do Imperador Meiji, a criação de um mito ainda hoje muito frequente no qual o jovem Imperador movido pelos ideais do justo governo une-se ao povo contra o regime anterior, opressor, e se estabelece como chefe do Japão, guiando a nação com sua sabedoria inata herdada dos ancestrais imperiais em direção ao progresso e a glória das vitórias militares. Era comum nas casas um retrato do Imperador como simbólico objeto de reverência, assim como seus poemas, que o tornavam íntimo dos lares. Daikichi não deixa de relacionar o poder de penetração da ideia de família-estado à crise do sistema familiar, mencionada anteriormente<sup>272</sup>.

Não somente o espaço doméstico seria dominado pelo espectro imperial, mas também e sobretudo, o espaço religioso, o xintoísta por excelência, e seria como nunca antes. Logo no início da Era Meiji, juntamente com a medida de separação entre Budismo e Xintoísmo, o governo pretendeu unificar os diferentes cultos tradicionais xintoístas do arquipélago ao grande santuário de Ise fazendo dele uma espécie de sede do Xintoísmo. Ora, sendo a veneração dos kami derivada do culto aos ancestrais, cada entidade responsável por uma comunidade familiar ou local, a centralização do Xintoísmo envolveu um processo de hierarquização das divindades sob a tutelar divina da casa imperial (Amaterasu, de quem descenderia o Imperador), cimentando, portanto, a relação entre súditos e regente com laços espirituais. O Imperador seria

---

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 248-250.

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 280.

<sup>271</sup> Para Masao Maruyama a "conquista da consciência social tradicional" foi devida à uma "sistemática mobilização de valores tradicionais" MASAO, Maruyama. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics...** op. cit. p. 146.

<sup>272</sup> MASAO, Maruyama. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics...** op. cit. p. 283, 285.

elevado à categoria de "grande pai" se tornando também objeto da veneração ancestral popular. O santuário de *Yasukuni* também atenderia ao programa, fazendo das almas dos familiares mortos nas guerras pelo país deuses dignos da veneração nacional<sup>273</sup>.

Tudo isso envolveu uma regulamentação imposta pelo governo sobre todos os santuários, o que ocasionou consequências trágicas. Alguns foram confiscados, bem como suas terras, foi abolido o sistema de sucessão hereditária dos sacerdotes e construídos "santuários do governo" em paralelo aos genuínos templos de culto ancestral<sup>274</sup>. No começo do século XX o governo decretou ainda que para cada vila deveria haver apenas um santuário, ou seja, os santuários locais seriam fundidos. Tal medida foi responsável por uma redução drástica e brutal do número de santuários, sendo perdidas também devoções da religiosidade popular. Na prefeitura de Mie, por exemplo, 10.411 santuários se tornaram apenas 989, e na de Wakayama oitenta por cento dos santuários locais foram desativados<sup>275</sup>.

Pensamos que, se Endo desejava retratar o conflito psicológico de um sujeito entre o Cristianismo e o nacionalismo japonês, deveria ter escolhido os idos do século XIX e não o século XVII para ambientar sua trama, pois, neste, uma forte doutrina política como o *kokutai* não existia e isso explica um aspecto frequentemente insuspeitado do porquê outra religião estrangeira (além do Budismo) conquistou milhares de adeptos em poucas décadas e que estes resistissem, mesmo sob insana perseguição, até a derrubada da proibição ao Cristianismo quase três séculos depois. Ao contrário, o século XIX oferece o quadro de cristãos japoneses que professavam não haver contradições entre o credo religioso e o político, mesmo defendendo ardentemente o expansionismo militar, como Inazō Nitobe, autor de *Bushido, a alma do Japão* (1900), e Uchimura Kanzō. A problemática que Endo leva para o século XVII é anacrônica.

Mas voltando ao *kokutai*, além dos espaços doméstico e religioso, o escolar também seria reformulado para o sistema imperial. Foi o que ocorreu enfaticamente a partir de 1890 quando foi despachado para todos os centros educacionais do Japão o Édito da Educação, uma orientação de Tóquio para o ensino de "virtudes cívicas" japonesas pautadas do Confucionismo, como lealdade ao soberano, piedade filial, retidão e benevolência<sup>276</sup>.

Sob esses princípios foram sistematizados os textos-base de uso escolar. Com o passar do tempo esses textos foram incluindo cada vez mais o caráter patriótico, seja quando tratavam

---

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 244, 285.

<sup>274</sup> BREEN, John; TEEUWEN, Mark. **Shinto in history: Ways of the kami**. Routledg, 2013. p. 41.

<sup>275</sup> DAIKICHI, Irokawa. **The Culture of Meiji Period...** op. cit. p. 286.

<sup>276</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** op. cit. p. 438.

sobre figuras históricas seja em poemas. O tema da nação, da gratidão ao soberano pelo progresso do povo e da lealdade ao Imperador até a morte eram recorrentes. A piedade filial, aos pais e parentes, era confundida com lealdade ao Imperador; eram também incutidas noções que encarregavam ao Japão o futuro da Ásia, como a "missão" do Japão de ser a vanguarda da civilização oriental<sup>277</sup>.

Até mesmo chegou-se a transformar o espaço e serviço público em culto imperial. Por exemplo, nas escolas era exigido que professores e alunos fizessem uma reverência profunda diante da cópia do édito que continha a assinatura do Imperador, cerimônia bastante conhecida graças ao incidente de Uchimura Kanzō, o professor cristão que recusou prestar essa homenagem<sup>278</sup>.

As marchas do período Meiji tiveram um papel importante na educação moral das massas nas escolas<sup>279</sup>, a marcha Battotai, por exemplo, foi muitíssimo popular. Sua letra prega lealdade absoluta ao Imperador como mensagem principal. Na última estrofe, hoje proibida, assim falava (em uma tradução livre):

我今茲に死ん身は (Ware ima koko ni shinan miwa)  
 君の爲なり國の爲 (Kimi no tamenaki kuni no tame)  
 捨つべきものは命なり (Sutsubeki mono wa inochi nari)  
 假令ひ屍は朽ちぬとも (Tatoi kabane wa kuchinu tomo)  
 忠義の爲に捨る身の (Chugi no tame ni sutsuru mi no)  
 名は芳しく後の世に (Na wa kanbashiku noti no yo ni)  
 永く傳へて残るらん (Nagaku tsutaete nokoru ran)  
 武士と生れた甲斐もなく (Bushi to umareta kai mo naku)  
 義もなき犬と云はるゝな (Gimo naki inu to iwaruruna)  
 卑怯者となそしらそ (Hikyomono tona soshirare so)

Morrendo agora aqui,  
 pelo Imperador e pelo Império,  
 a vida é o que deve ser oferecido.  
 Mesmo que seus corpos jazam esquecidos,  
 os nomes daqueles que morreram pela lealdade  
 permanecerão pelos tempos vindouros.  
 Os que se preservaram por muito tempo (fugindo),  
 apesar de terem nascido samurais,  
 serão declarados como cães sem retidão,  
 serão difamados como covardes.

<sup>277</sup> DAIKICHI, Irokawa. *The Culture of Meiji Period...* op. cit. p. 306, 307.

<sup>278</sup> KEENE, Donald. *Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...* op. cit. p. 440.

<sup>279</sup> McCLIMON, Sarah J. *Music, politics and memory: japanese military songs in war and peace*. 2011. Dissertação (Doutorado em Filosofia), University of Hawaii. p. 47.

A mensagem se repete em muitas outras marchas como *yuki no shingun* (marcha da neve), uma das numerosas marchas compostas após a guerra contra a China de 1895, sua última estrofe canta:

命捧出てきた身ゆえ (inochi sasagete detekita mi yue)  
 死ぬる覚悟で呐喊すれど (Shinuru kakugo de tokkan suredo)  
 武運拙く討死にせねば (Buun tsutanaku uchiji ni sereba)  
 義理にからめた恤兵真綿 (Giri ni karameta juppei mawata)  
 そろりそろりと頸締めかかる (Sorori Sorori to kubi shime kakaru)  
 どうせ生かして還さぬ積もり (Dose ikashite kaesanu tsumori)

Porque viemos aqui oferecendo nossas vidas,  
 com uma resolução de morte, mesmo enquanto avançamos bradando,  
 se a sorte da guerra assim o desejar, devemos morrer em batalha.  
 Casacos<sup>280</sup> entrelaçados no dever,  
 lentamente, lentamente, apertam em nossos pescoços,  
 de qualquer forma, nossa intenção não era de voltarmos vivos

Além desses espaços de promoção do sentimento nacionalista, as guerras que o Japão moveu contra a China em 1895 e a Rússia em 1905 foram marcos para a consolidação do *kokutai*. Principalmente a última por seu impacto humano, com mais de cem mil mortes do lado japonês, e por seu significado, pois, para os japoneses a guerra contra o império do Czar era não só uma questão de sobrevivência do Estado japonês, mas o atestado definitivo de que o Japão era capaz de estar entre as potências do mundo.

O nível de êxtase nacionalista produzido nessa data marcou profundamente a mentalidade japonesa, tanto na autorreferenciação do Japão, como a nação responsável por instaurar a paz na Ásia, quanto na alteridade para com outros povos asiáticos, principalmente os chineses, vistos como bárbaros, miseráveis, sujos e servis<sup>281</sup>.

E assim a sociedade era embalada pelo imperialismo japonês, com canções, marchas militares, histórias, poemas e festivais que colocavam o fato nacional perpetuamente na vida cotidiana. Talvez, para que a memória nacional da comemoração pela vitória da Guerra Russo-

<sup>280</sup> Roupas de inverno feitas de algodão. Item geralmente doado aos soldados pelos japoneses como incentivo e consolo. O sentido fica claro se se considerar que esses objetos conferiam grande significado sentimental, aumentando a devoção dos soldados na guerra.

<sup>281</sup> DAIKICHI, Irokawa. *The Culture of Meiji Period...* op. cit. p. 298.

Japonesa não fosse esquecida, Natsume Soseki quis registrar no seu *Botchan* os dias festivos que pararam a pequena aldeia longínqua da ilha de Shikoku<sup>282</sup>.

Oliveira Lima não presenciou no Japão os desdobramentos dessa guerra, posto que deixou o país em 1903, porém, já percebemos claramente aspectos do *kokutai* presentes nas suas *impressões*. O autor havia desembarcado em terras japonesas em 1901, poucos anos após a vitória japonesa sobre a China em 1895 pelo controle da Coreia e pouco tempo depois de o Japão ter se unido às potências ocidentais na repressão à rebelião dos boxers em 1900, e encontrou narrativas consolidadas sobre a justiça do expansionismo japonês, como a representação da China como um país incivilizado, estagnado nas glórias do passado, preso pelos retrógrados monarcas manchus. Não só o outro foi redefinido, os próprios japoneses passaram a se enxergar como o novo “País do Meio”, sendo sua missão premente levar os benefícios da ilustração em uma guerra pelo progresso e avanço do mundo<sup>283</sup>. As justificativas para as ações militares japonesas, o suprasumo das concepções do *kokutai*, desenvolvidas após esses eventos, bem como a nova identidade japonesa, subjazem na escrita de Lima. As formas como são retratadas pelo autor serão estudadas no próximo capítulo.

---

<sup>282</sup> SOSEKI, Natsume. **Botchan**. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

<sup>283</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912**... op. cit. p. 481; LESTER, Ahren. **'Empire on the Eastern Sea': The influence of Asia and Western Imperialism on National Identity Formation in Japan and China**. Emergence, vol. 4. University of Southampton. 2012. p. 5.

## CAPÍTULO 3 - IMPERIALISMO E NACIONALISMO EM *NO JAPÃO*

### 3.1 Prólogo

A gênese do imperialismo japonês pode ser rastreada já nos primeiros anos após a Restauração. A ideia de alargar as fronteiras da influência japonesa sobre a Ásia foi muito viva entre as classes governantes japonesas ao longo da História. Um paradigma arquetípico até, poderíamos chamar, se atentarmos para a existência de lendas históricas sobre uma antiga conquista territorial da península coreana nos tempos dos Imperadores japoneses antigos, além da tentativa fracassada de Hideyoshi no século XVI. Essas aspirações estavam presentes também entre a primeira geração dos oligarcas da Era Meiji, recordemos que uma invasão à Coreia promovida por Saigō foi a muito custo rejeitada.

O que naquele tempo, porém, era obstado por fatores econômicos e políticos, seria concretizado com o concurso de outros elementos, como a superação da contradição interna, na classe política, entre o paradigma do antigo regime dito "feudal" e a modernização, enquanto políticas de estado e política externa, ou seja, com o amadurecimento de um programa definido de desenvolvimento e progresso<sup>284</sup>. Programa que foi resultado do processo que poderíamos sintetizar em criação de *identidade nacional* (imperialista), processo que ocupou as décadas de 70 e 80 do século XIX com os lances dramáticos da supressão da Revolta de Satsuma e a confecção da Constituição<sup>285</sup>.

Em resumo, o que a definição da identidade nacional tem a ver com a gênese do imperialismo está precisamente no desenvolvimento de um discurso ou imaginário imperial propiciatório para a mobilização social total. Nesse sentido grande papel desempenharam os antigos discursos de viés nacionalista que apregoavam valores étnicos e os que muniram a sociedade de um projeto de pátria viável e sedutor.

Nesse sentido, Lima bem converge com esse quadro, pois, é de fato peremptório que a imagem positiva do povo japonês pintada por ele vai além da mera cortesia de um visitante estrangeiro educado. É uma imagem com potencial político, que prepara um projeto; o próprio

---

<sup>284</sup> ESKILDSEN, Robert. **Of Civilization and Savages: The Mimetic Imperialism of Japan's 1874 Expedition to Taiwan**. In *The American Historical Review*. Oxford University Press on behalf of the American Historical Association. Vol. 107, No. 2. pp. 388-418. 2002. p. 392.

<sup>285</sup> *Ibidem*, p. 403.

autor se encarrega de fazer a relação entre as "impressões" e o desenlace final para a "hegemonia asiática".

Não que Oliveira Lima seja o autor intencional e desimpedido de um sistema ideológico japonês. Pelo contrário, *No Japão* contribui com essa perspectiva na medida em que provê uma imagem em trânsito no governo, na intelectualidade japonesa com a qual esteve em contato, e na sociedade de modo geral. Uma "fotografia" em um momento crucial da formação da identidade imperialista japonesa: depois de superado o inimigo interno, estabelecidas as balizas institucionais do Estado em todos os setores, legal, educacional, industrial e militar, e às portas do século XX, o século da vitória sobre o império czarista e da mais agressiva expansão territorial.

Os dois argumentos principais usados para elaborar e reforçar essa imagem em *No Japão* são, o primeiro, afirmar as qualidades do "composto japonês", do "caráter nacional", que capacitam o Japão como nação civilizada, a mais excelente e apta a guiar a Ásia para uma nova fase do mundo (lembremos que na época de Lima categorizações por bases étnicas, essencialistas, eram explicações aceitáveis para os problemas sociológicos e históricos<sup>286</sup>); o segundo, oferece uma leitura do processo de modernização como um fenômeno bem sucedido em todos os sentidos, e que por isso capacita os japoneses a reproduzi-lo na sua missão na Ásia.

### 3. 2 O caráter nacional

O "caráter nacional" do povo japonês é o objeto principal do terceiro capítulo de *No Japão*, mas em toda a obra o autor manifesta reiteradamente o desejo de interpretar a "alma japonesa". Uma empreitada ousada à qual ele não deixa de reconhecer os empecilhos devidos à sua condição de estrangeiro não falante do idioma nativo e aos da própria natureza psicológica dos japoneses que considera esquiva e dissimulada quanto aos sentimentos. Nada disso impediu, porém, o autor de compor um quadro coeso aliando/cruzando com as suas próprias análises diversas contribuições de observadores que chegaram ao Japão antes dele, como autores portugueses (dentre os quais dá destaque a São Francisco Xavier), europeus e norteamericanos dos meados do XIX, e também observações de autores japoneses, sendo Inazō Nitobe uma das fortes inspirações de Lima.

---

<sup>286</sup> Ver subtópico "Racialismo" na página 25.

Conhecendo em linhas gerais os pressupostos fundamentais do pensamento nativista tradicional, se percebe em vários momentos como Lima por vezes aceita suas teses como dados naturais da identidade japonesa; entre exposição e aceitação, admite a doutrina e a sanciona.

É provável que seja por isso que, por vezes, sua escrita bem revela certa consonância com os herdeiros políticos do *Mitogaku*<sup>287</sup>. Pontos fortes que podem ser verificados são a leitura muito especial do passado japonês e um projeto de sociedade muito bem definido no ideal do *matsurigoto*, a união entre ética cívica e moral, doutrina que concebia a relação do súdito para com o Estado como algo além da mera observância de normas sociais, mas, transposto para uma dimensão espiritual.

O primeiro elemento que observaremos na narrativa de Lima, que serve ao objetivo de perceber a construção da identidade japonesa, é o que concerne ao "caráter nacional" do povo japonês. Essa linha articula as impressões sobre as belezas naturais, além de costumes populares, divertimentos, política e espiritualidade, todas essas coisas constituem um dos traços mais determinantes do japonês, sua cosmovisão mítica, religiosa, que transparece como expressão na arte e na política. Pois, em consonância com Lima, há uma identidade perfeita entre a natureza, a mentalidade e a produção artística e cultural do Japão, uma identidade não destituída de incorreções na política, no culto pátrio à nação e ao Imperador.

Oliveira Lima vê a natureza como a grande mestra da arte e da expressão estética do japonês, com suas paisagens nunca monótonas, sempre imprevisíveis e majestosas. Ele descreve como que, quando vistas pelos olhos do japonês, emprestam do imaginário e espiritualidade um sentimento de êxtase pela multitude de mitos e relatos históricos lendários que evocam, como tentou reproduzir muitas vezes.

Ora, no Xintoísmo os deuses familiares estão entre as pedras cobertas de musgo, as árvores centenárias e as quedas d'água, a "veneração dos antepassados" é o "fundamento da sua religião tradicional e própria". O Xintoísmo é a mais autêntica expressão do gênio religioso japonês, ou melhor, do "feitio moderadamente religioso porém ético do povo japonês"<sup>288</sup>, sublinha Lima; ao contrário do Budismo, com seus ritos e ascetismo. Lima vai além e diz que apesar de capazes de atos de piedade, os japoneses são, na verdade, tíbios de religiosidade, e que isto se liga à inaptidão para a reflexão metafísica, um dado que corriqueiramente retoma no texto como verdade referencial sobre os japoneses.

---

<sup>287</sup> Ver explicação sobre o *mitogaku* a partir da página 50.

<sup>288</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 67, 68.



Sobre isso ele explica:

À sua literatura são, por assim dizer, alheias as dissertações metafísicas - as exceções confirmam a regra - e vários escritores têm com razão chamado a atenção dos estudiosos para o duplo fato dos japoneses nunca terem traduzido o cânon búdico nem comentado de forma apreciável os clássicos chineses, contentando-se num e noutro caso com as versões chinesas, sem nada lhes ajuntarem da sua lavra<sup>289</sup>

Apesar de reconhecer algumas exceções ao indiferentismo religioso dos japoneses, conclui que "o oportunismo forma a base da concepção religiosa japonesa"<sup>290</sup>. Não deixa de sustentar a incapacidade filosófica dos japoneses, mas menciona conversões verdadeiras ao Cristianismo durante o período Meiji, em compensação a tantas outras apenas superficiais<sup>291</sup>, e não se furta a dedicar linhas à devoção popular budista dos japoneses.

O que podemos tomar por resultado desses postulados é uma concepção de religião muitíssimo diferente daquela em voga no mundo ocidental do período, por associação eminentemente monoteísta e em vias de ser distinguida da esfera civil. Em virtude de certa indefinição acerca da religiosidade japonesa e do culto aos espíritos que lhe é próprio, Oliveira Lima - e até a opinião hodierna - enfrenta certos paradoxos para responder à pergunta de se os japoneses são ou não religiosos. A posição de Lima fica entre negar a religiosidade japonesa e reconhecê-la apenas autenticamente no Xintoísmo, uma opinião que não deixa de guardar reminiscências com a antropologia dos teóricos radicais do *kokugaku*<sup>292</sup>, afinal, remete ao antagonismo autóctone-estrangeiro que opõe uma barreira à afirmação de credos religiosos importados no Japão, como o Cristianismo ou mesmo o Budismo.

Um dado que deve despertar reminiscências, pois, segundo essa perspectiva, o Budismo não alterou o gênio japonês na sua indiferença metafísica, com seus ritos e universalismo, pelo contrário, do confronto com ele não resistiu à "adulteração", termo usado por Lima, à adoção de tantos elementos estranhos oriundos da religiosidade ancestral japonesa, contrastadamente pobre de tudo isso, rito, doutrina, etc.<sup>293</sup>. Ainda há de se insistir um pouco mais, por que o próprio Lima classifica a introdução e proliferação do Budismo como uma bem sucedida tentativa de "sequestração" sobre o Xintoísmo<sup>294</sup> e depois, "se tornando opulento e poderoso",

<sup>289</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 63.

<sup>290</sup> *Ibidem*, p. 63-64, 66.

<sup>291</sup> *Ibidem*, p. 65, 66.

<sup>292</sup> Ver explicação sobre o *kokugaku* a partir da página 50.

<sup>293</sup> *Ibidem*, p. 63, 68, 90, 248, 256.

<sup>294</sup> *Ibidem*, p. 68.

o credo servido em certo momento de "bonzos agressivos e libidinosos, que viviam em orgias sangrentas e sensuais"<sup>295</sup>. O Budismo havia conseguido suplantar o Xintoísmo, quase conseguindo desfigurá-lo<sup>296</sup>, apesar deste ser o que corresponde verdadeiramente à essência do Japão.

Todo esse quadro composto por Lima, de distinção do gênio religioso japonês, de secundarização do Budismo e de idealização do Xintoísmo, converge para a naturalização do *kokutai* como a expressão da mentalidade ou filosofia por antonomásia do japonês, como estabelecidos nos artigos do "sistema imperial" dos teóricos nativistas pré-Restauração.

Lima não demonstra perceber que identificando o Xintoísmo moderno, estatal, ao antigo, ancestral e descentralizado, acaba naturalmente sacralizando elementos deste com a aura do tradicional, do atemporal. Lima não corrobora com a ideia de chamar o Xintoísmo uma "religião organizada", posto que na sua opinião lhe faltam o universalismo e o proselitismo"<sup>297</sup>, mas ao mesmo tempo registra traços do Xintoísmo estatal, como a "sede" em Ise<sup>298</sup>, e um esquema de associação entre os cultos locais e o culto estatal ao Imperador: "O culto japonês dos antepassados desdobra-se em três: o dos antepassados imperiais, o dos antepassados do clã, convertidos em deuses tutelares locais, e o dos antepassados da família"<sup>299</sup>.

A citação que Lima referenda se refere definitivamente a um elemento muito recente, próprio do Xintoísmo institucionalizado do século XIX, no qual há um culto ao Imperador muito bem definido e com objetivos concretos na pessoa do imperante e na nação. Ora, o Imperador japonês sempre gozou da devoção e reverência dos seus súbitos, mesmo quando durante séculos esteve afastado do poder de fato. Porém, diferente desses sentimentos, no século XIX temos o surgimento de um culto imperial como nunca houve, um sistema.

Ademais, o autor trata de deixar explícita a continuidade do Xintoísmo com a fala do professor da Universidade imperial de Tóquio, Nobushige Hozumi (1855-1926): "o culto ancestral continua a ser o fundamento de toda a organização política e social do Japão, sendo na realidade sempre a velha palavra - *Matsurigoto* - que exprime as ideias conjuntas de governo e culto", e acrescenta, "Na Constituição outorgada pelo atual imperante em 1889 alusão é feita

---

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>296</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>297</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 248-249.

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 249.

<sup>299</sup> *Ibidem*, p. 248.

a cada passo aos seus direitos soberanos herdados dos antepassados, numa série ininterrupta e eterna"<sup>300</sup>.

Esta não é a única vez que Lima reproduz a fala de um expoente do nacionalismo teórico, na página 148 cita de um nobre medieval japonês de nome Chikafusa (1293 – 1354) um trecho do seu *Jinkoshotoki* no qual afirma o caráter divino do Japão e portanto, no contexto moderno em que foi usado, para designar a singularidade ou mesmo superioridade do Japão em relação aos outros povos; em outro momento cita o próprio Hirata Atsutane, o já mencionado teórico do *Mitogaku*, na sua prescrição do culto aos antepassados como a virtude fundamental para a vida na sociedade<sup>301</sup>.

Talvez Lima não esteja apenas reproduzindo discursos nacionalistas então populares no meio escrito ou na especulação social. Não é possível aferir com precisão o quanto de convicção própria colocou nas palavras. Mas a leitura que ele fez dos fatos que antecederam a Restauração revela como encarava os atores e consequentemente sua posição diante dos seus discursos, teses e realizações.

Ele remete o despontar do pensamento nativista à tentativa de "sequestração" do Budismo, como reação a ela:

Das três reações, que se sucederam, se concatenam e se explicam, a literária pode ser classificada como uma espécie de Romantismo que precedesse de um século o europeu e, como o alemão, fosse beber nas fontes cronologicamente medievais a inspiração, o entusiasmo, o particularismo e o naturalismo. A reação religiosa, essa foi, na origem, literária e nacionalista, e como tal serviu de rápida transição para a reação política<sup>302</sup>

A reação literária é classificada por Lima como o Romantismo japonês ou a "Renascença literária do século XVII", "de reversão às formas nacionais numa época de pesadelo chinês"<sup>303</sup>. Responsável por operar uma verdadeira "revolução dos espíritos", na direção nacionalista, e "que não foi sacrificada na febre da adaptação, antes veio a vingar sob a pesada invasão das ideias estrangeiras"<sup>304</sup>.

Sim, para Lima as escolas nativistas são consideradas a Renascença do pensamento japonês e que predisuseram todas as mentes "para receber a invasão das ideias

---

<sup>300</sup> *Ibidem*, p. 139-140.

<sup>301</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 215.

<sup>302</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>303</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>304</sup> *Ibidem*, p. 40.

civilizadoras"<sup>305</sup>. Não que ele não estivesse ciente do sentimento nacionalista e antiestrangeiro no Japão, apenas ocorreu que "a obra do patriotismo esclarecido sobrepujou a do patriotismo obcecado e, vencendo, o liberalismo pôde (...) transformar o cenário japonês"<sup>306</sup>.

Mérito também reconhecido ao Imperador o qual, no lugar de trucidar os estrangeiros, "tratou-os como amigos" e chamou os notáveis de seu povo a participar do projeto do novo Japão, iniciando assim o período Meiji, a fase da "regeneração"<sup>307</sup>.

Assim, Lima vê o nacionalismo apenas como outro romantismo nacional como os existentes da Europa do período. Não está disposto a ver nada além de exaltado patriotismo<sup>308</sup>, aliás, Lima vê nisto a virtude responsável pelo sucesso do Japão<sup>309</sup>. É compreensível que ele, como homem do seu tempo, não censure suas consequências.

Portanto, podemos considerar a visão de Lima sobre o arcabouço espiritual-nacionalista japonês como muito positiva. Além desse elemento, Lima, porém, empresta de outros autores outro traço inerente do japonês e que lhe mune do ímpeto vitorioso na indústria e na guerra. Nos referimos à tradição samuraica, que nutrida no período Tokugawa evitou que a alma japonesa se "efeminasse e decompusesse"<sup>310</sup>.

\*

O feudalismo japonês é citado e invocado com frequência porque ele por si só enche o passado da nação e não somente foi um admirável instrumento de conservação social, como uma instituição maravilhosamente adaptada à formação, educação e resistência do caráter popular<sup>311</sup>

Percebe-se de imediato o quão importante é o período para a explicação da sociedade japonesa em Lima, vê-se mesmo que esse elemento é basilar para responder a uma série de problemas históricos, psicológicos e políticos levantados pelo autor. Também é perceptível

---

<sup>305</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>306</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>307</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>308</sup> "Deste modo converteu-se o Japão no mais concentradamente, no mais unanimemente, no mais inabalavelmente patriota dos povos, transbordando de lealdade dinástica, de entusiasmo proselitico e de fé nacional", diz na página 46.

<sup>309</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 45.

<sup>310</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>311</sup> *Ibidem*, p. 70.

como, em comparação com outros períodos da história japonesa como o *Heian*<sup>312</sup>, o "feudalismo", entenda-se shogunato, principalmente o Tokugawa, se sobressai em importância pela grande maioria de referências (uma das poucas referências ao período *Heian* está na página 224).

A importância do "feudalismo" é abrangente: foi a base provedora da "imobilidade política" e da "organização social", de um sistema de lealdades<sup>313</sup>.

Tingiu com suas cores todo o povo, mas no que diz propriamente respeito à classe dos samurais (...), matizou-a tão distintamente que a fez legendária; fabricou-lhe uma couraça de qualidades tão rijas que a pôs invulnerável, e tão brilhante tornou sua ilustração e tão resistente sua têmpera, que agora mesmo, depois de niveladas as classes, temos que ir procurar entre os seus antigos representantes ou modernos descendentes os caudilho mais gloriosos do exército japonês e os fautores mais insignes da regeneração civil do país<sup>314</sup>

O mais eloquente legado do "feudalismo" ao moderno Japão se torna a ética samurai. Ao ethos samurai, o Bushidō, era creditado, no tempo de Lima, o "valor físico e moral" dos japoneses, filhos "do espírito cavalheiresco engendrado pela antiga ordem social concretizada no feudalismo"<sup>315</sup>. Oliveira Lima compartilha tanto desse ponto de vista que escreve páginas e páginas de como o japonês manifesta esse *ethos*. É curioso que, no processo de elaboração de identidade nacional e invenção de tradições, uma idiossincrasia social utilizada originalmente enquanto fator de distinção de classe numa sociedade rigidamente hierarquizada, seja vendida como uma herança, óbvia, pertencente a todo e qualquer japonês.

Dessa forma, a alma japonesa é descrita como imbuída de um pendor ao ideal do sacrifício e coragem<sup>316</sup>, na qual sobrevive forte senso de honra<sup>317</sup>, bem como de orgulho nacional<sup>318</sup>, uma tradicional norma social de etiqueta e polidez<sup>319</sup>, um estoicismo arraigado<sup>320</sup>, do mesmo modo é devido à herança feudal um certo caráter impetuoso do japonês que Lima

---

<sup>312</sup> O período *Heian* vai de 794 a 1185 quando Minamoto no Yoritomo (1147 – 1199) estabelece o primeiro shogunato. Foi um período de grande florescência filosófica, artística e literária, marcado pelo aprimoramento e disseminação do Budismo no Japão.

<sup>313</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *No Japão... op. cit.* p. 79, 124, 273.

<sup>314</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *No Japão... op. cit.* p. 71 – 72.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>316</sup> *Ibidem*, p. 217.

<sup>317</sup> *Ibidem*, p. 124, 125.

<sup>318</sup> *Ibidem*, p. 291, 292.

<sup>319</sup> *Ibidem*, p. 165, 168, 278.

<sup>320</sup> *Ibidem*, p. 169.

menção repetidas vezes<sup>321</sup>, e até um pendor à desonestidade nos negócios que resiste apesar dos influxos corretores do feudalismo.

O olhar é romântico, de uma imagem étnica do japonês baseada nos valores samuraicos do dever, honra, polidez, auto sacrifício, e uma série de outras virtudes que podem bem ser verificadas didaticamente em *Bushido, a alma do Japão*, obra de 1900 de autoria de Inazō Nitobe, que consta entre as referências de Lima e que univocamente muito influenciou as concepções apresentadas em *No Japão*<sup>322</sup>.

Mesmo que as instituições e o modo de vida do Tokugawa tenham sido dilapidados nas primeiras décadas do Meiji, a permanência do espírito feudal é o ponto central no qual Nitobe insiste no seu livro. Nitobe afirma que as virtudes do *Bushidō*<sup>323</sup> eram atributo da aristocracia, mas, apesar de eles terem se mantido socialmente distantes da população, os samurais imprimiram-lhe um padrão moral e a guiaram pelo seu exemplo<sup>324</sup>.

A concepção de virtude social da aristocracia guerreira da Era Tokugawa é um ponto presente em *No Japão* (Lima transpõe esse efeito também para a aristocracia oligárquica), mas na obra de Nitobe é explícita: "infunde um espírito principesco entre o povo"<sup>325</sup>; "É o *Yamato Damashi*, a Alma do Japão, que absolutamente expressa a *Volksgeist* do reino insular"<sup>326</sup>; e por fim, "os samurais surgiram para ser a *beau ideal* de uma raça inteira"<sup>327</sup>.

Podemos afirmar resolutamente que Lima bebeu de tal forma de Nitobe que entre *Bushido* e *No Japão* há tal consonância de ideias que o paralelismo pode ser discutido à exaustão: além, da importância primordial dada ao feudalismo e ao ethos samurai como "a alma do Japão", ambas as obras manifestam posições semelhantes sobre a situação da mulher japonesa frente às reivindicações do feminismo, sobre o caráter não economicista do espírito

---

<sup>321</sup> *Ibidem*, p. 164, 220, 286.

<sup>322</sup> É importante refletir sobre até que ponto a codificação do Bushidō por Nitobe partiu de uma reconstrução histórica ou de uma abordagem reflexiva sobre o próprio povo japonês; nesse caso o Bushidō não seria tanto a ética militar que guiou os samurais por séculos e serviu a posteriori de norte da sociedade em geral, quanto uma imagem idealizada de uma comunidade étnica que o autor via em franca transformação ou degradação com os novos tempos.

<sup>323</sup> Originalmente uma coleção, ou tradição, de princípios éticos mais ou menos uniformes de acordo com o tempo e local, passados de geração a geração. O principal legado de Nitobe foi a sintetização do *Bushidō* em virtudes capitais: dever, honra, polidez, auto sacrifício, retidão, coragem, benevolência, lealdade e honestidade. Se a sintetização feita por Nitobe é na verdade uma tradição inventada sobre os escombros das instituições do shogunato, um inimigo que desde 1873 não oferecia mais perigo de perturbar a ordem imperial, e, portanto, podia ser usado como matéria-prima para a elaboração de uma identidade fabricada para o espírito nacionalista japonês do século XX, é assunto que merece maiores observações alhures.

<sup>324</sup> NITOBÉ, Inazō. **Bushido, The Soul of Japan**. Tóquio: Teibi Publishing Company, 13ª edição, 1908. P. 150.

<sup>325</sup> *Ibidem*, p. 145.

<sup>326</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 148.

cavaleiresco<sup>328</sup>, e finalmente na ameaça representada pelos influxos culturais do ocidente sobre o patrimônio cultural japonês.

Essa imagem do japonês herdeiro do feudalismo também vem bem a calhar para sublinhar a excelência japonesa sobre outros povos asiáticos, ponto que Lima deixa explícito e em termos até um tanto cruéis quando se refere aos chineses e malaaios e os compara aos japoneses<sup>329</sup>.

Enfim, a tese da permanência do caráter feudal no Japão moderno sustenta diretamente a ideia de modernização harmoniosa e bem sucedida. Bem sucedida significa que a minoria dos líderes soubera resguardar toda a riqueza do passado tradicional japonês e avançar a adaptação de forma calculada e "técnica" apenas dos bens ocidentais.

### **3.3 Modernização: Concepções acerca de civilização, progresso e lugar do Japão na Ásia**

Primeiramente, atentemos para a concepção de progresso das nações que Lima expressa em *No Japão*. Para ele o progresso é fruto "do choque de influencias opostas", e, neste caso, o Japão havia sido "sequestrado por dois séculos e meio de convívio com a civilização por excelência, a ariana ou ocidental"<sup>330</sup>. Não significa que Lima defendesse a europeização do Japão, tal coisa é mais do que condenada por ele<sup>331</sup>, mas esta percepção do lugar do Japão na escala da civilização bem indica o teor da sua abordagem.

Conforme Lima, é fato que o Japão passou, ou estava a passar, de uma fase incivilizada, até selvagem em certos aspectos, para uma moderna, ilustrada em todos os setores. Senão, veja como descreve como a modernização "está sendo um processo íntimo, de elaboração própria, de aperfeiçoamento gradual pela compreensão e pelo raciocínio", mas logo contorna, "não é porém possível transformar tão depressa como os meios de transportação os modos de pensar e de sentir", e cita como exemplo do atraso que subsiste entre os japoneses o caso de mulheres operárias em uma fábrica de tecidos que trabalhavam de "doze a quatorze horas (...) num verdadeiro estado de escravidão"<sup>332</sup>, fato que, segundo ele, faz ressurgir a "desumanidade antiga" ou "impetuosidade" herdada dos séculos de "feudalismo".

---

<sup>328</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *No Japão...* op. cit. p. 175.

<sup>329</sup> *Ibidem*, p. 128, 129.

<sup>330</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *No Japão...* op. cit. p. 39.

<sup>331</sup> *Ibidem*, p. 30, 32, 150, 235.

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 286.

Se tais fatos podem ter paralelo na Europa, o berço da civilização mais avançada, mas ainda imperfeita, ressalva Lima, "no Japão vemos que a superstição, cega e louca, ainda subsiste, conduzindo a atos de inequívoca selvageria, que na Europa se tornaram raríssimos", Lima menciona então que foi descoberto pela polícia "um comércio macabro" que traficava nada menos que cabeças humanas para a obtenção de ingredientes "corretamente usados na medicina chinesa"<sup>333</sup>.

Enfim, Lima admite o Estado incivilizado do Japão antes da modernização como um fato, e enquanto o faz, credita a obra da "redenção" dos japoneses à "pequeníssima minoria" dos oligarcas representando-a como a vanguarda da ilustração, os artífices de um processo estudado e gradual<sup>334</sup>. O elogio aos políticos e ao seu trabalho modernizador é uma constante na obra. Talvez elogio seja vocábulo simplório para se referir ao que é descrito como "surpreendente adaptação material, espiritual e moral", acompanhada da "assimilação mais rápida e paralelamente mais completa de civilização, portanto o maior milagre da inteligência humana que a História registra"<sup>335</sup>.

Lima se refere à oligarquia do Meiji como uma das condições para o "êxito pasmoso" do Japão moderno, e explica:

a idoneidade do seu novo governo para o seu novo povo, a correspondência que entre um e outro existe, a evolução que um tem ido operando nos seus processos e natureza de conformidade com as exigências do outro, sem nunca romper, nenhum deles, a ligação com o passado nem tampouco opor uma barreira insuperável às mudanças do futuro<sup>336</sup>

Em tão eloquente apologia também salta à vista a defesa do tradicionalismo dos políticos, fato que reitera quando acusa a imprensa japonesa de publicar panfletos "que injustamente verberam o estrangeirismo de governantes tão amigos dos seus costumes tradicionais, atirando-lhes quase o labéu de traidores"<sup>337</sup>.

De fato, tomando o tema da preservação da tradição frente a modernização como um ponto sensível da opinião pública sobre os políticos, e a posição favorável de Lima a eles, é

---

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 287.

<sup>334</sup> Ver subtópico "Modernidade X Tradição" na página 66. Lembremos que a oligarquia Meiji não era um corpo homogêneo e coeso, pelo contrário era dividido por idiossincrasias inconciliáveis.

<sup>335</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 40.

<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 301.

<sup>337</sup> *Ibidem*, p. 284.



compreensível que descreva o quanto a tradição continua protegida e venerada no "novo Japão".

De acordo com o texto de Lima, a modernização executada pelos oligarcas não provocou danos à tradição, se sim, foram apenas "aparentes"<sup>338</sup>. Reconhece apenas uma "febre" de modernismo momentânea, e dogmatiza que "os nacionais mais enfarpelados à londrina nunca deixaram de ser fundamentalmente japoneses"<sup>339</sup>. Bem, vimos que nalguns momentos e sobre determinadas personalidades não se pode aplicar esses termos de forma assim tão absoluta.

Além da defesa dogmática da integridade da tradição, fruto da boa política dos oligarcas, Lima chega a reproduzir fielmente a antiga retórica nativista de Hirata Atsutane segundo a qual os japoneses aproveitaram-se por oportunismo do intercuro com os ocidentais como fizeram com os chineses até que deixassem de ser úteis<sup>340</sup>, apenas absorvendo o que fosse conveniente para o "caráter nacional", nunca maculando-o com o que podiam considerar como costumes inferiores.

Ao expressar estas ideias em tantas passagens do livro não se pode dizer que Lima era céptico quanto ao suposto "filtro", do qual era "muito comum ouvir-se falar com desvanecimento (...), isto é, na criteriosa seleção exercida pela inteligência nacional do bom e do mau que o estrangeiro lhes há mandado"<sup>341</sup>. De acordo com isto, no intercâmbio de bens culturais entre os japoneses e outros povos não se dava uma relação comum de interculturalidade, mas, uma adaptação, ou caso queira, "apropriação", que de modo algum deveria ser entendida como decorrente da influência alheia, mas apenas da afirmação do próprio caráter nacional<sup>342</sup>.

Desse modo é naturalmente lógico que Lima afirme que "o Japão se apropriará da cultura europeia, como em tempo se apropriou da chinesa e progredirá, deixando estacionária a civilização cuja essência sugou e assimilou ao ponto de roubar toda a seiva ao tronco originário"<sup>343</sup>.

Porém, dessa forma, Lima também acaba compartilhando do paradoxo dos protonacionalistas japoneses pelo qual "It deplored the pollution of primitive Japanese sincerity

---

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. 276.

<sup>341</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 293.

<sup>342</sup> "O Japão amoldou-se à civilização ocidental, importando o que nela achou de melhor ou de mais conveniente", diz na página 96. Ver também as páginas 93, 148 e 149.

<sup>343</sup> *Ibidem*, p. 292.

by foreign, especially Chinese, ideas, while calmly laying claim to any strain of foreign thought that seemed useful"<sup>344</sup>.

Não é por outra razão que a crítica à degeneração do caráter japonês causada pelo influxo externo também está ricamente presente em *No Japão*; mais um tema em que Lima manifesta a defesa aos oligarcas e as marcas dos autores que usou para compor suas análises. As influências nefastas não vêm mais da China, da Índia ou da Mongólia, agora vêm do outro hemisfério.

Oliveira Lima via a atuação da elite política oligárquica como extremamente necessária para conter a degeneração cultural que a sociedade japonesa virtualmente sofreria com a abertura ao Ocidente. Além dos vícios e maus exemplos que os japoneses aprenderiam dos europeus<sup>345</sup>, fazendo com que "povos menos adiantados e muito receptivos" adquirissem "novos defeitos" e perdessem qualidades<sup>346</sup>, as ideias ocidentais sobre a sociedade, política e ciência, tinham o potencial de solapar os fundamentos culturais tradicionais do Japão, como o princípio da honra<sup>347</sup>, por exemplo. Inazō Nitobe também insiste neste ponto no seu *Bushido*, para este autor, a honra e outros característicos culturais herdados do "feudalismo" e que remetem ao arcabouço ético do Bushidō, são ameaçados pela proliferação das "máximas democráticas".

Em *No Japão* todos esses princípios, emprestados de Nitobe, também estão, como em *Bushido*, também estão sob a ameaça das ideias ocidentais. Se Nitobe afirma que "a enxurrada irresistível da democracia triunfante (...) já é poderosa o bastante para fazer submergir o que resta do Bushido", posto que "as presentes forças sociais são antagônicas à ideia de espírito de classe, e a Cavalaria (...) é um espírito de classe"<sup>348</sup>, Lima, em consonância com o autor japonês, faz certa crítica às ideias democráticas como o principal fator de decomposição da honra enquanto princípio social<sup>349</sup>.

Em outro lugar afirma que "o ensino das máximas democráticas infalivelmente perverte a educação no tocante às maneiras"<sup>350</sup>, e ainda, citando um "publicista francês não nomeado, Lima diz, concordando, que o objetivo das máximas democráticas deveria ser "a harmonia e

---

<sup>344</sup> JANSEN, Marius B. **The making of modern Japan...** *op. cit.* p. 210.

<sup>345</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 127.

<sup>346</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>347</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>348</sup> NITOBÉ, Inazō. **Bushido, The Soul of Japan...** *op. cit.* p. 168.

<sup>349</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 125.

<sup>350</sup> *Ibidem*, p. 279.

não uma quimérica e falsa igualdade, a democracia age como dissolvente das deferências pessoais"<sup>351</sup>.

A imprensa faz parte das instituições ocidentais que contribuem para a degradação do japonês, por propagar "entre o povo noções perigosas sobre a leviandade, ridículos e esnobismo dos seus governantes, que são muito pelo contrário graves, corretos e medidos, até nas frioleiras"<sup>352</sup>. Vive de "explorar as alheias mazelas e açular as ruins paixões"<sup>353</sup> Versada na "chantagem", a imprensa japonesa referida por Lima não poupa vítimas nem entre "o estadista mais altamente cotado, o homem público considerado mais imaculado, o diplomata mais empertigado"<sup>354</sup>.

Ainda sobre a imprensa, no Japão ela é

porta-voz daqueles dentre o povo que se instruem e deste modo se emancipam do respeito tradicional à nobreza e à superioridade. Embora querendo por vezes mostrar-se ultraconservadora, ela converter-se pelos seus processos na grande demolidora do respeito e da ordem atual, não trepidando mesmo em incitar o povo à desordem, instigando-o contra as autoridades, as classes dirigentes e os poderes constituídos<sup>355</sup>

Além desses paralelos, poderíamos dispor de inúmeros outros se uma comparação entre os autores não fosse apenas um recurso argumentativo tangencial ao nosso objetivo principal: demonstrar que a narrativa ecoada por Lima, de excelência do caráter japonês herdada de inúmeras fontes inclusive dos protonacionalistas japoneses, em *No Japão*, apascenta a defesa do imperialismo<sup>356</sup>.

### 3.4 O imperialismo japonês: Taiwan, Coréia, China e Rússia

---

<sup>351</sup> *Ibidem*.

<sup>352</sup> *Ibidem*, p. 283.

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 281.

<sup>354</sup> *Ibidem*.

<sup>355</sup> *Ibidem*, p. 282.

<sup>356</sup> Talvez o foco mais profícuo para se analisar a consonância entre os autores seja as partes nas quais tratam da situação da mulher japonesa frente às reivindicações do feminismo. Ambos os autores concluem que a japonesa não precisa do feminismo, cujo potencial seria mais perturbador que agregador no organismo social japonês, posto que ela já é "emancipada" ao seu modo, como afirma Lima na página 232. Apesar de reconhecer a subalternização da mulher na sociedade japonesa, afirma na página 216: "a mulher domina-se por humildade ou antes respeito", e algures, página 220, que na família goza de altíssima dignidade, "a serva eleva-se a companheira". Nitobe, por sua vez, na página 135 do seu *Bushido*, diz que "a submissão da mulher para o bem de seu esposo, casa e família, era voluntária e honrada como a submissão do homem ao seu senhor e à nação", entre outras passagens.

Como afirmado, a imagem do japonês que é trabalhada por Lima, basicamente composta pela descrição do "caráter nacional" e pela afirmação da ilustração como produto de um processo bem sucedido de modernização, preparam o caminho para a aceitação discursiva do imperialismo. Primeiro, por que dos seus pressupostos resulta que é o caráter nacional o principal responsável pelas vitórias japonesas nas campanhas militares e, segundo, que o status civilizado do Japão lhe permite participar da "missão civilizadora" como um "agente do progresso" na Ásia. Ao longo deste tópico veremos algumas ocorrências dessa retórica em momentos históricos cruciais para a afirmação da autoimagem japonesa na sua política externa.

\*

Se desconsiderarmos a conquista do atual território japonês, unificado com a anexação do Reino de Ryukyu, atual Okinawa, e de Hokaido, reduto dos povos ainu, o primeiro rasgo de ambição territorial do Japão na modernidade se dá contra Taiwan em 1873.

Já sabemos que a conquista da Coreia era o mais desejado troféu para a ambição dos estadistas japoneses, mas tal ambição contava com alguns empecilhos. O maior deles era o fato de a Coreia ter sido tradicionalmente um Estado vassalo da China. Portanto, se o Japão de 1870 a atacasse seria certo que estaria enfrentando diretamente o gigante asiático numa contenda de forças desproporcionais.

Ocupada por aborígenes, Taiwan estava menos diretamente associada à China. Nesta primeira investida o Japão questionaria o nível de peso desse fator. Em março de 1871 um grupo de náufragos nativos de Okinawa foi assassinado pelos aborígenes de Taiwan e os japoneses cobraram reparação.

Como salienta Donald Keene, o que estava por trás da preocupação em punir a morte dos okinawanos era a suposta relação de vassalagem de Ryukyu para com o Japão<sup>357</sup>. Até aquele momento o pequeno reino estava em situação ambígua pagando tributo tanto aos japoneses quanto ao Imperador chinês. Ao mesmo tempo poria à prova a responsabilidade chinesa para com Taiwan.

Quando uma embaixada japonesa foi enviada a China para sondar-lhe a reação, as roupas e procedimentos ocidentalizados dos japoneses foi causa de certa tensão, pois, se os japoneses agiam de modo superior ostentando que adquiriram o poder e a ilustração da

---

<sup>357</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** *op. cit.* p. 223.

modernidade, para as autoridades chinesas haviam abandonado a sabedoria antiga. Fora que estes ainda agiam de acordo com o status antigo quando se relacionavam com representantes de outros países, como o País do Meio, o centro do mundo ao qual os diplomatas estrangeiros deveriam prestar vênias e se humilhar<sup>358</sup>.

É de fato surpreendente notar como os japoneses, a classe política, já tinha introjetado o ideal de civilização dessa forma e ainda no início dos 1870. É ainda mais impressionante que o jovem Imperador Mutsuhito, malgrado sua inexperiência com assuntos de Estado, tenha exortado seus oficiais a "civilizar os selvagens", ao dever moral de educá-los e conduzi-los ao *enlightment*<sup>359</sup>.

Em 1873 mais de mil soldados japoneses foram despachados para Taiwan, com isso a tensão com a China aumenta ao nível da iminência de um conflito. No fim, depois de seguidos meses de negociação, a China passa a reconhecer Okinawa como jurisdição japonesa, como justificada a punição aos aborígenes e aceita pagar certa indenização aos japoneses que, por sua vez, reconheceu o domínio chinês sobre Taiwan<sup>360</sup>.

Apesar dos japoneses não terem conseguido realizar plenamente seus intentos colonialistas sobre Taiwan o episódio mostra de modo translúcido a mudança na autoimagem japonesa pós-Restauração. O objetivo de transmitir a "civilização" a outro povo foi o que levou Robert Eskildsen a classificar a expedição taiwanesa como o primeiro reflexo de um "imperialismo mimético"<sup>361</sup>.

Segundo o autor, ao lado das teses de superioridade política, cultural e espiritual do Japão, que não prestavam tanta atenção no que o resto do mundo pensava<sup>362</sup>, e que foram decisivas para os desdobramentos históricos das décadas de 50 e 60, a ideia de civilização, que se tornou preponderante na década de 70, traria à identidade japonesa novo elemento, indispensável para um Estado moderno.

O autor enfatiza a "reformulação radical" do conceito de civilização que se operou e possibilitou aos japoneses questionar, no campo discursivo, a condição de inferioridade na ordem global das nações e resistir ao imperialismo ocidental. Do mesmo modo que, como bem

---

<sup>358</sup> *Ibidem*, p. 226.

<sup>359</sup> *Ibidem*, p. 245.

<sup>360</sup> *Ibidem*, p. 247.

<sup>361</sup> ESKILDSEN, Robert. **Of Civilization and Savages: The Mimetic Imperialism of Japan's 1874 Expedition to Taiwan...** *op. cit.*

<sup>362</sup> *Ibidem*, p. 392.

exemplifica a fala do Imperador, prescreve ao Japão um novo múnus para sua política externa, o da "missão civilizadora".

O autor também orienta que o "imperialismo mimético teve implicações no complexo processo de redefinição do poder político e da identidade nacional enquanto o Japão se engajava na civilização ocidental nos 1870"<sup>363</sup>.

Usando jornais e outras publicações escritas, o autor analisa esse fenômeno na cobertura feita dos eventos em Taiwan. O que primeiramente destaca é a tentativa por parte das publicações de contraporem enfaticamente os japonês aos taiwaneses, chegando mesmo a exagerar o grau de primitivismo destes, retratando-os como violentos, ignorantes e canibais<sup>364</sup>, enquanto os japoneses se colocavam acima do status de povo "semicivilizado" que muitos ocidentais lhes imputavam<sup>365</sup>.

Além da imagem de civilização que os japoneses alardeavam, o autor nota também que, nas ilustrações, os soldados não portam rifles ou fardamento à ocidental. A adoção de cultura material estrangeira ainda acendia oposição, principalmente entre os antigos samurais<sup>366</sup>. Uma resposta à questão de "se a vitória sobre os aborígenes ocorreu por causa da tradição samurai ou por que o Japão se apropriou de atributos da civilização ocidental"<sup>367</sup>.

Civilização e caráter nacional são os dois polos centrais na elaboração da imagem imperialista do japonês em Lima. Se são polos contrários logo trata de afirmá-los harmonizados e nisso também Lima se alinha aos nativistas japoneses. Diante da questão sobre o que garante a vitória japonesa, responderá Lima com Nitobe em uníssono, o valor do caráter nacional.

De Lima temos a afirmação do *Yamato Damashii*, como o fator proeminente nas guerras: "O *Yamato Damashii*, o espírito do velho Japão, aí, no exército, é que se conserva puro e indômito, falando mais alto do que toda a imitação da civilização ocidental"<sup>368</sup>. Enquanto Nitobe expõe o mesmo fato com mais verve, respondendo aos debates sobre se a vitória japonesa sobre a China teria sido devida às armas modernas ou ao treinamento militar, afirma categoricamente:

Não! O que nos deu a vitória nas batalhas em Yalu, na Coreia e na Manchúria, foram as almas dos nossos pais, guiando nossas mãos e pulsando nos nossos

---

<sup>363</sup> *Ibidem*, p. 403.

<sup>364</sup> *Ibidem*, p. 401.

<sup>365</sup> *Ibidem*, p. 399.

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. 407.

<sup>367</sup> *Ibidem*.

<sup>368</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 58.

corações. Eles não estão mortos, essas almas, os espíritos dos nossos bélicos ancestrais<sup>369</sup>

\*

A Coréia é a grande catalizadora da política externa japonesa nesse período, a ambição de controlá-la levará o Japão à guerra com a China, bem como será vista como o baluarte estratégico para conter a expansão russa.

Ao abordar esse ponto fulcral, a prevalência coreana nos interesses externos nipônicos, Lima começa evocando a dimensão arquetípica da península para os japoneses. Ele diz na página 327, por exemplo, que a Coréia seria para os japoneses o “berço da sua civilização, senão imperial, búdica, berço mesmo provável da sua raça”. Em seguida enumera a importância histórica dos influxos culturais vindos da Coréia ao Japão, e aponta uma identificação de raça e cultura<sup>370</sup>.

Além disso, Lima vê a importância geopolítica da Coréia para o Japão, que deveria conquistá-la não tanto por uma “questão de grandeza”, mas “de vida ou morte”<sup>371</sup>. Na página 329, havia explicado com mais detalhes, concordando com os estadistas japoneses que viam na Coréia “o campo remunerador por excelência para o comércio, a colonização e expansão da sua pátria”, e completa com sua própria análise:

já neste momento o Japão contribui com mais de 8,25 milhões de ienes para os 11 milhões que formam o total das importações coreanas, e compra cerca de 7,25 milhões de ienes dos 9,5 que constituem o total das suas exportações. Destes 7,25 milhões cerca de 6 milhões aproximadamente são representados por feijão e arroz, quer dizer por gêneros alimentícios indispensáveis à população japonesa<sup>372</sup>

Apesar de toda essa importância, desde a Restauração a relação entre Japão e Coréia foi permeada de tensões. Primeiro, lideranças conservadoras da Coréia não estavam dispostas a abrir o país ao Ocidente e viam os japoneses com suspeita, principalmente pela forma como eles se apresentaram desde as primeiras solicitações para abrir relações diplomáticas após 1868, trajados à ocidental<sup>373</sup>.

<sup>369</sup> NITOBE, Inazō. **Bushido, The Soul of Japan...** *op. cit.* p. 173.

<sup>370</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 327-329.

<sup>371</sup> *Ibidem*, p. 348.

<sup>372</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 329.

<sup>373</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** *op. cit.* p. 229.

Depois das tensões que envolveram Saigō, e alguns outros desdobramentos problemáticos, o Japão conseguiu exercer certa influência em parte da elite coreana. Uma facção "progressista" que defendia a independência da Coreia frente à China e apreciava os avanços que os japoneses obtiveram com a modernização. A aversão antiga aos japoneses era cultivada entre os conservadores, pró-China e contra as mudanças abruptas da modernidade<sup>374</sup>.

O governo japonês soube, através do seu ministro diplomático na Coreia, usar dos poucos oficiais coreanos leais para difundir a ideia de uma reforma modernizadora para o governo coreano. Nem sempre de modo tão sutil, posto que em 1884 japoneses tiveram participação numa tentativa de golpe de Estado pela facção "progressista". Apesar disso, a influência japonesa se tornou uma constante; fato recorrente também a insistência do governo japonês de corriqueiramente enviar tropas para a Coreia, constantemente ocupada também por soldados chineses, sob o pretexto de assegurar-lhe a independência.

Esse estado de coisas não duraria muito mais. O antagonismo entre China e Japão na Coreia chegaria ao ápice por ocasião da Revolta Tonghak (1894), um distúrbio social motivado por um novo credo religioso de viés ultratradicionalista que insuflava as massas a expulsar tudo o que fosse estrangeiro da Coreia, não só o ocidental, mas inclusive os japoneses<sup>375</sup>.

Enquanto a revolta ia aumentando, dando sinais de que chegaria em Seul, tropas chinesas foram solicitadas para contê-la, os japoneses também se prontificaram a enviar homens para a proteção dos japoneses residentes na península. Diante de tal cenário a revolta foi progressivamente minada.

Quando a revolta foi finalmente apagada, porém, China e Japão não chegaram à uma concordata para a retirada mútua das tropas. Pelo contrário, as fleumas escalaram ainda mais rápido com ambos os governos acusando-se mutuamente de ameaçar a integridade política da Coreia. Simultaneamente, o clamor pela guerra se tornava cada vez maior no Japão, inclusive unindo oposição e governistas no parlamento. Assim, quando a guerra ribombou com as primeiras escaramuças a anuência de Tóquio foi instantânea.

Estourava a Primeira Guerra Sino-japonesa. Apesar de uma desvantagem inicial os japoneses conseguiram em questão de pouco mais de um mês de guerra declarada vitórias acachapantes em terra e mar. Em 17 de setembro Pyongyang já estava livre da presença chinesa, o que não inibiu o ânimo belicoso dos japoneses que continuaram a campanha

---

<sup>374</sup> *Ibidem*, p. 388.

<sup>375</sup> *Ibidem*, p. 475.



ultrapassando a fronteira, território chinês a dentro, apesar dos esforços de Li Hung-Chang (1823-1901) de pôr fim à guerra já aí<sup>376</sup>.

Os japoneses avançaram até o ponto alto do conflito, chegaram a Porto Arthur, um grande complexo fortificado construído pelos chineses durante mais de dez anos e que era reputado na época como uma das três fortalezas mais poderosas do mundo<sup>377</sup>. Além disso, Porto Arthur ficava na península de Liaotung, um ponto extremamente privilegiado do ponto de vista estratégico, ente a península coreana e a China continental. O exército japonês, porém, tomou Porto Arthur rapidamente após ter iniciado o assalto.

A guerra teve fim em 1895 depois de sucessivos apelos ao governo japonês. Inicia-se então uma série de negociações acerca da reparação a ser paga pelos chineses. Diante de demandas extremamente severas, que iam desde concessão de uso de infraestrutura à cessão de território e pagamento de altíssima indenização, os chineses puderam apenas apelar e fazer reiterados votos para a fraternidade entre eles e os japoneses.

Os termos finais de rendição versavam que a China deveria ceder ao Japão a ilha de Taiwan, as ilhas Pescadores e a península de Liaotung, além de privilégios comerciais e, entre outras coisas, o pagamento de uma indenização menor que a anterior<sup>378</sup>. Posteriormente, o Japão perdeu o controle sobre a península de Liaotung quando Rússia, França e Alemanha exigiram a retirada das forças japonesas; essas potências, interessadas em expandir poder na China, não permitiriam tal vantagem a um oponente<sup>379</sup>.

Em termos propagandísticos o saldo de todos esses desdobramentos foi positivo para a imagem que os japoneses queriam projetar no estrangeiro ocidental. O status de civilização do Japão se tornou um dado tão corriqueiramente normatizado como era fato, para os chauvinistas como para os positivistas, que o país estava se convertendo no mais eficaz ministro do progresso entre os povos do Oriente; como vaticinava eufórico Uchimura Kanzō, quando, por exemplo, defendeu a justiça da guerra na Coréia como uma luta pelo progresso contra o obscurantismo da China<sup>380</sup>.

---

<sup>376</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** *op. cit.* p. 480-488, 491.

<sup>377</sup> *Ibidem*, p. 491.

<sup>378</sup> *Ibidem*, p. 505.

<sup>379</sup> *Ibidem*, p. 506.

<sup>380</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** *op. cit.* p. 481.

Os jornais internacionais noticiaram a guerra contra a China muito favoravelmente ao Japão, ao que parece impressionados pela desenvoltura militar da nova potência e (ou) em retribuição aos pagamentos ilícitos enviados pelo governo japonês<sup>381</sup>.

Não era de se esperar que da imprensa nacional saísse alguma notícia derogatória da honra e do valor demonstrados no campo de batalha pelos soldados japoneses; não com a estrutura de controle da imprensa que já existia. Porém, na imprensa estrangeira, paga ou não com propina japonesa, prorromperam notícias sobre crueldades brutais e massacres protagonizados pelo exército japonês na conquista de Porto Arthur que, pelo que descreve Keene, parece ter ganho ares de escândalo pelo “barbarismo”; correspondentes estrangeiros relataram verdadeira chacina, camponeses, velhos, mulheres, crianças e até animais que não foram poupados<sup>382</sup>.

Lima também teceu comentários sobre o exército japonês quando escreveu sobre a disciplina e excelência do comportamento dos soldados<sup>383</sup> durante a campanha contra os boxers. Ele diz: “Nas recentes campanhas chinesas deu o Japão provas sobejas de que compreende e pratica a humanidade”<sup>384</sup>. Sobre a Guerra Sino-japonesa tem um comentário sobre os efeitos promissores para o sentimento nacional<sup>385</sup>.

No que se refere à China, os efeitos da guerra foram dramaticamente catastróficos. Segundo o autor de *China's Last Empire*<sup>386</sup>, a derrota para os japoneses em 1895 foi o maior "divisor de águas" na história imperial da China, mais decisivo até que a Guerra do Ópio de 1839 a 1842, diz ele<sup>387</sup>. O autor explica como a Guerra escancarou a fraqueza do Império Qing e como a partir disso, a agressão imperialista redobrou, jogando o governo e sua política em descrédito juntos aos súditos chineses, que passariam a admirar o modelo japonês de modernização, "at nearly any cultural cost"; logo começando o "movimento constitucional" que levaria ao término o regime imperial<sup>388</sup>.

---

<sup>381</sup> *Ibidem*, p.493.

<sup>382</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** *op. cit.* p. 493-494. Sobre o posicionamento da imprensa internacional, ingleses e franceses na África podiam dar exemplos semelhantes, mas, a reação ao caso do Japão parece revelar nova manifestação de eurocentrismo, com uma acusação de selvageria a uma nação que se esforçava para passar imagem ilustrada.

<sup>383</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 53, 100.

<sup>384</sup> *Ibidem*, p. 286.

<sup>385</sup> *Ibidem*, p. 157.

<sup>386</sup> ROWE, William T. **China's Last Empire: The Great Qing**. Harvard University Press, 2009.

<sup>387</sup> *Ibidem*, p. 230.

<sup>388</sup> ROWE, William T. **China's Last Empire: The Great Qing...** *op. cit.* p. 230.

Todos esses fatos marcaram indelevelmente a China do período com o signo da decadência e foram usados para reforçar a imagem de uma China arcaica e decaída, em paralelo à de um Japão vigoroso, ponta de lança da nova civilização asiática<sup>389</sup>.

\*

Após a derrota da China, as facções anti-japonesas do governo coreano passaram a se aproximar cada vez mais da Rússia. Por um lado, porque a devolução pelo Japão da península de Liaotung, por pressão da Rússia principalmente, demonstrou que o Japão não era tão forte, por outro, e que teve maior relevância, o assassinato com envolvimento japonês da rainha Min (1851-1895) da Coreia, uma grande articuladora com lideranças russas, levantou grande insatisfação<sup>390</sup>.

Não é de se subestimar a influência da Rússia sobre a Coreia, pois, desde esses eventos até o período contemporâneo de Lima se mostra uma constante. Sobre isso, escreve em 1902 que a hostilidade russo-japonesa na Coreia já era “surda e contínua, ameaçando todos os dias fazer explosão”. E explica em seguida a, no seu ver, bem fundada inquietação japonesa:

Em cada medida adotada pelo monarca ou pelos conselheiros do monarca coreano, em cada concessão arrancada ao torpor da administração, medida ou concessão que não seja ditada pelo seu próprio representante, vê o Japão e não sem razão o dedo da Rússia<sup>391</sup>

A Rússia era nesse período a grande potência a disputar com a Inglaterra na Ásia. Se os japoneses pretendiam ganhar expressão regional teriam que encontrar uma brecha nesse campo de forças antagônicas. Foi o que Lima quis elucidar na abertura do capítulo décimo quando propalou a ambição dos japoneses sobre a hegemonia asiática afirmando que por ela se bateriam seja contra a Rússia ou contra a Inglaterra, na página 327.

É nessa conjuntura que Lima entende a aliança anglo-japonesa como uma possível barricada contra a Rússia na Manchúria e na Coreia. A aliança foi assinada em 1902 entre Inglaterra e Japão. Nos artigos os dois países reconheciam os interesses comerciais e industriais mútuos na China, no caso da Inglaterra, e na Coreia pelo Japão, bem como a legitimidade de

---

<sup>389</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** *op. cit.* p. 481.

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 512.

<sup>391</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 343.

cada um em garanti-los em caso de agressão externa ou distúrbios internos. A Inglaterra tinha muito interesse em manter a política de portas abertas na China, Lima estava bem ciente quando comenta querer a Inglaterra assegurar “a integridade política do império chinês, necessária, juntamente com a igualdade aduaneira, à sua primazia comercial”<sup>392</sup>.

Os artigos oficializavam também que, caso uma das partes entrasse em guerra com outra potência, o aliado deveria manter-se neutro, somente entrando no conflito no caso de interferência de um poder terceiro. Ora, como Rússia e França tinham uma aliança desde 1892, esta não poderia interferir num conflito hipotético entre Japão e Rússia sem acarretar a entrada britânica; do mesmo modo, e isso Lima igualmente atenta, a Inglaterra teria “sua maior deficiência” suprida com o auxílio do exército japonês em caso de conflito no Oriente, único espaço de valência do tratado.

Resta saber, Lima levanta a dúvida com certo ceticismo ainda na página 330, se a aliança logrará afastar a Rússia da China como da Coreia, “tão apetecida por ela quanto pelo Japão”. A Rússia teria assim tão contundentes razões para mobilizar uma campanha expansionista de tal dimensão que abrangesse tanto partes da China como toda a península da Coreia? Acreditamos que Lima consegue responder bem a questão oferecendo um quadro amplo como analista político que estava a se tornar nesse período (ver referência ao novo olhar de Lima no capítulo 1).

A Coreia não só era altamente ambicionada como estava mesmo em rota de colisão com o ímpeto expansionista russo<sup>393</sup>. Explica:

A Rússia, isolada por uma barreira ininterrupta de territórios estrangeiros, de todos os mares e oceanos que lavam as plagas meridionais da Europa e da Ásia, tendo por únicas vias próprias de comunicação marítima o Báltico nebuloso e o Mar Negro, fechado por estreitos dominados por alheias soberanias, procura afinal o seu desafogo<sup>394</sup>

E para “desafogo” se pôs a Rússia a construir seu Transiberiano, uma ferrovia que liga Moscou ao Extremo Oriente, cruzando, portanto, distâncias colossais. Apesar da magnitude faraônica da obra, de acordo com a análise de Lima, Vladivostok, o destino último da linha, tinha um inconveniente igualmente grande, pois, era

---

<sup>392</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 330.

<sup>393</sup> “Uma força da natureza que se desencadeia”, “uma marcha fatal, como a de um ciclone ou de uma avalanche”, tais são as figuras que Lima evoca para representar o poder ofensivo do império russo na página 330.

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 330.

um porto fechado durante metade do ano pelos gelos espessos do inverno boreal. A necessidade de uma saída mais fácil conduziu naturalmente a Rússia a ocupar Porto Arthur, na entrada do golfo de Petchili, e a manutenção da posse de Porto Arthur é que torna indispensável a ocupação da Manchúria, região que liga esse porto aos seus territórios setentrionais. Entre Vladivostok e Porto Arthur projeta-se justamente a Coréia, presa fácil e fértil, com portos desimpedidos e abrigados, posição estratégica das mais desejáveis<sup>395</sup>

O autor deixa claro que os interesses russos e japoneses sobre a Coréia são de fato inconciliáveis, posto que ambos envolvem a Razão de Estado pela qual um busca a única saída viável à sua expansão e o outro assegurar o necessário posto de segurança avançado, além da sustentabilidade econômica da sua indústria.

Lima encaminha suas observações sobre a Rússia supondo uma guerra entre a potência ortodoxa e o Japão na qual acredita que este não se sairia mal. Pelo contrário, Lima deposita confiança na esquadra japonesa e não acha que o Transiberiano conseguiria superar as distâncias gigantescas no transporte rápido de tropas. Porém, Lima não vê a guerra como muito vantajosa para o Japão. Temendo que os japoneses não conseguiriam sustentar a Coréia mesmo vencendo a Rússia, sugere que deveriam pensar em outros campos para sua expansão, ao invés, ou além da Coréia<sup>396</sup>.

\*

A China poderia ser esse campo. Com efeito, era a China que guarda o potencial de se tornar a potência hegemônica na Ásia, diz Lima. A expansão japonesa não necessariamente seria a militar. Não acha provável que o Japão conseguiria, sozinho, estabelecer-se em grandes extensões da Ásia, disputando com potências europeias e já tendo sob si uma China partilhada em zonas de influência, “seria uma loucura de que os japoneses se me afiguram incapazes”<sup>397</sup>.

A missão do Japão na Ásia seria, em poucas palavras, comunicar o progresso aos coreanos e chineses. De acordo com ela, a Coréia deveria ser para o Japão o ponto de apoio de

<sup>395</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 331.

<sup>396</sup> *Ibidem*, p. 343, 344.

<sup>397</sup> *Ibidem*, p. 346; Diz na página 347: “A real hegemonia asiática, que qualquer grande potência ocidental encontraria tão arrojado pretender assumir não poderia por certo ser disputada, menos ainda alcançada por uma nação insular, sem pé ou alianças no continente que almeja dominar, pobre e cercada de invejas, tendo contra si nesta questão uma Europa armada até os dentes”.

uma alavanca, o apoio a partir do qual o Japão expandiria sua influência benfazeja sobre a China comunicando-lhe a “febre do progresso”<sup>398</sup>.

A intervenção japonesa se faria necessária, em Lima, para reverter a tendência da “raça amarela” à imobilidade, de se fazer estacionária, atrofiada nas suas capacidades de progredir sua civilização. Essa mentalidade fica subentendida nos seguintes trechos:

A Coréia de hoje, se já não é o reino eremita, continua todavia a ser o país de civilização atrasada que aguarda a sua regeneração, a qual só de fora lhe poderá vir, porque as suas próprias molas se gastaram na imobilidade e se acham presentemente incapazes de fornecer qualquer impulso<sup>399</sup>

Sobre a China, o Japão deveria “imprimir à estacionária civilização chinesa o cunho progressivo que lhe falece e que a está condenando à derrocada”<sup>400</sup>. E ainda:

Uma vez de posse da Coréia, a grande aspiração japonesa seria transformar a China; sacudi-la da sua apatia secular, que é a beatude da civilização adquirida e julgada perfeita; reformá-la em costumes e em inclinações; transmitir-lhe a febre do progresso; fazê-la não voltar a uma fase militar, mas atingir o período industrial; transmutar as suas pequenas manufaturas num poderoso organismo fabril; tornar, enfim, uma realidade o famoso *perigo amarelo* que tanto se têm ocupado os publicistas europeus<sup>401</sup>

Porém, à faina japonesa Lima reconhece obstáculos, seja na irredutibilidade do “conservantismo” arraigado que vogava na corte chinesa seja nas dificuldades internas do próprio Japão, à saber, seus poucos recursos ou mesmo a sua “adaptação” inconclusa posto que, no Japão, a classe ilustrada ainda não havia conseguido, segundo Lima, infundir nas massas o ideal das qualidades da modernidade plenamente<sup>402</sup>.

“A inércia e o atraso mental mostram mais força do que se imagina quando se abre campanha contra eles e não combate de dentro um impulso de progresso”<sup>403</sup>, diz ele sobre a Coréia, mas que também poderia ser dito sobre a China, pois lá os japoneses enfrentariam problema parecido com o “espírito intransigentemente conservador dos chins”<sup>404</sup>.

<sup>398</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 350.

<sup>399</sup> *Ibidem*, p. 329.

<sup>400</sup> *Ibidem*, p. 348.

<sup>401</sup> *Ibidem*, p. 331.

<sup>402</sup> *Ibidem*, p. 339.

<sup>403</sup> *Ibidem*, p. 341.

<sup>404</sup> *Ibidem*, p. 338.

Mas, além desses obstáculos, havia ainda o que tornava a tarefa de civiliza-la uma “titânica empresa”: “ocidentalizar – pois que outra coisa não é qualquer transformação – quatrocentos milhões de chins”<sup>405</sup>. Se o Japão não se mostrasse capaz de levá-la à cabo, Lima via apenas duas nações com capital suficiente para tanto, os Estados Unidos e a Rússia. O primeiro é referido por ele como “o grande empório da atividade e de opulência”, mas que ainda não havia revelado sua “aptidão colonizadora”; a Rússia de Lima, por outro lado, tinha boas chances de fazê-lo com suas qualidades humanas, financeiras, geográficas e culturais peculiares<sup>406</sup>.

Não é como se o Japão ainda não tivesse os meios de fazê-lo, Lima diz claramente que se o japonês não tem a quantidade de recursos ideal “não lhe falta energia nem iniciativa”<sup>407</sup>, e na página 333 havia falado como chineses e japoneses compartilham afinidades de raça e psicologia. Em suma, apesar de reconhecer as dificuldades de executarem sua missão, não hesita em afirmar que os japoneses seriam os melhores instrumentos de progresso para os chineses, para uma China “compacta”, “armada”, “industrial”, “rica”, enfim, “consciente do seu poder”, como diz na página 338.

se as reformas chegassem um dia a ser tentadas deveras na China, os japoneses as poderiam aí acompanhar e levar a cabo melhor e mais facilmente do que qualquer outro povo estranho ao meio, à psicologia e aos intuítos, expressos ou latentes ou mesmo embrionários, na Ásia<sup>408</sup>

Esse é o futuro mais “glorioso” e “grandioso” para Japão como potência civilizadora que mudará o curso da Ásia, diz Lima com esses adjetivos<sup>409</sup>. Para ele, educar a China se trataria de um grande serviço prestado à humanidade, uma obra das mais meritórias na história da civilização<sup>410</sup>. Uma visão compartilhada por intelectuais japoneses como Uchimura Kanzō e Fukuzawa Yukichi<sup>411</sup>, diga-se de passagem. Despertar a China, sacudi-la do seu entorpecimento, “importaria numa gravíssima revolução econômica para o mundo”<sup>412</sup>:

---

<sup>405</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 339.

<sup>406</sup> *Ibidem*, p. 340.

<sup>407</sup> *Ibidem*, p. 348.

<sup>408</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 332.

<sup>409</sup> *Ibidem*.

<sup>410</sup> *Ibidem*, p. 350.

<sup>411</sup> KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912...** *op. cit.* p. 481.

<sup>412</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 348.

O perigo amarelo é antes o industrial, proveniente da eventual utilização dos imensos recursos naturais da China e do desenvolvimento, no seio e à sombra dos salários reduzidos, bem como mercê da habilidade, constância e moderação de exigências dos artífices chins, de uma extraordinária riqueza manufatureira<sup>413</sup>

Tal obra seria mais segura e proveitosa do que disputar a China militarmente com os europeus. “Ser esse aparelho transmissor, propulsor e construtor, constituiria na verdade a melhor ambição do Japão”, e isso seria melhor que o papel de “apanha-migalhas” representado por ele na disputa entre as grandes potências, diz Lima na página 349.

\*

Dos postulados de Oliveira Lima se depreende que o imperialismo japonês era necessário e virtuoso. Isso porque a sua real dimensão iria além da simples expansão militar, mas perpassava a comunicação cultural, ou a transmissão da civilização. “A conquista seria antes moral que política, intelectual e não bélica”, diz ele na página 350.

Esse seria o grande legado do Japão para os tempos futuros, pois, cumprindo um nobre papel como potência asiática, libertaria a China da exploração europeia através de reformas modernizadoras no seu incipiente aparelho industrial bem como na sua estrutura de governo. Assim, a China, por sua vez, causaria uma revolução econômica no mundo, revertendo o eixo comercial global do norte da Europa para a Ásia novamente.

A China, com seus 300 ou 400 milhões de habitantes, passando de mercado consumidor em perspectiva a enorme mercado produtor de fato, conquistaria comercialmente a Ásia, quando mesmo não conquistasse a Europa<sup>414</sup>

Da leitura do capítulo décimo de *No Japão* podemos concluir ainda que, em Lima, o imperialismo é o caminho natural do Japão na medida em que apenas ele conseguiu, dentre todos os povos asiáticos, “manter o respeito de si mesmo”, ou seja, que não sacrificou o orgulho e coesão nacionais no processo de adaptação da modernidade. Os japoneses, de educarem-se a si próprios, são chamados a educar os outros<sup>415</sup>. E, caso falhem na missão civilizadora, seja por escassez de recursos financeiros, por pressão dos impérios europeus, ou por resistência do

---

<sup>413</sup> *Ibidem*, p. 345.

<sup>414</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 350.

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 341.



conservantismo arcaico chinês, lhes restará, nas suas palavras, ter sido a única potência asiática que conseguiu “manter intacta ou antes conquistar sua perfeita independência”<sup>416</sup> sem o uso das armas, mas apenas com a prática das “virtudes sociais” mais eminentes e do desenvolvimento material, ajunta.

Na vitória da missão civilizatória japonesa na Ásia como na derrota, o futuro do Japão é otimista para Lima, com termos eloquentes sintetiza esta sua concepção da seguinte forma:

Em paralelo ao avanço europeu na Ásia, o Japão está a “aumentar suas defesas, acentuar sua eficácia ofensiva, aperfeiçoar seu aparelho de cultura e preparar o cumprimento do seu ideal, seja este, como tem de ser, o imperialista, o de expansão territorial, econômica e espiritual, o do *Greater Japan*; ou voltasse mesmo por absurdo a ser o nacionalista, o do Japão sempre ativo e sempre invulnerável na majestade do seu isolamento”<sup>417</sup>

---

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 350.

<sup>417</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** *op. cit.* p. 351.

## CONCLUSÃO

Segundo os autores de *Impérios, uma nova visão da história universal*, uma das estruturas básicas para a perpetuação de um império é o imaginário imperial. A partir de um imaginário político, tipos diferentes de associação e interação social passam a poder ser concebidos e aplicáveis<sup>418</sup>. Um sistema imagético é fundamental para dar justificação moral à estrutura do poder e homogeneizar as diferenças sociais a fim de mobilizá-las em torno de um projeto imperial<sup>419</sup>. Pensamos que não há outro período no qual se possa tão bem verificar essa teoria quanto a fase dos séculos XIX e XX. Nesse período surgiu um novo moto de identidades imperiais, o súdito ou o cidadão ganharam conotação nacional, a invenção do Estado-Nação trouxe novas formas de mobilização política da sociedade.

O imaginário imperial produzido por um povo não deve agir somente dentro dos limites do império. Pelo contrário, conseguir exportar seu discurso sobre o mundo e sobre si mesmo para outras comunidades nacionais era (e ainda é) um instrumento igualmente, senão muito mais, útil e eficaz para um Estado. Implica influenciar a opinião internacional, influenciar decisões estratégicas, exercer poder de atração cultural, etc. Os últimos tempos têm demonstrado incansavelmente o quanto é útil para justificar uma nova intervenção militar no Oriente Médio ou a anexação da Criméia.

No tempo de Oliveira Lima os Estados tinham à disposição, para lhes secundar nesse mister, todo um ricamente trabalhado cabedal de teorias científicas que naturalizavam a expansão e domínio dos impérios europeus sobre a África e a Ásia. O racismo e o darwinismo social estavam em voga entre a classe ilustrada do "primeiro mundo" que conseguiu até certo tempo exportar seus princípios muito bem. Lima, desde a Academia de Letras, por exemplo, estava naturalmente convertido sobre a superioridade dos ingleses e alemães assim como a decadência e inépcia cultural dos hispânicos quando julgou o desenvolvimento das Américas inglesa e ibérica.

Quando nos Estados Unidos, Oliveira Lima já aceitava naturalmente as ideias do destino manifesto e do excepcionalismo americano, como afirma Nathália Heinrich<sup>420</sup>. Em *Nos*

<sup>418</sup> BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. **Impérios, Uma nova visão da História universal**. São Paulo: Editora Planeta, 2019. p. 36.

<sup>419</sup> Diz Ernest Barker sobre o império romano: "Any permanent society must rest on a body of belief and on the social will which such a body of belief creates" BAILEY, Cyril. **The Legacy of Rome: Essays**. Oxford University Press, 1968. p. 45.

<sup>420</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 106.

*Estados Unidos*, Lima corrobora opinião corrente no seu tempo de que o país estava a caminho de se tornar uma grande potência colonial. Isso havia de se operar em estreita relação com a desagregação territorial do império espanhol pois, segundo Lima, caberia aos norte-americanos a "obrigação moral de civilizar os naturais, deixados pela Espanha na ignorância e no atraso da dominação fradesca"<sup>421</sup>.

Ou seja, além dos interesses comerciais que naturalmente levariam os Estados Unidos à Cuba, às Filipinas ou ao Havaí, a intervenção norte-americana seria uma ação humanitária, civilizadora e, sobretudo, necessária, posto que também considerava uma incapacidade dos cubanos ou filipinos ao autogoverno<sup>422</sup>.

Uma terceira feição digna de nota desse intervencionismo é a crença de que os Estados Unidos protegeriam esses territórios da agressão imperialista europeia<sup>423</sup>. Uma visão muito arraigada em Lima que só viria a ser abalada na sua virada para o Pan-americanismo latino-americano, pois, enquanto monroísta convicto, acreditava que os Estados Unidos eram responsáveis por criar uma zona de paz em todo o continente americano.

Como afirma Heinrich, para Lima, o destino manifesto dos Estados Unidos era levar a civilização para o resto do mundo<sup>424</sup>. Mesmo no Japão, escrevendo sobre a titânica tarefa de civilizar a China, Lima dizia que, se não fosse o Japão a logr-lo, os Estados Unidos teriam muitas chances de o conseguir, pelos seus recursos e suas qualidades excepcionais<sup>425</sup>.

No caso do Japão, Lima pensa de forma similar. Se nos Estados Unidos Lima se afinou às teses nacionalistas, no Japão pode ter ocorrido algo parecido, afinal, desde fins do século XIX não se pode dizer que o Japão estivesse isento desse elemento comum aos Estados modernos. O país por si mesmo já contava com uma longa tradição intelectual de literatura de cunho nativista. As obras escritas pelos estudiosos neoconfucionistas do período Tokugawa, e seus "sucessores" do *kokugaku* e do *mitogaku*, ressaltam-se pelos princípios nativistas, pelo resgate, como pretendiam, de uma "pureza japonesa" representada pelo Xintoísmo e pela casa imperial. Todo esse arcabouço teórico seria a referência para a formação e atuação política da classe que levaria à frente a Restauração Meiji, samurais oriundos de Mito, Chōshu, Satsuma, Saga, Tosa, entre outros domínios subalternos na ordem Tokugawa.

---

<sup>421</sup> LIMA, Manoel. **Nos Estados Unidos...** op. cit. p. 367.

<sup>422</sup> *Ibidem*, p. 366.

<sup>423</sup> *Ibidem*, p. 371.

<sup>424</sup> HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano?**... op. cit. p. 145.

<sup>425</sup> Ver página 106; "A civilização industrial dos Estados Unidos operará esses milagres. Os esperançosos asseveram que o capital americano está mais do que desejando, carecendo colocar-se fora do país" LIMA, Manoel. **Nos Estados Unidos...** op. cit. p. 381.

As correntes de pensamento nativistas representaram uma das bases para o emergente nacionalismo japonês (nesse aspecto, muito *sui generis* se comparado com o europeu), mas a influência ocidental representou outra grande fonte para a construção imagética e institucional do novo regime japonês. Os japoneses passaram a empregar o conceito de civilização, como política de Estado, através de uma agenda de reformas internas, mas, o imperialismo se tornou outro caminho de afirmação da identidade de progresso e civilização, como no caso da expedição contra Taiwan. Em dado momento, a ambiguidade entre dois projetos políticos, um que visava o progresso aos moldes ocidentais e outro mais tradicionalista, não foi superada sem a ocorrência de conflitos armados cujo maior deles foi a Revolta de Satsuma.

O Japão pôde instrumentalizar o conceito de civilização na sua política externa a exemplo das potências ocidentais e exportar uma construção imagética se si mesmo como a única nação asiática civilizada. Vimos como esse discurso foi importante como propaganda de um modelo de progresso e modernização junto às facções da China e Coréia e, necessariamente, para a eleição do Japão como uma espécie de bastião asiático de defesa contra o imperialismo europeu e progresso dos povos orientais.

Enfim, de modo similar à ideia do Destino Manifesto, segundo a qual os Estados Unidos eram destinados a espalhar a civilização entre os povos atrasados do mundo, Lima parece transplantar função parecida para o imperialismo japonês junto aos povos asiáticos. Àqueles, a missão civilizadora decorria dos seus recursos, das suas virtudes e qualidades raciais, dos japoneses decorria da excelência do caráter nacional e pelo fato de terem, segundo Lima, conseguido civilizar-se a si mesmos, apropriando-se do progresso ocidental de modo exemplar (mantendo suas tradições incorruptas). Em um e outro caso parece que Lima bebeu excessivamente dos imaginários imperiais dos Estados que analisou.

O imperialismo como decorrência do desequilíbrio geopolítico é outra abordagem presente na escrita de Lima que, como pudemos ver, colocou em equação os interesses expansionistas russos e japoneses sobre a China e a Coréia, prevendo que desencadeariam um conflito bélico. Mas, o fato de Lima ter transposto o múnus da missão civilizadora à nação asiática, é paradigmático de como Lima sem dificuldades integra o Japão às outras potências imperialistas na atuação e no arquétipo teórico de comunicar a civilização.

Para Lima, essa identificação de objetivos e princípios entre o Japão e os outros Estados imperialistas lhe era tão clara que pôde formulá-la limpidamente: “O Japão enfileirou-se com

os maiores agentes da civilização do século XX. Visa ao que estes visam; pretende o que estes pretendem; serve-se dos meios de que estes se servem”<sup>426</sup>.

Assim, em *No Japão* temos o imperialismo japonês caracterizado em balizas familiares ao pensamento de Lima sobre o imperialismo como fenômeno global, a saber, seu caráter geopolítico de equilíbrio de forças, no caso, as relações entre os Estados estariam subordinadas à lei do darwinismo social, do natural domínio do mais forte; e seu caráter moral, posto que, como vimos, de acordo com os referenciais teóricos de Lima, as nações desenvolvidas se convertem em agentes do progresso e assim concorrem para o avanço da civilização humana, mesmo através da dominação ou da imposição da “civilização”<sup>427</sup>.

Tal integração de princípios que levou Nathália Heinrich à ressaltar o valor de *No Japão* para o entendimento integral do pensamento de Oliveira Lima:

*No Japão*, apesar de inicialmente parecer como um “desvio de rota” na obra de Oliveira Lima, cobra importância quando analisado em conjunto porque ajuda a iluminar o percurso percorrido pelo autor em um tema fundamental, que é o do papel da raça no desenvolvimento dos países. O tema é fundamental porque está na base das suas posições sobre o imperialismo de modo geral e impacta também suas visões sobre o imperialismo norte-americano expressado na forma da Doutrina Monroe<sup>428</sup>

Além disso, a autora também aponta que a definição de imperialismo de Lima contém uma forte ênfase no sentimento de comunidade entre países ligados por vínculos culturais e sobretudo raciais; esses blocos orgânicos de países deveriam mais facilmente alcançar seu progresso civilizacional e defender-se das agressões externas. Como disse a autora, *No Japão* também ecoa essa caracterização, pois, a ideia está na base para Lima eleger o Japão como a nação a principiar a libertação tanto econômica quanto cultural da Ásia. Lima acreditava mesmo que o sentimento de comunidade seria, ou ao menos deveria, ser superior ao projeto do Japão como um grande império territorial, projeto esse que ele mesmo levantou dúvidas quanto à sua viabilidade.

Tal perspectiva é mesmo fundamental para entender o Lima que não reconhece mais na *Grande Irmã do Norte* o protetor e modelo natural para o contexto americano. Seja por que não via na política de Roosevelt isenção de interesses expansionistas ou por que, baseado na crença em comunidades racial e culturalmente familiares que deveriam se ajudar e defender, a

<sup>426</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *No Japão...* op. cit. p. 350.

<sup>427</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *No Japão...* op. cit. p. 39.

<sup>428</sup> HEINRICH, Nathalia. *Ser ou não ser antiamericano?*... op. cit. p.158.

diferença entre americanos anglo-saxões e latino-americanos ganhou definições mais robustas fazendo Lima entender que o progresso da raça latina não seguiria os mesmos parâmetros que serviram para os americanos dos Estados Unidos.

Quanto à visão de Lima sobre o futuro do Japão junto à China, tendemos a considerar que o Japão não tomou o rumo recomendado por Lima, de ser para a China e vizinhos o determinante fator para a realização do potencial industrial asiático, pois, apesar dos japoneses terem favorecido a criação de *Manchuko* no leste da Manchúria e sob a tutela de Pu Yi (1906-1967), o último Imperador chinês, este Estado não teve autonomia suficiente para afigurar mais que um domínio “colonial”. Se o Japão não realizou o que Lima previa para a China é interessante lembrar que, se não fosse o Japão, a Rússia ou os Estados Unidos poderiam “acordar a China”, e relacionar, num exercício de reflexão histórica, com o rumo tomado pela China durante os meados do século passado. Como previa Lima quando caracterizou a realização do “perigo amarelo”<sup>429</sup>, hoje a China “invade” o mundo com seus produtos; habitantes de países pobres ou emergentes como o Brasil, principalmente, têm uma relação vitalícia com os importados chineses.

---

<sup>429</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão...** op. cit. p. 331.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Bernardino C. F. **Oliveira Lima: Um olhar brasileiro no Japão**. Tese (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, pp. 189. 2008.

BAILEY, Cyril. **The Legacy of Rome: Essays**. Oxford University Press, 1968

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BREEN, John; TEEUWEN, Mark. **Shinto in history: Ways of the kami**. Routledg, 2013.

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. **Impérios, Uma nova visão da História universal**. São Paulo: Editora Planeta, 2019.

CHOI, Dong Sull. **Christianity and the Uniqueness of Japanese Religious Mentality**, Comparative Civilizations Review. Vol. 32. No. 32 , Article 5. 1995.

DAIKICHI, Irokawa. **The Culture of Meiji Period**. Princeton University Press, 1988.

ENDO, Shusaku. **Silêncio**. 2ª edição. São Paulo: Planeta, 2016.

ESKILDSEN, Robert. **Of Civilization and Savages: The Mimetic Imperialism of Japan's 1874 Expedition to Taiwan**. In The American Historical Review. Oxford University Press on behalf of the American Historical Association. Vol. 107, No. 2. pp. 388-418. 2002.

FORSTER, Maria T. D. **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua releância atual para a diplomacia brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FRANCISCO, Paula V. **Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma análise da Construção da Tradição**. Tese (Mestrado em Relações

Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 203. 2010.

GRUNOW, Tristan R. **Ginza Bricktown and the Myth of Meiji Modernization**. In *Digital Meiji: Revisualizing Japanese History at 150*. Edited by Tristan R. Grunow and Naoko Kato. Vancouver: University of BritishColumbia Library, 2019.

HASEGAWA, Emi. **Christ in Japanese Culture: Theological Themes in Shūsaku Endō's Literary Works**. Leiden: Brill, 2006.

HEINRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano? Os Estados Unidos na obra de Oliveira Lima**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p.394. 2016.

HILLSBOROUGH, Romulus. **Samurai Revolution**. Editora Tuttle, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios 1875 - 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IENAGA, Saburo. **Japan's modernization and Buddhism**. In *Koza Kindai bukkyo*, Vol. 2. 1961.

JANSEN, Marius B. (Org.). **The Cambridge History of Japan**, Vol. 5. Editora Cambridge University, 1989.

\_\_\_\_\_. **The making of modern Japan**. Harvard University Press, 2002.

KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912**. Columbia University Press, 2002.

KOSCHMANN, J. Victor. **The Nationalism of Cultural Uniqueness**. *The American Historical Review* 102, no. 3. 1997.



LESTER, Ahren. **'Empire on the Eastern Sea': The influence of Asia and Western Imperialism on National Identity Formation in Japan and China.** Emergence, vol. 4. University of Southampton. 2012.

LIMA, Manoel O. **Nos Estados Unidos:** impressões políticas e sociais. Brasília: Senado Federal, 2009.

\_\_\_\_\_. **No Japão:** impressões da terra e da gente. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 376.

\_\_\_\_\_. **História da Civilização.** 14ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965, pp. 507.

\_\_\_\_\_. **Memórias, Estas minhas reminiscências.** Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1937.

LING, Zhengyuan. **Pre-Modern Japanese Proto-nationalism: A Study of Japanese Confucianism's Intellectual History.** Undergraduate Honors Theses. Paper 1333. 2019.

MALATIAN, Teresa M. **Oliveira Lima nos Estados Unidos.** História Revista, Goiânia, v. 13, n.2, pp. 497 –507, Jul./Dez. 2008.

MASAO, Maruyama. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics.** London, New York, Oxford University Press, 1969.

McCLIMON, Sarah J. **Music, politics and memory: japanese military songs in war and peace.** 2011. Dissertação (Doutorado em Filosofia), University of Hawaii.

MURAKAMI, Haruki. **Minha querida Sputnik.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MURATA, Sayaka. **Querida Konbini.** São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

NITOBÉ, Inazō. **Bushido, The Soul of Japan**. Tóquio: Teibi Publishing Company, 13ª edição, 1908.

OGASAWARA, Koei (org.). **Os imigrantes japoneses precursores: Um olhar histórico sobre o período pré – Kasato-Maru**. São Paulo: BUNKYO/Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, 2007.

OKAKURA, Kakuzō. **O Livro do Chá**. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

PARAMORE, Kiri. **Hayashi Razan's redeployment of antiChristian discourse: the fabrication of Haiyaso**, Japan Forum, 2006.

\_\_\_\_\_. Review, 2010. HASEGAWA, Emi. **Christ in Japanese Culture: Theological Themes in Shūsaku Endō's Literary Works**. Leiden: Brill, 2006.

ROWE, William T. **China's Last Empire: The Great Qing**. Harvard University Press, 2009.

SALES, Sonia. **O Menino de Massangana Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010.

SANTOS, Norma B. **A Política Exterior da Velha República (1889 – 1930)**. Brasília: Revista de Informação Legislativa, n. 111, pp. 253 – 270. Jul./Set.1991.

SOSEKI, Natsume. **Botchan**. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

TAKEUCHI, M. **The reinforcement of cultural nationalism in Japan: An investigation of Japaneseness and 'the Notebook for the Heart'**. In Japan Studies Association of Canada (JSAC). Conference, Thompson River University, Kamloops, BC, Canada. 2006.

VELLOZO, Júlio. **Oliveira Lima lendo Capistrano de Abreu - renovação de paradigmas e disputa (1903 – 1904)**. In.SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal.

WALTHALL, Anne. **Off with Their Heads! The Hirata Disciples and the Ashikaga Xoguns**, in Monumenta Nipponica, Summer, 1995, Vol. 50, No. 2, 1995.

WILLIAMS, Mark. **Endo Shusaku: death and rebirth in Deep River**. In: Christianity and Literature, vol. 51, no. 2, 2002.

YAMASHIRO, José. **Choque Luso no Japão dos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Ibrasa, 1989.

YOSHIKAWA, Eiji. **Musashi**. 5ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.